UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTP DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E LITERATURA ITALIANA

COSIMO BARTOLINI SALIMBENI VIVAI

Uma leitura do *De vulgari eloquentia* de Dante Alighieri

v. 1

São Paulo

2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTP DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E LITERATURA ITALIANA

Uma leitura do *De vulgari eloquentia* de Dante Alighieri

Cosimo Bartolini Salimbeni Vivai

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Língua e Literatura Italiana
do Departamento de Letras Modernas
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Lindo

v. 1

São Paulo
2009

Abstract

Conceived and composed during the first years of his exile, written in Latin, *De vulgari eloquentia* was intended by Dante as a treatise on poetry and rhetoric that would set the rules for the use of the ‘vulgar’ (i.e. commonly spoken by the people) language, establishing once and for all its value as a legitimate instrument of literary expression.

The project was born out of the author’s need to better define his own role and significance as an intellectual against the background of Italian and European culture, and its structure, although theoretical, is based on his own experience as a poet.

The work deals with the origin of language, relating how many different idioms originated from Babel’s biblical confusion, then goes on to analyse the European languages and the various Italian dialects. Having identified what he considers to be an idiom which meets the requirements of a genuinely Italian literary language, free from any local or regional influence, a ‘vulgar tongue’, yet at the same time ‘illustrious, cardinal, courtly and curial’, Dante endeavours to define the rules that should apply to the various genres and styles, starting with the highest, the ‘canzone’ (lyric poem); but this vast project comes to an abrupt end with the fourteenth chapter of the second book.

This short treatise not only gives us a deeper understanding of Dante’s work and personality, but is also a valuable and original document in its own right, of the utmost importance for the development and history of Romance linguistics and particularly of the Italian language.

Key-words: *Dante, De vulgari eloquentia, Italian language, Italian literature, Romance linguistics.*

Idealizado e composto nos primeiros anos do exílio, escrito em latim, o *De vulgari eloquentia* é concebido por Dante como um tratado de retórica e de poética que fixe as normas para o uso da língua vulgar, consagrando dessa forma sua legitimidade e seu valor como instrumento de expressão literária; nascido da necessidade de uma redefinição e uma reavaliação do próprio papel e significado de intelectual no âmbito da cultura italiana e européia, representa uma teorização retórico-literária baseada na sua própria experiência poética.

A obra trata da origem da linguagem, da diferenciação dos vários idiomas conseqüente à confusão bíblica de Babel até a análise das línguas européias e dos vários dialetos italianos; uma vez identificada uma linguagem que atenda às exigências de uma língua literária verdadeiramente italiana, que supere os restritos limites municipais e regionais, isto é, um vulgar ‘ilustre, cardinal, áulico e curial’, Dante pretende estabelecer as regras dos gêneros e dos estilos com as quais esse vulgar possa ser explicitado, partindo da expressão mais alta, a canção: esse vasto projeto, porém, é interrompido repentinamente no décimo quarto capítulo do segundo livro.

A leitura desse pequeno tratado torna possível, por um lado, uma melhor compreensão de muitos aspectos da personalidade e da obra dantesca, por outro, nos revela um precioso e original documento, extremamente interessante e importante para a história da lingüística românica e em particular da língua italiana.

Palavras-chave: *Dante, De vulgari eloquentia, Língua italiana, Literatura italiana, Lingüística românica*

Índice

Abreviações	3
Introdução	4
1 - O <i>De vulgari eloquentia</i> , seu título, sua gênese, sua difusão e sua fortuna: uma história conturbada.	8
2 – Um ‘tratado’ sobre a língua	
2.1 - Entre tradição e inovação: a defesa do vulgar e a escolha do latim.	16
2.2 – Reflexões filosóficas sobre a história da linguagem: o conceito de desenvolvimento histórico das línguas.	31
2.3 - A origem das línguas neolatinas: sua divisão, o ‘status’ da língua do <i>sì</i> perante as outras línguas européias.	46
2.4 - A procura da língua ilustre: os vulgares itálicos e as escolhas estéticas, o vulgar italiano.	55
3 – Um tratado de retórica e de poética	
3.1 - A canção: o gênero poético mais elegante e mais nobre, por isso mais apto para exemplificar o pensamento teórico dantesco.	74
Conclusão	85
Bibliografia	88

Abreviações

<i>DVE</i>	Dante Alighieri, <i>De vulgari eloquentia</i>
<i>Conv.</i>	Dante Alighieri, <i>Convívio</i>
<i>Inf.</i>	Dante Alighieri, <i>Divina Commedia - Inferno</i>
<i>Purg.</i>	Dante Alighieri, <i>Divina Commedia - Purgatorio</i>
<i>Par.</i>	Dante Alighieri, <i>Divina Commedia - Paradiso</i>
<i>Epis.</i>	Dante Alighieri, <i>Epistole</i>
<i>VN</i>	Dante Alighieri, <i>Vita Nuova</i>
<i>Lettera</i>	Alessandro Manzoni, <i>Lettera intorno al libro 'De Vulgari Eloquentia' di Dante Alighieri</i>
<i>Trattatello</i>	Giovanni Boccaccio, <i>Trattatello in laude di Dante</i>
<i>Lucas</i>	<i>Evangelho de São Lucas</i>
<i>Etym.</i>	Isidoro de Sevilha, <i>Etymologiarum sive Originum Libri XX</i>
<i>Tresor</i>	Brunetto Latini, <i>Li livres dou Tresor</i>

“Il detto Dante ... fue sommo poeta e filosofo, e rettorico perfetto tanto in dittare, versificare, come in arringa parlare, nobilissimo dicitore, in rima sommo, col più pulito e bello stile che mai fosse in nostra lingua infino al suo tempo e pù innanzi.”

Giovanni Villani, *Nuova Cronica*, CXXXVI

Introdução

Quando e como tive o meu primeiro contato com Dante, é difícil dizer: gostaria de pensar – se a imagem não for fantasiosa e idílica demais – que foi naquele momento em que gotas de água benta foram derramadas sobre a minha cabeça de recém-nascido, sob o olhar benevolente dos santos dos mosaicos da cúpula do Batistério de Florença, daquele mesmo “*mio bel San Giovanni*”¹ no qual, quase sete séculos antes, tinha sido batizado o poeta. De qualquer forma, a idéia e a imagem do grande florentino parecem acompanhar quem nasceu ou vive na antiga cidade à beira do Arno: é fácil imaginar – caminhando sobre as pedras das ruas estreitas, saindo da sombra das belas igrejas, beirando os muros dos austeros palácios – a figura reservada do poeta, absorto em seus pensamentos, com seus olhos penetrantes e o nariz aquilino sob a ‘*berretta*’ do seu hábito de prior.

Não é somente a iconografia e a tradição que, em Florença, nos lembram Dante: sua presença se manifesta na língua que ele gerou e deixou para seu povo, nas sentenças que durante os séculos se tornaram proverbiais, no eco dos versos na boca dos poetas e dos cantores. Tudo isso ajudou a educar gerações após gerações e deixou seus vestígios onipresentes, mais ou menos profundos, no espírito de todo florentino, se não de todo italiano.

Assim escreve o ‘florentiníssimo’ escritor Vasco Pratolini:

“Há, porém, um fato significativo, que talvez possa ser tomado como um dado mitológico, mas, sob a nossa casa, havia uns mármore em que estavam inscritas as tercinas [*sic*] dantescas. Para um rapaz do povo, isso poderia se transformar numa reação em cadeia: ler Dante passava a ser natural e daí, das notas ao pé da página da Divina Comédia, progredia-se, conseqüentemente, aos livros de História, aos cronistas, biógrafos ...”²

¹ Dante, *Inf.*, XIX 17.

² Pratolini V., in: Fantin, M. C. M. B. “Em busca de uma identidade: traços da ‘florentinità’ em Vasco Pratolini.” in *Revista X*, v. 01, p. 16775s, 2006.

Pratolini aqui identifica um fator que, também para mim, se tornou essencial: o fator de ‘naturalidade’ com o qual, pouco a pouco, a palavra e o pensamento de Dante se apresentaram, e foram o primeiro e incôscio degrau para o aprendizado futuro. Em outras palavras: a assimilação gradual e espontânea de uma língua e de uma poesia, ocorrida da forma mais apurada - porque da língua italiana ele é o pai, e da poesia ele é o mais alto representante – contribuiu para deixar um terreno fértil, no qual puderam ser plantadas, em diferentes tempos futuros, algumas pequenas sementes de conhecimento, algumas idéias e verdades novas. Aquela língua natural então “a que as crianças habituam-se por obra dos que lhes estão em volta, desde que começam a articular as palavras”,³ como é definida a língua vulgar no *De vulgari eloquentia*, era para mim basicamente a própria língua de Dante.

O conceito de ‘natural’, como veremos, será a base na qual Dante fundamentará todo seu trabalho de valorização e de difusão do vulgar, da língua materna aprendida primeiramente no âmbito da família e depois pelo uso, sem necessidade de meios artificiais: e será justamente essa língua a possibilitar-lhe ir adiante com os estudos e alcançar o conhecimento da ‘gramática’ e das outras ciências.⁴

A figura e as palavras de Dante, especialmente seus versos, entraram assim na minha vida cotidiana e me acompanharam durante toda a juventude, em casa e na escola, na boca de meus familiares e amigos e nos livros de estudo. Um pouco de tudo isso não se perdeu com o tempo e permaneceu latente, como um substrato, para reafiorar depois de vários decênios, do outro lado do mundo. Após muitos anos de Brasil, transcorridos nas ocupações e preocupações proporcionadas pelo trabalho e pela família, veio a decisão de voltar para a faculdade e para os estudos clássicos: de português, por uma intrínseca necessidade e pelo íntimo reconhecimento de uma grande lacuna cultural, e especialmente de latim, por um gosto juvenil que na época não se tinha manifestado, mas que despertava agora na idade adulta.

Dessa forma, houve uma reaproximação com o mundo da leitura e da análise literária, agora tendo como objeto a prosa e a poesia, antiga e moderna, em língua portuguesa: nesse ambiente, a figura de Dante reaparecia e encontrava seu lugar de direito, mesmo se indireta e esporadicamente, em sua qualidade de grande modelo e de inspirador da cultura ocidental. Paralelamente, corriam os estudos de lingüística e de filologia, para descobrir e desvendar o mundo da comunicação e da palavra.

³ DVE, I i 2.

⁴ Vide p. 28 nota 55.

Na área de latim, a aproximação com os poetas e prosadores é feita inicialmente através de sua língua: mediante o lento e cuidadoso processo de tradução dos textos, chega-se a entender o pensamento do autor e, à sua volta, de todo o riquíssimo ambiente cultural. Diferentemente – em termos gerais – de um escritor moderno, não se pode procurar conhecer um autor latino se, além de seus dotes e sua inspiração, prescindir-se do contexto histórico e político no qual ele vivia, das influências filosóficas e culturais por ele recebidas e especialmente das técnicas literárias por ele utilizadas. É um fato conhecido que um escritor latino, para conseguir o decoro da forma e para ser apreciado por seus leitores, escrevia dentro de um gênero e um estilo por ele escolhidos, guiado por normas e princípios bem definidos, às vezes rígidos, que lhe eram colocados à disposição por uma longa tradição literária e retórica: disso deriva a importância dada, no curso universitário, aos estudos da retórica.

Se de um lado as obras poéticas de Dante apareciam freqüentemente durante os cursos, por suas claras influências dos clássicos, as obras em prosa consideradas ‘menores’, especialmente as latinas como as *Epistole* e o tratado *De vulgari eloquentia*, eram lembradas e citadas como referência, como *auctoritates* nas questões teóricas, ao lado dos tratados dos pensadores antigos e da Idade Média: ⁵ isso me alertou sobre a necessidade de conhecer com mais detalhes também esse aspecto do pensamento de Dante. Para a leitura havia à disposição edições bilíngües latim-italiano, já que imediatamente eu tinha dispensado o uso da única tradução em língua portuguesa, que não apresenta comentários ou notas, e que a uma primeira análise se revelara imprecisa e pouco confiável.

Quando depois passei a dedicar-me ao ensino do latim e do italiano, no contato constante com as questões referentes às duas línguas, tornaram-se ainda mais evidentes as estreitas ligações entre elas, e como para um conhecimento mais profundo da segunda não se podia dispensar o estudo da primeira. No convívio com a língua mãe, aprofundando o estudo de sua formação e de sua história, a importância do pequeno tratado latino de Dante tornou-se mais clara.

À distância de cento e quarenta anos, mesmo com todos os avanços e com o proliferar dos estudos sobre o assunto, as palavras de Manzoni na *Lettera intorno al libro ‘De Vulgari Eloquentia’ di Dante Alighieri* de 1868, ainda fazem sentido e podem provocar uma reflexão:

⁵ Por exemplo, a questão dos quatro sentidos da obra literária, ou a teoria dos gêneros e dos estilos, tratada por Dante na *Epistola X* e no segundo livro do *De vulgari eloquentia*. Vide: Santos, Marcos M. dos, “As ‘*Epístolas*’ de Horácio e a confecção de uma ‘*ars dictaminis*’: o ‘*opus*’”, Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH/USP, 1997, p. 149 e 153.

“O livro *De Vulgari Eloquentia* teve uma fortuna, não nova no seu gênero, mas sempre curiosa e notável, a saber, a de ser citado por muitos, e de não ser lido quase por ninguém, embora livro de dimensões bem reduzidas, e embora importante, não somente pela altíssima fama do seu autor, mas porque foi e é mencionado como sendo aquele que esclarece uma questão embaraçada e embaraçosa, estabelecendo e demonstrando qual é a língua italiana.”⁶

Eu acrescentaria que o tratado é importante não somente para a língua italiana, mas para todas as línguas naturais, e em particular para aquelas que tiveram uma comum origem latina e que chamamos de românicas: pode-se dizer que o estudo dessas línguas foi fundado sobre o tratado dantesco. As questões tratadas no *De vulgari eloquentia* têm início na origem e na própria função da língua do homem, e dessa forma, mesmo passando depois do geral para o particular, têm frequentemente um sentido universal; filólogos, glotólogos, historiadores e, em geral, todos os interessados nas ciências linguísticas têm a possibilidade de encontrar no tratado dantesco um campo fértil de estudo e de pesquisa. No decorrer deste trabalho, teremos modo de verificar como Dante tenha antecipado em vários pontos alguns pressupostos que são próprios da linguística moderna.

Podemos perceber pelo primeiro livro do *De vulgari eloquentia* uma viva atenção para os aspectos usuais da linguagem, mesmo sendo o interesse do poeta dirigido primeiramente para os problemas de língua e estilos literários, e tendo então esse livro uma função preliminar e introdutiva com relação ao resto, no plano de uma obra que deveria ter sido bem mais ampla: limitei assim o objeto da minha pesquisa quase exclusivamente a esse primeiro livro do tratado, porque julguei o assunto mais próximo aos meus estudos e aos meus interesses.

Como se costuma dizer, a melhor forma de leitura, que permite a melhor compreensão de uma obra, é efetuar a tradução: durante o trabalho foi dada então uma atenção especial à tarefa de bem interpretar e de traduzir em português as palavras do poeta, lembrando que, por se tratar de um tratado teórico e doutrinal, o texto deve corresponder o mais exatamente possível não só ao original latino, mas também ao pensamento e à intenção do autor.⁷

⁶ “Al libro ‘*De Vulgari Eloquentia*’ è toccata una sorte, non nova nel suo genere, ma sempre curiosa e notabile; quella, cioè, d’esser citato da molti, e non letto quasi da nessuno, quantunque libro di bem piccola mole, e quantunque importante, non solo per l’altissima fama del suo autore, ma perchè fu ed è citato come quello che sciolga un’imbarazzata e imbarazzante questione, stabilendo e dimostrando quale sia la lingua italiana.” *Lettera*, p. 1.

⁷ O texto latino do *De vulgari eloquentia* utilizado é o estabelecido por P. V. Mengaldo, em: Dante Alighieri, *Opere minori*, vol. 5, tomo II.

Todas as traduções de capítulos, de passos e de citações, desse tratado e de outras obras, – de Dante e de outros autores – são de minha autoria..

1 - O *De Vulgari Eloquentia*, seu título, sua gênese, sua difusão e sua fortuna: uma história conturbada.

O título do *De vulgari eloquentia* não deriva de precisas indicações do autor, da mesma forma que acontece para outras obras suas, como o *Convívio* (indicado no texto do tratado) e a *Commedia* (explicado por Dante na epístola XIII a Cangrande della Scala).

O título tradicional tem origem no passo do *Convívio* em que trata da variabilidade do vulgar, “*Di questo si parlerà altrove più compiutamente in un libello ch’io intendo di fare, Dio concedente, di Volgare Eloquenza.*” (“Disso falar-se-á mais detalhadamente num livreto, que eu pretendo elaborar, se Deu permitir, sobre a Eloquência Vulgar”) ⁸ e de duas declarações programáticas contidas, respectivamente, no início do primeiro e no último capítulo do primeiro livro do *De vulgari eloquentia*, “*Cum neminem ante nos de vulgaris eloquentie doctrina quicquam inveniamus tractasse*” (“Como não encontramos ninguém antes de nós que tenha tratado da teoria da eloquência vulgar”) e “*Et quia intentio nostra [...] est doctrinam de vulgari eloquentia tradere*” (“E porque é nossa intenção ensinar a doutrina da eloquentia vulgar”).

Essa mesma fórmula é utilizada, em época pouco posterior à composição do tratado, por Boccaccio, que quase com certeza teve um conhecimento direto da obra:

“Depois, já perto da morte, compôs um livreto em prosa latina, que intitulou *De vulgari eloquentia*, onde entendia dar a doutrina do dizer em rima, para quem quisesse aprendê-la; e como no mesmo livreto revela-se que, para isso, ele tinha em mente de dever compor quatro livros, ou não fez mais livros porque foi surpreendido pela morte, ou porque os outros foram perdidos, conservam-se somente dois.” ⁹

Villani também, quando fala do seu ilustre concidadão e contemporâneo, faz menção ao título do tratado e acena a seu conteúdo:

“Fez também um livreto que ele intitula *de vulgari eloquentia*, onde promete compor quatro livros, mas encontram-se somente dois, talvez pelo seu fim prematuro, onde com um latim forte e belo e com boas razões reprova todos os vulgares da Itália”. ¹⁰

⁸ Vide p. 45 nota 93.

⁹ “*Appresso, già vicino alla sua morte, compuose uno libretto in prosa latina, il quale egli intitolò De vulgari eloquentia, dove inteeda di dare dottrina, a chi imprendere la volesse, del dire in rima; e come che per lo detto libretto apparisca lui avere in animo di dovere in ciò comporre quattro libri, o che più non ne facesse dalla morte soprapreso, o che perduti sienogli altri, più non appariscono che due solamente.*” *Trattatello*, XXVI.

¹⁰ “*Altresi fece um libretto ch’ell’ intitola de vulgari eloquentia, ove promette fare quattro libri, ma non se ne truova se non due, forse per l’affrettato suo fine, ove con forte e adorno latino e belle ragioni ripruova tutti i vulgari d’Italia*” *Nuova Cronica*, XCXXXVI. A respeito da noção de ‘vulgar’, vide p. 29-30.

A tradição manuscrita do *De vulgari eloquentia* é composta somente de três códices, todos do século XIV e provavelmente originário da Itália setentrional.. O *T* (Trivulziano), que contém também o *Ecerinis* de Mussato: pertenceu no século XVI a G. G. Trissino,¹¹ que o fez conhecer, entre outros, a Bembo.¹² O *G* (Grenoble) descende do mesmo arquétipo¹³ de *T*, e foi utilizado por Corbinelli¹⁴ para sua edição parisiense de 1577. O *B* (Berlino), descoberto somente em 1917, contém também o *Monarchia* de Dante e o comentário de Dionísio de São Sepulcro a Valério Máximo: é considerado o mais antigo (aproximadamente da metade do século XIV) e o testemunho melhor, por ser mais próximo ao arquétipo, mais correto e independente de *T* e *G*. Além desses, existem dois manuscritos bem mais recentes: um, que é cópia do *T* feita a mando de Bembo no século XVI, e outro, que é cópia da edição impressa em Veneza em 1758.

O autógrafo do tratado, bem como o arquétipo, eram certamente anepígrafos; os títulos reportados pelos dois ramos da tradição manuscrita são ambos apócrifos e são devidos a uma leitura incorreta, que provocou no decorrer dos séculos uma série de equívocos e incompreensões. O exame comparativo dos títulos já representa aquela dicotomia interpretativa do sentido geral do tratado que será característica do processo histórico de sua fortuna crítica.

O primeiro, *Líber de vulgari eloquio sive ydiomate*,¹⁵ reportado pelos códices *T* e *G*, falseia claramente o pensamento do tratado, que se refere à *eloquentia*, e somente de maneira subordinada e preliminar aos problemas do *ydioma*: como esclarece Mengaldo (1996 II p. 403), *eloquium* tem sempre para Dante outro sentido, de 'palavra escritural, divina', e de qualquer forma nunca se encontra no *De vulgari eloquentia*.

O título *Rectorica Dantis* contido no códice *B*, colocado no início do *Monarchia* e no fim do *De vulgari eloquentia*, certamente está mais de acordo com o sentido da obra: sentido que, como se pode ler nas suas palavras, tinha sido percebido por Boccaccio, admirador e atento leitor das obras de Dante. Esse título, porém, está em posição suspeita, pois está escrito por uma ou duas mãos, diferentes daquela do copista, e pode ter sido colocado com a intenção de desviar a atenção do leitor da presença, no mesmo manuscrito, do tratado político, perseguido pelas autoridades: de fato no fim do *Monarchia*, o copista escreveu ironicamente

¹¹ Gian Giorgio Trissino (1478-1550), poeta, tragediógrafo, lingüista e filósofo.

¹² Pietro Bembo (1470-1547), escritor e humanista veneto.

¹³ O arquétipo é uma cópia, mais ou menos distante e já deturpada por erros e lacunas, do documento autógrafo.

¹⁴ Jacopo Corbinelli (1536 – 1590 c.), letrado e filólogo.

¹⁵ Para o significado dos termos, vide o capítulo 2.1 p. 29-30 e 2.2 p. 39-40.

“*Explicit. endivinalo sel voy sapere*” “Aqui termina a obra: adivinha-o, se quiseres saber”. O tratado, por causa do seu conteúdo político, sofreu perseguição eclesiástica a partir de 1328: como conta Boccaccio, o cardeal Beltrando del Poggetto, legado do papa, condenou o livro a ser queimado em público, como se contivesse heresias.¹⁶ De qualquer forma, o título desse códice de um lado apresenta-se demasiadamente genérico, pois falta a especificação *vulgaris*, e de outro é claramente moldado sobre os títulos das muitas *Rhetoricae* conhecidas na época, latinas e vulgares.

O *De vulgari eloquentia*, de acordo com o passo citado a respeito do título, considera-se pouco posterior ao primeiro livro do *Convívio* e, como esse tratado, foi composto com certeza nos primeiros anos do exílio, quando as feridas da injusta pena eram ainda assaz vivas e abertas: isso é evidente pelas referências autobiográficas: “Nós, apesar de amarmos Florença a ponto de, por tê-la amada, sofrermos injustamente o exílio”¹⁷

Mais exatamente, podemos considerar o tratado posterior à paz de Caltabellotta (agosto de 1302), devido à lembrança sarcástica que Dante faz do fracasso da expedição siciliana de Carlos de Valois, em *DVE*, II vi 4.

Podemos também estabelecer com certa precisão que o tratado foi iniciado antes de 1305, pelo menos em parte, como resulta do capítulo I xii 5, onde é lembrado como estando ainda vivo, e é violentamente criticado junto com outros grandes personagens do tempo, o marquês Giovanni I de Monferrato, morto em fevereiro daquele ano.

Não temos, ao contrário, nenhuma indicação cronológica plausível a respeito da brusca interrupção do tratado: a época, e especialmente os motivos que levaram Dante a interromper a composição, são passíveis só de conjecturas, geralmente frágeis e sem um fundamento sólido. Trata-se evidentemente de uma decisão brusca e repentina, como atesta o fato de que, a diferença do que aconteceu no *Convívio* – também não concluído – a exposição foi deixada na metade não só antes da conclusão de um livro, mas também no meio de um capítulo.

Deve ser descartada a explicação apresentada por Villani e por Boccaccio, de que Dante estivesse trabalhando na obra já perto do fim da vida: também não se pode considerar válida a outra hipótese, de que o estado de não conclusão em que a obra foi conservada seja devido a um acidente na transmissão manuscrita, a uma perda dos documentos.

¹⁶ “*il soprascritto libro, quello in publico, sì come cose eretiche contenente, dannò al fuoco.*” *Trattatello*, XXVI.

¹⁷ “*Nos [...] quamquam [...] Florentiam adeo diligamus ut, quia dileximus, exilium patiamur iniuste*” *DVE*, I vi 3. Sobre o exílio de Dante, vide também p.72..

Alguns estudiosos, em particular Marigo (1948, p. XV-XIX), observam que o tratado aparenta ter sido elaborado de maneira apressada e provisória, de uma forma às vezes demasiadamente elíptica – no limite da obscuridade –, em uma redação não revisada, ou revisada só parcialmente: a conclusão seria que se tratava de uma redação não definitiva, que Dante fez somente para si e não destinada então à publicação. Para esse crítico, a finalidade da obra é fixar o processo teórico do pensamento e as regras de estilo e de composição, para uma doutrina ainda novíssima da arte de dizer em língua vulgar. Indício significativo disso é a deformidade estilística, pois o estilo reflete o caráter desigual da composição: vivaz e rico de ritmo onde o pensamento se desenvolve sintético e a palavra flui espontânea, como no primeiro livro, que parece escrito de um jato sob o impulso de uma intensa intuição crítica; incolor e sem ritmo como no segundo, onde o discurso se torna sintético e pouco a pouco lentamente expositivo. Perto do fim da obra percebe-se algum cansaço na exposição, que preanuncia a interrupção: parece verossímil que o poeta, enquanto resfriava-se o calor das primeiras felizes intuições na exposição analítica de regras e exemplos de arte, tenha suspenso o trabalho, sentindo a necessidade de dedicar novos estudos ao problema da eloquência vulgar.

Para Mengaldo (1996 II, p. 402), os indícios apresentados por Marigo não apresentam suportes objetivos e são frequentemente aleatórios. Em particular, a rapidez e elipticidade da exposição, que o próprio Dante de vez em quando salienta, diz respeito a algumas partes e não a outras, e devem ser consideradas em relação com a estratégia estrutural da obra, que contempla necessariamente um alternar-se de premissas sintéticas de ordem geral e de desenvolvimentos analíticos específicos. Mais consistente é a hipótese de uma redação apressada e provisória limitada aos capítulos finais do segundo livro, onde a tradição manuscrita atesta a existência de anotações marginais no autógrafo e, em geral, de um acúmulo de erros que poderiam ser colocados em relação com um estado mais confuso e provisório do original dantesco.

A interrupção da obra depende especialmente - de modo análogo ao que se considera geralmente que tenha acontecido com o *Convivio* - do fato de que provavelmente naquele momento a atenção de Dante estava dirigindo-se e fixando-se na *Commedia*, e ele percebeu a radical contradição entre a poética imanente na nova obra e aquela teorizada no tratado retórico, isto é, entre a poética do tratado e a praxe lingüística da *Commedia*, com sua total e tranqüila disponibilidade para os tons baixos do estilo cômico e a implícita anulação de toda hierarquia e separação de estilos.

Como explica Pagliaro (1985, p. 125), o poeta não continuou sua indagação lingüística, tão frutuosamente desenvolvida no *De vulgari eloquentia*, assim como não terminou a análise das suas canções filosóficas iniciadas no tratado em vulgar, porque com a *Commedia* o problema lingüístico apresentou-se de maneira completamente diferente daquela com a qual se tinha apresentado a ele, como poeta lírico, e porque para a busca de suas verdades e das relativas demonstrações encontrou um meio de maior autoridade e eficácia de que a exposição puramente técnica do conteúdo científico das canções. O fato de a exposição das teorias a respeito do vulgar ilustre ter sido interrompida, significa que a praxe lingüística, referente à nova temática, lhe fez perceber como superadas aquelas posições.

Seria fácil demais considerar simplesmente casual a interrupção das obras teóricas: é preciso lembrar, escreve Contini (in Russo 1985, p. 119), um dos mais visíveis atributos referidos a Dante, a saber, a atividade incessante de experimentação. Assim, em sua obra maior, não desdenha as mesmas formas que ele tinha anteriormente censurado: como nota Devoto, “Na qualidade de gramático, Dante elaborou uma teoria; na qualidade de poeta, não teve o ânimo, para transformá-la em realidade, de mortificar seus estros expressivos.”¹⁸

A respeito do lugar, ou dos lugares, onde Dante escreveu o *De vulgari eloquentia*, podemos somente aventar algumas hipóteses, seja pela impossibilidade de uma datação exata da obra, seja sobretudo porque não sabemos onde ele viveu naquela época. Em geral, localiza-se a obra em Verona ou em Bolonha, ou em ambas as cidades. Verona é uma indicação possível, pelo menos para o início dos trabalhos, pois nessa cidade ele esteve por um período não curto, hóspede de Cangrande della Scala; em Bolonha parece também que ele morou nos primeiros anos do exílio. Alguns indícios, extraídos do próprio *De vulgari eloquentia*, levam a pensar nessa segunda cidade: a alta consideração para a escola poética bolonhesa, a afirmação de que o bolonhês é o mais bonito entre os vulgares itálicos, e especialmente a sutil percepção das diferenças das línguas faladas em diferentes bairros da cidade. Mas parece que ele visitou a cidade quando era jovem e, como veremos, suas afirmações ressentem-se também de fatores pessoais: e de outro lado, linguisticamente, não é fácil explicar por que, mesmo conhecendo bem Verona, a caracterização do vulgar dessa cidade é particularmente vaga e concisa.¹⁹

¹⁸ “In quanto grammatico, Dante ha elaborato una teoria, in quanto poeta, non si é sentito, per tradurla in realtà, di mortificare i suoi slanci espressivi.” Devoto 1995, p. 251.

¹⁹ “Hoc omnes qui ‘magara’ dicunt, Brixianos vidilicet, Veronenses et Vigentinos, habent;” “Isso é próprio de todos os que dizem *magara*, ou seja os de Brescia, de Verona e de Vicenza;” DVE, I xiv 5.

Entre as obras de Dante, o *De vulgari eloquentia* é a que teve uma história e a fortuna mais conturbadas: incompleto e deixado de lado, permaneceu provavelmente com o poeta até o fim de sua vida, em 1321 em Ravenna, sem ser divulgado; modestíssima foi também sua difusão póstuma. Indício claro da escassa circulação - e talvez do pouco interesse dos leitores que não deviam entender plenamente o significado do texto incompleto - é a tradição manuscrita, limitada aos três códices hoje conhecidos.

No século XIV, entre os que cultivavam de alguma forma os estudos lingüísticos ou que escreviam sobre Dante e sua vida, quase ninguém parece ter tido contato direto com a obra: conserva-se a memória do título, e algumas informações extremamente pobres circulavam também sobre o conteúdo. Temos a citação de Villani e de Boccaccio, cujo testemunho foi posteriormente decisivo para resolver a questão da atribuição: em geral, quem menciona a obra não parece ter chegado a examinar seu conteúdo, mas repete o que aprendeu de fontes precedentes.

No século XV, durante o Humanismo, o *De vulgari eloquentia* parece esquecido; não conhecemos nenhuma cópia manuscrita, e ainda menos impressa, desse período; as poucas citações do tratado são curtas e presumivelmente indiretas.

No século XVI acontece um verdadeiro relançamento do tratado dantesco, que aparece divulgado e estudado, surgindo com todo o poder do nome e da autoridade de seu autor no meio da chamada ‘questão da língua’. A iniciativa deve-se especialmente a Trissino que, de posse do código *T*, difunde o conhecimento da obra de Dante em Florença e em Roma – onde provoca diferentes reações -, e publica em 1529 uma tradução impressa. Trissino – desviando-se substancialmente do verdadeiro sentido da tese contida no tratado - utiliza as palavras e as teorias de Dante para legitimar suas idéias sobre a língua, que formavam a chamada tese ‘cortesã’, ou seja, como suporte de sua atitude antiflorentinista, de que o italiano não pode coincidir com o florentino ²⁰, e da sua teorização de uma língua italiana comum, produto de elementos diferentes e de palavras originárias de todas partes da Itália: o italiano deveria nascer como um tipo de *koiné*, sem limitações geográficas, com base no modelo representado pelas cortes, onde se encontravam pessoas de diferentes origens, que colaboravam para elaborar uma língua comum de uso elevado

²⁰ “*ε (Dante) manco vole ch’el sia il toscano, ma dice che egli ý un parlare ε letto da tutte le lingue d’Italia [...] ε dice, anchora, che questo tale parlare si chiama <vulgare italiano illustre ε cortigiano>.*” “e Dante nem quer que seja o toscano, mas ele diz que é uma linguagem escolhida de todas as partes da Itália [...] e diz ainda que essa tal linguagem chama-se <vulgar italiano ilustre e cortesão>.” Trissino, *Il Castellano*, 210.

Os florentinos, como era de se esperar, retrucaram com veemência: é atribuído a Maquiavel um *Discorso o dialogo intorno alla nostra lingua*, dos primeiros anos do século, que, discutindo polemicamente por considerar autêntico o tratado, refutava as supostas teorias de Dante: nesse diálogo, o próprio poeta é representado retratando-se e fazendo a palinódia de sua obra.²¹

Os letrados florentinos olharam com desconfiança o pequeno tratado dantesco e chegaram a colocar em dúvida a sua autenticidade e paternidade, especialmente Varchi²² no diálogo *Ercolano*. A cultura florentina trabalhou por longo tempo para neutralizar os ataques daqueles que se serviam das palavras de Dante para sustentar a tese ‘cortesã’: na realidade, essa tese, na segunda metade do século, estava já em parte superada.

Para Bembo, conforme uma teoria que perdurará por muito tempo, o idioma literário a ser considerado era o toscano, mas não o toscano contemporâneo: era uma língua arcaizante, que tinha como modelo os três grandes, Dante, Petrarca e Boccaccio, que mais ou menos inconscientemente todos os italianos que praticavam a literatura acabavam por imitar. A língua literária era, para Bembo, uma língua ‘construída’, não espontânea, que se aprendia pelo estudo e por isso os toscanos não tinham nenhuma vantagem natural. Porquanto chegasse a conclusões diferentes, o próprio *De vulgari eloquentia* não contradizia uma tese desse tipo porque – além de condenar as pretensões toscanas – , insistia na ‘arte’ necessária para se chegar ao vulgar ilustre da poesia.

Foi justamente um florentino, Corbinelli, exilado e perseguido pelos Medici, que publicou por primeiro em 1577, em Paris, o texto latino do *De vulgari eloquentia*, com base no código G. Depois de várias reimpressões da tradução do Trissino no século XVII, e uma tentativa de Cittadini²³ de fazer uma nova tradução, o texto latino reaparece impresso somente em 1739, em uma edição que contem também a tradução de Trissino.

No século XVII o tratado foi lido e estudado por muitos, mas somente no fim do século e no início do seguinte o *De vulgari eloquentia* entrou de novo no debate lingüístico, com Monti e Perticari²⁴ sustentando a tese neo-trissiniana de uma língua comum, mais uma vez em sentido antiflorentinista, e provocando então a réplica dos intelectuais florentinos.

Anos mais tarde Manzoni, que procurava estender a sua solução lingüística à Itália recentemente unificada e convidava as autoridades públicas a difundirem o idioma de

²¹ O diálogo termina: “*Udito che Dante ebbe queste cose, le confessò vere, e si partì,...*” “Depois que Dante ouviu essas coisas, confessou-as verdadeiras, e partiu, ...”

²² Benedetto Varchi (1503-1565), humanista, escritor e historiador.

²³ Celso Cittadini (1553 – 1627), gramático e filólogo.

²⁴ Vincenzo Monti (1754-1828), poeta, dramaturgo e escritor; Giulio Perticari (1779-1822), escritor e letrado.

Florença por todos os meios, sente a necessidade de se livrar do incômodo de um texto de tanta autoridade como o tratado dantesco: entra assim na questão, introduzindo um argumento novo e importante. Com o habitual lúcido radicalismo, como define Mengaldo (1996, II p. 407), escreve em 1868 ao amigo Bonghi e declara que Dante não tinha tratado da definição da língua italiana em geral, mas quisera teorizar de maneira específica somente sobre um gênero particular de poesia: de fato a teoria defendida por Manzoni não era referente à língua poética, que tem seu próprio lugar, pela sua natureza especial que não pertence à linguagem comum.

“[...] com referência à questão da língua Italiana, aquele livro está fora dos entendimentos, porque nele não se trata de língua italiana nem um pouco. [...] por Vulgar Ilustre, Dante não entendeu uma língua [...] quer falar, então, da linguagem da poesia, aliás, de um gênero particular de poesia.”²⁵

A afirmação é exagerada, pois Manzoni, tendenciosamente, se refere especialmente ao segundo livro do tratado e não ao primeiro, que contém observações lingüísticas precisas, não colocadas casualmente, mas concebidas como premissa indispensável ao discurso de retórica: mas ele sabe colher o aspecto fundamental da obra e o escopo principal de seu autor, e com isso põe fim à secular leitura, inserida na questão da língua. Se, até Manzoni, a atenção dos estudiosos estava dirigida somente à procura e à identificação daquele vulgar que Dante chamara de ‘ilustre’, agora trata-se especialmente de estabelecer uma relação entre o fundamento lingüístico do tratado e aquele interesse específico para a alta poesia que Manzoni considerava exclusivo.

Estamos às portas do início de um trabalho sobre o *De vulgari eloquentia*, não mais polêmico, mas crítico e científico, que se prolongará até os tempos presentes, para demonstração da sua extraordinária vitalidade e riqueza.

²⁵ “[...] riguardo alla questione della lingua italiana, quel libro è fuor de’concerti, perché in esso non si tratta di lingua italiana nè punto nè poco. [...] per Volgare Illustre, Dante non ha intesa una lingua. [...] intende parlare, cioè del linguaggio della poesia, anzi d’un genere particolare di poesia.” Lettera, p. 2..

2 – Um ‘tratado’ sobre a língua

2.1 - Entre tradição e inovação: a defesa do vulgar e a escolha do latim.

O discurso sobre o vulgar que Dante pretendia fazer, não podia prescindir do latim, língua da cultura por excelência no seu tempo. O confronto entre as respectivas qualidades do latim e do vulgar representa um aspecto fundamental no pensamento lingüístico dantesco: no *De vulgari eloquentia* procurará mostrar em sua complexidade a relação de coexistência entre as duas línguas.

Mesmo que, durante o curso de sua atividade literária, a antinomia entre latim e vulgar esteja no fim resolvida com clara vantagem para o segundo, quaisquer que fossem as conclusões e as escolhas lingüísticas efetivamente realizadas em seus escritos, sentimos em Dante uma certa falta de segurança, devido à tradicional supremacia do latim e de sua literatura, que perdura até a composição de sua obra prima.

Conta de fato Boccaccio que Dante, quando começou a compor a *Commedia*, considerando a importância do objeto e a elevação que a matéria requeria, escreveu os primeiros versos em latim, e chega a citá-los: logo depois, porém, ele acrescenta que o poeta mudou de idéia e

“[...] deixou estar, e julgando inútil pôr cascas de pão na boca daqueles que ainda sugavam leite, recommençou sua obra num estilo apto para os sentidos modernos e continuou-a em vulgar.”²⁶

É difícil demonstrar se isso de fato aconteceu²⁷ e eventualmente, o porquê dessa mudança: que o poeta realmente pensasse que uma obra escrita na língua da tradição clássica não estivesse ao alcance de um vasto público, ou que implicitamente reconhecesse ter alguma

²⁶ “[...] lasciò istare; e, immaginando invano le croste del pane porsi alla bocca di coloro che ancora il latte suggano, in istile atto a’ moderni sensi ricominciò la sua opera e perseguilla in volgare.” *Trattatello*, XXVI.

²⁷ Nardi (1990, p. 188 nota 46) é da opinião de que, ainda que a notícia fosse verdadeira, ela deve ser colocada em relação com a outra, do mesmo Boccaccio, de acordo com a qual Dante teria começado o poema antes do exílio, e, então, antes do *Convívio*, quando o preconceito da maior nobreza do latim ainda estava firme nele: seria simplesmente um absurdo psicológico o fato de Dante ter pensado em uma *Commedia* em latim, depois de ter escrito o *Convívio* e, talvez, o *De vulgari eloquentia*.

dificuldade e não dominar a língua de Virgílio tão bem como o próprio idioma materno,²⁸ ou que – em sua genial intuição – soubesse que a nova língua que estava surgindo, e que ele contribuía para formar e difundir, estava destinada a suplantar o latim também no campo literário, entre todas as populações da Península Itálica. Se examinarmos a produção poética dantesca – com o breve parêntese classicista das duas *Ecloghe*, cuja paternidade ainda é questionada – vemos que o inteiro trajeto conduz necessariamente à língua vulgar.

De qualquer forma, conforme terei oportunidade de esclarecer neste trabalho, no percurso do pensamento dantesco são constantes o abandono e a superação de uma posição precedente, em favor de novas idéias, mais aptas à expressão do momento: essa transformação pode aparentemente parecer contraditória, mas na realidade faz parte do desenvolvimento de uma idéia, da evolução do pensamento. Como comenta Mengaldo (1996, p. 407), a necessidade de relembrar continuamente o traçado da própria experiência literária e cultural passada, ora para recusar alguns aspectos dessa, ora para recuperar outros e desenvolvê-los no âmbito de novos interesses, é uma atitude constante em Dante, e central na sua personalidade.

A dualidade latim-vulgar está presente desde as primeiras fases da atividade poética de Dante. Para poetar, na juventude até considerara a escolha do vulgar como língua literária, ocasionada por motivos práticos e devida às condições culturais nas quais se encontrava seu público feminino: como comenta D'Ovidio (1876, p.73), era ainda dominado por aquele preconceito que, mantendo o latim, circunscrevia timidamente o uso do vulgar, não podendo baní-lo.

“E o primeiro que começou a se expressar como um poeta vulgar, procedeu assim porque quis fazer entender suas palavras às mulheres, para as quais não era fácil entender os versos latinos. E isso contradiz aqueles que fazem rimas sobre outros assuntos que não os de amor, pois esse modo de falar era no início usado para falar de amor.”²⁹

Essa posição é depois superada, uma vez ampliados os seus estudos e amadurecidas suas idéias: mas permanece uma certa sensação de congênita humildade e limitação, de não considerar essa língua elevada o bastante, no momento em que ele se refere justamente à sua máxima obra poética:

²⁸ Vide também mais adiante p. 27 nota 51.

²⁹ “E lo primo che cominciò a dire sì come poeta volgare, si mosse però che volle fare intendere le sue parole a donna, a la quale era malagevole d'intendere li versî latini. E questo è contra coloro che rimano sopra altra materia che amorosa, con ciò sia cosa che cotale modo di parlare fosse dal principio trovato per dire d'amore.” VN, XXV

“[...] a Comédia [...]; com respeito ao tipo de linguagem, é simples e humilde, como convém à fala na qual se comunicam também as mulherzinhas.”³⁰

ou quando sente, e se preocupa com uma possível transitoriedade e efemeridade do vulgar: falando com Guido Guinizelli, que considera o primeiro representante do *Stil Novo*, isto é, daquele estilo e daquela língua na qual ele mesmo poeta, Dante levanta a dúvida de que essa língua possa durar para sempre:

“E eu para ele: - As vossas doces rimas
que, enquanto durar o uso da língua atual
tornarão preciosas até suas tintas -”³¹

ou ainda quando duvida que a sua língua materna, que usa palavras tão simples, esteja à altura de tratar matérias tão amplas e elevadas, assuntos tradicionalmente reservados para a língua latina: apesar de que, na prática, com os versos da *Commedia* ele já esteja dirimindo essa incerteza:

“Pois não é obra a ser levada na brincadeira
descrever o fundo de todo o universo
nem [isso é possível] na língua que usa palavras como *mamma* ou *babbo*.”³²

A escolha do vulgar como língua da poesia, mesmo que alguma dúvida tivesse surgido no decorrer da composição, foi confirmada pela prática poética e defendida pelos tratados teóricos: esses últimos, por sua vez, foram escritos tanto em vulgar como em latim, de acordo com exigências técnicas e divulgadoras bastante claras, como é o caso do *Convívio* e do *De vulgari eloquentia*, obras que sob diferentes pontos de vista, mas com evidente analogia de conceitos, abordam o mesmo problema da língua e da arte em vulgar.

A intenção de Dante no *Convívio* é se fazer divulgador da ciência e da sabedoria – que formam a essência de uma verdadeira nobreza, não mais fundada sobre o poder e a riqueza – perante um público o mais amplo possível, um público que coincide com a humanidade, à qual é indicado o caminho da verdadeira realização do homem. Nesse simbólico “banquete”

³⁰ “[...] *Comedia* [...]; *ad modum loquendi, remissus est modus et humilis, quia locutio vulgaris in qua et muliercule comunicant.*” *Epis.*, XIII, 31

³¹ “*E io a lui: - Li dolci detti vostri
che, quanto durerà l’uso moderno,
faranno cari ancor li loro incostri.*” *Purg.*, XXVI, 112-114

³² “*Che non è impresa da pigliare a gabbo
discriber fondo a tutto l’universo,
né la lingua che chiami mamma o babbo.*” *Inf.*, XXXII, 7-9.

Estas mesmas palavras pueris, *mamma* e *babbo*, estão incluídas em *DVE*, II vii 4 entre aquelas que não devem absolutamente ser utilizadas no vulgar ilustre, por serem simples demais e, portanto, não nobres.

de ciência, os comensais não conhecem o latim, são adeptos do uso do vulgar e não letrados, (*vulgari e non litterati*)³³, e assim Dante não utilizará a língua das *Escholae*, mas a do vulgar elevado, que será destinado a prevalecer: dessa forma também não serão quebradas as relações de conveniência que devem necessariamente intercorrer entre os comentários e as canções³⁴ em vulgar, que formam a base do tratado.

Apesar de ser também uma apologia da língua vernácula, do vulgar ilustre, o *De vulgari eloquentia* é composto em latim, pois é dirigido aos doutos, aos letrados do tempo, para os quais essa língua era usual e que, ancorados à velha cultura e à língua tradicional da sabedoria, recusavam a nova linguagem e, junto com ela, a nova realidade. “Enquanto poeta, Dante escreve em vernáculo, mas enquanto pensador, alimentado pela filosofia escolástica, o homem político que almeja o retorno de um império supranacional, conhece e pratica a língua comum tanto da filosofia quanto da política e do direito internacional.” (Eco, 2002 p. 57).

O projeto do *De vulgari eloquentia* não seria concebível sem o aparato do *Convívio*, com o qual apresenta uma quantidade de paralelismos, e de cujas reflexões sobre os problemas da língua devia representar um corolário e um desenvolvimento (Mengaldo, 1996 p. 409): mas pela mobilidade intelectual e pela capacidade de se contradizer e de se superar próprias de Dante, às quais acenamos acima, as teorias do tratado latino acabam por se revelar antitéticas àquelas do tratado vulgar em pelo menos um ponto fundamental, isto é, a relação entre as duas línguas.

Examinamos as palavras do primeiro capítulo do primeiro livro, que serve de proêmio ao tratado:

“1. Como não encontramos ninguém antes de nós que tenha tratado da teoria da eloquência vulgar, e como vemos bem claro que essa eloquência é necessária a todos - tanto que a ela inclinam-se não só os homens, mas também as mulheres e as crianças, na medida em que o permite a natureza – sendo nosso desejo iluminar de algum modo o discernimento daqueles que à maneira de cegos andam pelas praças e freqüentemente pensam ter à frente as coisas que estão atrás, procuraremos, inspirados pelo Verbo celeste, ser úteis à língua das pessoas comuns: para encher uma taça tão grande não nos serviremos apenas da água de nosso engenho, mas recebendo e compilando de outros, misturaremos o que há de melhor, para que possamos então ministrar um dulcíssimo hidromel”³⁵

³³ *Conv.*, I ix.

³⁴ O sentido do termo *cantio*, ‘canção’, será definido a seguir, pelas próprias palavras de Dante (vide capítulo 3.1): é claro que não podemos considerar a acepção moderna, de uma forma musical para diversos estilos de composições, na música lírica ou na música popular.

³⁵ “1. Cum neminem ante nos de vulgaris eloquentie doctrina quicquam invenimus tractasse, atque talem scilicet eloquentiam penitus omnibus necessariam videamus - cum ad eam non tantum viri sed etiam mulieres et parvuli nitantur, in quantum natura permittit -, volentes discretionem aliquantulum lucidare illorum qui tanquam

Dante vangloria-se de ter sido o primeiro a escrever um tratado sobre a eloquência vulgar³⁶: isso não significa que todos os elementos de que se utiliza sejam inteiramente novos e originais, tanto que logo especifica ter usado também o que havia de melhor em outros.³⁷

Suas palavras não configuram somente um *topos* de início, mas significam a consciência que o escritor tem da originalidade do que está para escrever, enquanto relacionado com os mais modernos pensamentos de filósofos e gramáticos de sua época.

Assim, mesmo movimentando-se em um ambiente essencialmente tradicional, ele consegue individuar alguns conceitos com singular profundidade e originalidade: de fato é dele, como veremos, a doutrina do contínuo variar das línguas e a classificação dos vulgares italianos, mas a doutrina sobre a origem da linguagem é extraída da Bíblia, dos filósofos e dos teólogos; e também, poderá estabelecer normas sobre a poesia, baseando-se nas práticas de outros poetas, contemporâneos ou anteriores, além da própria (“l’acqua del nostro ingegno”). Sua originalidade consiste especialmente em ter elaborado uma obra orgânica, fixando em formas doutrinárias as diversas normas poéticas seguidas até então pelos poetas, inorganicamente e empiricamente, ou por acaso, *casualiter*.

A finalidade da obra é iluminar a *discretionem*,³⁸ o discernimento das pessoas desprovidas de conhecimento sobre o caminho e sobre os meios para alcançar, através da língua vulgar, a arte de dizer. Como explica Schiaffini (1958/1959, p. 53-54), os letrados italianos que nos séculos XIII e XIV escreviam em latim tinham à disposição uma grande quantidade de normas, de regras, de preceitos, de experiências artísticas referentes ao uso dos vocábulos, à disposição das palavras na frase, à harmonia do período, às diferentes formas de estilo, aos vários tipos de versos e de estrofes: essas doutrinas tinham sido elaboradas durante séculos por uma rica tradição literária. Os escritores que deixaram o latim e começaram escrever em vulgar, procuraram aplicar essas doutrinas também à nova língua, porque quem não as seguia não era considerado ‘eloquente’ e digno de honras literárias: nessas tentativas muitos não tinham bons resultados, ou porque ignoravam algumas regras, ou porque as aplicavam sem critério, em suma, faltavam de *discretio*.

ceci ambulat per plateas, plerunque anteriora posteriora putantes, Verbo aspirante de celis locutioni vulgarium gentium prodesse temptabimus, non solum aquam nostri ingenii ad tantum poculum aurientes, sed, accipiendo vel compilando ab aliis, potiora miscentes, ut exinde potionare possimus dulcissimum ydromellum.” DVE, I i 1.

³⁶ Para o significado de ‘eloquência vulgar’, vide p. 29-31.

³⁷ Sobre a originalidade da obra de Dante, vide também p. 43-44.

³⁸ Para o significado em Dante de *discretio*, vide p. 31-32..

Em seguida Dante explica o que é a língua vulgar, e quais outros tipos de língua existem.

“2. Mas visto que qualquer disciplina deve não demonstrar, mas desvendar o próprio sujeito, de modo que se saiba do que ela trata, dizemos, chegando logo ao assunto, que chamamos de língua vulgar aquela a que as crianças habitam-se por obra dos que lhes estão em volta desde que começam a articular as palavras; ou, como pode-se dizer mais brevemente, definimos língua vulgar aquela que aprendemos imitando sem regra alguma a ama. 3. Temos ainda outra língua de segunda ordem, que os Romanos chamaram de gramática. Essa língua secundária a possuem também os Gregos e outros povos, mas nem todos: são aliás realmente poucos aqueles que chegam a dominá-la, pois não se consegue assimilar suas regras e sua arte senão em um longo período de tempo e com um estudo assíduo.”³⁹

Dante começa agora a distinguir os dois tipos de línguas: a materna e a aprendida depois com os estudos e nesse sentido, cronologicamente, ‘secundária’. Entre essas últimas ele coloca o Latim, o Grego e outras.

Nas linhas finais resume os motivos psicológicos, sociais e culturais de defesa do uso do vulgar que tinha desenvolvido no *Convivio*:

“4. Dessas duas línguas a mais nobre é a vulgar: seja porque foi a primeira a ser utilizada pelo gênero humano; seja porque o mundo inteiro usufrui dela, embora seja dividida em diferentes pronúncias e vocábulos; seja porque ela é natural para nós, enquanto a outra tem, pelo contrário, uma origem artificial. 5. Nossa intenção é tratar dessa, a mais nobre.”⁴⁰

A afirmação da superioridade de uma língua sobre outra, logo no primeiro capítulo de uma obra escrita na língua definida como inferior, poderia aparentemente parecer paradoxal: da mesma forma o *nobilior est vulgar*⁴¹ poderia parecer uma embaraçosa

³⁹ “2.. Sed quia unamquamque doctrinam oportet non probare, sed suum aperire subiectum, ut sciatur quid sit super quod illa versatur, dicimus, celeriter attendentes, quod vulgarem locutionem appellamus eam qua infantes assuefiunt ab assistentibus cum primitus distinguere voces incipiunt; vel, quod brevius dici potest, vulgarem locutionem asserimus quam sine omni regula nutrices imitantes accipimus. 3. Est et inde alia locutio secundaria nobis, quam Romani gramaticam vocaverunt. Hanc quidem secundariam Greci habent et alii, sed non omnes: ad habitum vero huius pauci perveniunt, quia non nisi per spatium temporis et studii assiduitatem regulamur et doctrinamur in illa” DVE, I i 2-3.

⁴⁰ “4. Harum quoque duarum nobilior est vulgaris: tum quia prima fuit humano generi usitata; tum quia totus orbis ipsa perfruitur, licet in diversas prolationes et vocabula sit divisa; tum quia naturalis est nobis, cum illa potius artificialis existat. 5. Et de hac nobiliori nostra est intentio pertractare” DVE, I i 4-5

⁴¹ *Nobilis* tem o duplo significado registrado por Isidoro de Sevilha, de ‘não vil’ e de ‘muito conhecido’ (<nosco, conhecer) e então, na interpretação de Marigo (1948, p. 9 nota 23), ‘antigo’ e ‘perfeito’. “*Nobilis, non vilis, cuius et nomen et genus scitur.*” “Nobre, não vil, do qual é conhecido quer o nome, quer a origem.” *Etym.*, X 184. Dante, porém, insiste na derivação de ‘non vilis’: “*E però é falsissimo che ‘nobile’ vegna da ‘conoscere’, ma viene da ‘non vile’.*” *Conv.*, IV xvi 6.

contradição.⁴² De fato, pouco antes, no *Convivio*, ele tinha afirmado a superioridade do latim sobre o vulgar e sua capacidade, devido à sólida estrutura e tradição, de expressar conteúdos culturais complexos de um modo mais completo que a língua natural:

“[...] por sua nobreza, virtude e beleza. Pela nobreza, pois o latim é perpétuo e não corruptível, e o vulgar não é estável e é corruptível [...] do momento que o latim manifesta muitas coisas concebidas na mente, o que o vulgar não pode fazer,⁴³ como sabem as pessoas que conhecem ambas as línguas, então sua virtude é maior que a do vulgar. [...] Assim é mais bonito aquele discurso no qual as palavras estão mais devidamente em harmonia; e estão mais devidamente em harmonia em latim do que em vulgar, pois o vulgar segue o uso e o latim a arte: razão pela qual se conclui que é mais bonito, mais virtuoso e mais nobre.”⁴⁴

A contradição é aparente, ou seja, nesse ponto Dante soube adaptar a realidade lingüística aos seus fins, demonstrando uma vez mais sua flexibilidade, para conciliar as duas afirmações (Baranski 1996, p. 47). Como explica Mengaldo, “[...] a própria lógica das argumentações o leva a inverter o princípio de maior nobreza do latim declarado [no *Convivio*], carregando de sinal positivo a noção de “naturalidade” do vulgar (que lá significava ainda, negativamente, um uso rebelde às regras) e desviando o conceito de latim como ‘arte’ próprio do primeiro capítulo do *Convivio* em direção àquele do latim como língua *artificialis*, convencional (eixo filosófico da inversão é o axioma aristotélico-tomístico da superioridade da *natura* sobre a *ars*). Paradoxalmente, enquanto o primeiro livro do tratado italiano fechava-se na perspectiva antagônica de uma literatura vulgar que surgia nova no momento do ocaso da usada latina,⁴⁵ no *De vulgari eloquentia* a mesma duplicidade da noção de ‘arte’, inerente à visão dantesca do latim, permite continuar a indicar a regularidade e

⁴² De outro ponto de vista, o *nobilior* não toca diretamente o problema das relações entre latim e vulgar, mas o outro mais genérico entre *locutio vulgaris naturalis* e *locutio secundaria artificialis*. (Paparelli 1975, p.21)

⁴³ Essa declaração, de que o latim pode expressar conceitos que o vulgar não pode, comenta Paparelli (1975 p. 23), não é desmentida no *DVE* e nem nas outras obras de Dante: nisso, mais que em sua incorrutibilidade, estaria a verdadeira superioridade do latim.

⁴⁴ “[...] per la [sua] nobilità e per virtù e per bellezza. Per nobilità, perché lo latino è perpetuo e non corruttibile, e lo volgare è non stabile e corruttibile. [...] onde, con ciò sia cosa che lo latino molte cose manifesta concepute ne la mente che lo volgare far non può, sì come fanno quelli che hanno l'uno e l'altro sermone, più è la virtù sua che quella del volgare. [...] Dunque quello sermone è più bello, ne lo quale più debitamente si rispondono [le parole; e più debitamente si rispondono] in latino che in volgare, però che lo volgare seguita uso, e lo latino arte: onde concedesi essere più bello, più virtuoso e più nobile.” *Conv.*, I v. 7-12-14.

⁴⁵ “Questo sarà luce nuova, sole nuovo, lo quale surgerà là dove l'usato tramonerà, e darà lume a coloro che sono in tenebre e in oscuritate, per lo usato sole che a loro non luce.” “Esse será luz nova, sol novo, o qual nascerá lá onde o usado desaparecerá, e dará lume àqueles que estão nas trevas e na escuridão, pelo sol usado que não os ilumina.” *Conv.*, I xii 12.

estabilidade desse último como modelo permanente do vulgar, que está adquirindo dignidade cultural e normas estáveis.”⁴⁶

A comparação entre as respectivas qualidades do latim e do vulgar tem um papel fundamental no pensamento lingüístico dantesco, na época da composição dos dois tratados. A questão era tão importante para Dante que ele dedica todo o primeiro livro do *Convívio* à discussão sobre a possibilidade e a legitimidade de um comentário em vulgar às suas poesias: esse gênero de literatura era tradicionalmente dominado pelo latim. No tratado em vulgar, as qualidades superiores do latim estão relacionadas com seu caráter de ‘artificialidade’: o latim é regular e estável, e possui uma harmonia e uma capacidade expressiva bem mais testadas na prática do que o vulgar. A exigência de estabilidade – lembra Mengaldo (1996 III, p. 263) – era um cânone fundamental para as mentes medievais. A defesa do vulgar é conexa ao reconhecimento do seu caráter de naturalidade, da sua relação íntima com quem fala e quem escreve, e, de outro lado, à possibilidade de ser entendido por um público mais amplo de que aquele formado pelos poucos conhecedores de latim.

A iniciativa de um comentário em vulgar – acrescenta Mengaldo - é motivada especialmente pela vontade de tornar clara a capacidade potencial do próprio vulgar: nesse sentido a legitimação do comentário vulgar insere-se numa política cultural de alternativa à hegemonia do provençal e talvez também do francês (se for considerado o exemplo precedente de prosa didática do *Tresor* de Brunetto Latini).

A teoria do *De vulgari eloquentia* insere-se no mesmo plano conceitual de legitimação do vulgar, iniciado pelo *Convívio*. De fato, sua finalidade é não só a demonstração de uma eloquência vulgar, baseada em preceitos paralelos à latina, mas também especialmente a fixação de um conjunto de normas rigorosas, a elaboração de obras doutrinárias, *doctrinatas poetrias*, para que os poetas possam poetar não casualmente, *casualiter*, mas segundo as regras, *regulariter*: desses elementos construtivos a língua vulgar derivaria sua estabilidade e poderia assim equiparar-se e substituir a dos antigos.

⁴⁶ “[...] la logica stessa di quelle argomentazioni lo porta a rovesciare il principio di maggior nobiltà del latino ivi sancito, caricando di segno positivo la nozione di ‘naturalità’ del volgare (che là era ancora, negativamente, uso ribelle alle regole) e deviando il concetto del latino come <arte> proprio del I del ‘Convívio’ verso quello del latino come lingua ‘artificialis’, convenzionale (perno filosofico del rovesciamento è l’assioma aristotelico-tomistico della superiorità della ‘natura’ sull’‘arte’). Paradossalmente, mentre il I libro del trattato si chiudeva nella prospettiva antagonistica di una letteratura volgare che sorgeva nuova dove l’usata latina tramontava, nel ‘De vulgari’ la duplicità stessa della nozione di ‘arte’, insita nella visione dantesca del latino, permette di continuare ad additare la regolarità e stabilità di quest’ultimo come permanente modello del volgare che va acquistando dignità culturale e norme stabili.” Mengaldo 1979, p. 7.

Os que poetam em vulgar, para aperfeiçoar o próprio estilo, devem ter como modelo os grandes poetas latinos, que usaram uma linguagem que possuía regras bem precisas.

“3. Todavia, eles diferem dos grandes poetas, isto é dos regulados, porque esses grandes poetaram em uma língua e de acordo com uma técnica regulares, enquanto aqueles o fizeram, como foi dito, por acaso. Acontece então que quanto mais de perto os imitarmos, tanto mais corretamente poetaremos. Quanto a nós, que visamos uma obra doutrinal, convém emular suas poéticas, ricas de doutrina.”⁴⁷

Nos decorrer do primeiro livro, Dante voltará a falar do assunto e restabelecerá a relação com o início do tratado, explicando a gênese das línguas gramaticais: entre elas, indicará insistentemente a regular *gramatica*, o latim, e os seus escritores como modelo para a regulamentação retórica e a estabilização do vulgar.

Como lembra Lo Piparo (1986, p. 5), o termo *gramatica* não se refere sempre aos mesmos conceitos, nos escritos de Dante. No *Convívio*, aparece antes no sentido restrito de ciência referente às regras por meio das quais o discurso poético é construído, quando, comentando uma canção sua, convida a considerar a beleza dessa, pois “[...] é grande também pela construção, que pertence aos gramáticos, [...]”⁴⁸

Mais adiante, Dante amplia o conceito, definindo a gramática como uma das ciências “pela posse das quais podemos investigar a verdade, que é a nossa mais alta perfeição.”⁴⁹ lembrando então a distinção medieval das ciências do trívio e do quadrívio e incluindo-a entre as três ciências especulativas da palavra, junto com a retórica e a dialética.

No *De vulgari eloquentia* (I ix 11), o poeta declara que essa gramática não é outra coisa senão uma certa identidade da língua inalterável em diferentes tempos e lugares, “*que quidem gramatica nichil aliud est quam quedam inalterabilis locutionis ydemptitas diversis temporibus atque locis*.”: no início do tratado diz que tinha sido chamada assim pelos Romanos, e que outros povos, como os Gregos, também a possuíam. Indica então uma língua artificial e estável, que se contrapõe ao vulgar, natural e variável.

Já na *Vita Nova* encontra-se um indício do conceito da coexistência, entre alguns povos antigos e modernos, de duas línguas, isto é, de poetas que escreviam não em língua vulgar, mas em uma língua ‘gramatical’, como a latina e a grega.

⁴⁷ “3. Differunt tamen a magnis poetis, hoc est regularibus, quia magni sermone et arte regulari poetati sunt, hii vero casu, ut dictum est. Idcirco accidit ut, quantum illos proximius imitemur, tantum rectius poetemur. Unde nos doctrine operi intendentes, doctrinatas eorum poetrias emulari oportet.” DVE, II iv 3..

⁴⁸ “[...] é grande, si per costruzione, la quale si pertiene a li gramatici, [...]”. Conv., II, xi, 9.

⁴⁹ “per l’abito de le quali potemo la veritate speculare, che è l’ultima perfezione nostra” Conv., II, xiii, 6.

“[...] antigamente não cantavam sobre o amor na língua vulgar, aliás, alguns poetas cantavam sobre o amor em língua latina; talvez acontecesse entre outros povos, e aconteça ainda, assim como na Grécia: entre nós digo que tratavam dessas coisas não os poetas vulgares, mas os letrados.”⁵⁰

O termo geralmente é utilizado por Dante para indicar a língua latina: esse uso, lembra Mengaldo (1996, III p. 260), era bastante difundido nos séculos XII e XIV, tanto na península italiana, como também em outras regiões europeias, e não era limitado aos textos vulgares.

O uso da palavra *gramatica* como sinônimo de ‘língua latina’ aparece no *Convívio* quando Dante, lembrando o tempo no qual se aproximou aos escritos de Cícero, reconhece uma certa dificuldade e limitação inicial para com a língua dele, superada pela força do engenho mais que por uma adequada preparação:

“E acontece que no início foi difícil para mim entrar no pensamento deles, enfim entrei tanto por dentro, quanto o conhecimento da gramática que eu tinha e um pouco do meu engenho podiam fazer;”⁵¹

É interessante notar que no *De vulgari eloquentia* Dante não usará nunca a palavra *latinus* para indicar a língua de Roma, mas sim exclusivamente o termo *gramatica*:⁵² no entanto, as formas *Latium* e *latinus* alternar-se-ão com *Ytalia* e *ytalus*, para indicar a península itálica e seus habitantes. Esse uso é comum em Dante.⁵³

Os dois modos de identificar a Itália e os Italianos encontram-se em igual medida no tratado: das perto de sessenta ocorrências (todas no primeiro livro do tratado, com exceção de duas no início do segundo), quase exatamente a metade pertence a um ou ao outro modo. Tenho a sensação, porém, de que, quando Dante quer se referir à península e ao seus habitantes não tanto em termos geográficos distintivos dos outros povos e países, mas em termos “nacionalísticos”, ele tem uma clara preferência por *Ytalia* e seus derivados. Isso é evidente no final do primeiro livro onde, como veremos mais adiante, ele percebe e sugere o vulgar ilustre como fator de união dos Italianos: nos dois curtos capítulos encontramos bem dez vezes ‘*Ytalia*’ e seus derivados, contra dois únicos ‘*latium*’.

⁵⁰ “[...] anticamente non erano dicatori d’amore in lingua volgare anzi erano dicatori d’amore certi poete in lingua latina; tra noi dico, avvegna forse che tra altra gente addivenisse, e addivegna ancora, sì come in Grecia, non volgari ma litterati poete queste cose trattavano.” VN, xxv 3

⁵¹ “E avvegna che duro mi fosse ne la prima entrare ne la loro sentenza, finalmente v’entrai tanto entro, quanto l’arte di gramatica ch’io avea e un poco di mio ingegno potea fare;” VN, II xii 4

⁵² De acordo com sua concepção das línguas, às vezes, Dante refere-se ao latim simplesmente como língua *regulata* (DVE, II viii 7) e aos poetas latinos como poetas *regulati* (DVE, II vi 7 e II ix 12).

⁵³ Vide, por exemplo, *Purg.*, XI 58: “*Io fui latino e nato d’un gran toscano*.” “Eu fui italiano e nascido de um grande senhor toscano.”

A relação entre o latim e o vulgar torna-se definida: uma língua não é inferior à outra, a *prima locutio* é anterior geneticamente à outra, é uma experiência da palavra primordial e imediata, anterior não só às outras linguagens, mas também a todas as ciências e sabedorias, das quais constitui a condição necessária.⁵⁴ O vulgar é mais próximo ao homem porque foi a primeira língua que ele usou, e através dela chegou a uma segunda língua, à *gramatica*; tem uma função propedêutica, de iniciar no latim e de levar às verdades nele contidas. Na mente de Dante, entre vulgar e latim não há incompatibilidade ou contraste:

“Esse meu vulgar foi a união dos meus pais, que com ele falavam [...] Ainda, esse meu vulgar me introduziu no caminho da ciência, que é a mais alta perfeição, desde que com ele entrei no latim e com ele me foi mostrado: esse latim, depois, foi para mim instrumento para uma elevação ainda maior.”⁵⁵

Por isso no *De vulgari eloquentia*, em contraposição à língua materna *naturalis*, Dante refere-se ao latim como *locutio secundaria* e *artificialis*, onde *naturalis* e *artificialis* referem-se a diferentes modos e técnicas de aprendizado: a primeira língua é aprendida por todos sem regra específica, pelo uso no âmbito familiar, enquanto a segunda requer um estudo e um treinamento específico, e por isso é alcançada por poucos. Dante repete assim a mesma oposição contida no *Convivio* I V 14, entre aprendizado por experiência pessoal (*uso*) e aprendizado por educação escolar (*arte*).

Durante toda a Idade Média, mas já a partir do período clássico, o latim tinha sofrido muitas modificações, como costuma acontecer com as línguas faladas. Havia dois aspectos da mesma língua que, com o correr do tempo, se tornaram cada vez mais distintos: o ‘clássico’, o idioma estilizado e transformado em instrumento literário, e o ‘vulgar’, falado pelo povo.

O latim vulgar não deu origem diretamente às línguas neolatinas, mas entre aquele e estas houve os vários *romances*, as modificações regionais do latim, dos quais saíram então as línguas românicas, que chamamos genericamente de ‘vulgares’.

O latim ‘clássico’, ao contrário, que permaneceu em uso entre os letrados, era sujeito ao freio das normas e da tradição: assim mesmo, muitas estruturas fonéticas, sintáticas e lexicais tinham variado, fato que o transformava em outra língua, em parte diferente daquela

⁵⁴ Lo Piparo (1986, p. 8-9) atribui à *gramatica* (*locutio secundaria*) a faculdade da escrita: *secundaria* então, não por ser menos importante, mas porque, em termos de tempo, a linguagem escrita existe e pode ser aprendida somente após a linguagem falada (*naturalis locutio vulgaris*). Os inventores *gramatice facultatis* seriam então os inventores da língua escrita, onde *gramatice facultas* refere-se à habilidade de ler e escrever. A esse respeito vide também a nota 104.

⁵⁵ “Questo mio volgare fu congiugniture de li miei generanti, che con esso parlavano [...] Ancora, questo mio volgare fu introduttore di me ne la via di scienza, che è ultima perfezione, in quanto con esso io entrai ne lo latino e con esso mi fu mostrato: lo quale latino poi mi fu via a più innanzi andare.” *Conv.*, I xiii 4-5.

dos clássicos. A língua na qual é escrito o tratado não é então o latim dos escritores da antiguidade, mas a língua que a tradição douta da Idade Média e a Igreja transmitiam.

Dentro de seu conceito de mutabilidade das línguas naturais, em contraposição às línguas artificiais, pode surgir a dúvida se Dante tinha consciência da relação entre o latim que ele usava e o dos clássicos, língua por definição ‘gramatical’, criada para que permanecesse estável. Quando, como veremos, o seu pensamento amadurece e ele reconhece a mutabilidade da língua de Adão, a sua concepção das línguas convencionais, como o latim, pode ter sido afetada.⁵⁶

O latim de Dante reflete em geral a língua dos doutos do tempo, e apresenta desse modo algumas características peculiares. Sua cultura apóia-se sobre a *auctoritas*, a autoridade dos escritores latinos que ele considera clássicos, poetas e prosadores, e que ele menciona expressamente.⁵⁷ No campo teórico, além dos tratados como a *Ars Poetica* de Horácio (a única obra citada especificamente no *De vulgari eloquentia*), as obras de Cícero e de Quintiliano, e a *Rhetorica ad Herennium*, sua língua se ressentia dos ensinamentos das retóricas medievais por ele conhecidas: mas para um espírito medieval e cristão como ele não pode faltar também a influência das Sagradas Escrituras, com toda a sua tradição filosófica e teológica.

O léxico dantesco é então permeado de termos que provêm de sua formação e de suas leituras, cuja interpretação, em sincronia com o tempo, pode facilitar o entendimento de sua obra e de seu pensamento: já no capítulo introdutório encontram-se várias expressões, que justificam uma análise mais demorada. O sintagma ‘*vulgaris eloquentia*’ que aparece no primeiro parágrafo e que, como vimos, dá origem ao título da obra, é um claro exemplo.

O adjetivo *vulgaris* mantém, nas suas diversas aplicações no decorrer do tratado, seu significado etimológico de ‘relativo ao *vulgus*, à multidão, ao povo’: conforme atesta Sofer (1936, p. 223-225), o termo encontrava-se já em Ênio, Plauto e Terêncio e depois em diversos autores na latinidade clássica, usado especialmente no ablativo *vulgo/volgo*, em função adverbial e em expressões impessoais. Assim encontramos, por exemplo: Plauto, *Amph.* 185: “*quod volgo haud solent*” (“porque comumente não usam”); Cícero *Off.* II, 69: “*itaque volgo loquuntur*” (“Como se diz geralmente”); Quintiliano II, 10, 13: “*ut nos vulgo loquimur*” (“Como nós dizemos comumente”), já no sentido de linguagem corrente, não clássica, diferente do significado básico.

⁵⁶ Vide também p. 43 e 44 nota 90.

⁵⁷ Vide p. 81 e 83.

Na tarda latinidade o termo serve para distinguir o que pertence à linguagem popular e não mais à *gramatica*: assim nas *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha (c. 560 – 636), grande enciclopédia da sabedoria da Idade Média, lemos: “*Oestrum autem Graecum est, qui latine asilus, vulgo tabanus vocatur.*” “Mas *Oestrum* [um tipo de mosca] é palavra grega, que é chamado em [bom] latim *asilus* e em [latim] popular *tabanus*”⁵⁸

Da mesma forma, em Dante *vulgaris* indica algo referente à maioria das pessoas que se utilizam de uma língua nativa, natural e variável,⁵⁹ em contraposição àquela artificial e tradicionalmente estável própria de um restrito número de indivíduos cultos, que era a *gramatica*. Assim quando ele fala de *vulgarium gentium*, ele entende ‘pessoas comuns’, o que corresponde exatamente àquele grupo de indivíduos mencionados no *Convivio*, “*volgari e non litterati*”, que é o público ao qual se dirige. Em geral o adjetivo, substantivado ou qualificando palavras do mesmo grupo semântico (*eloquentia, lingua, locutio, ydioma, loquela*),⁶⁰ terá o significado de língua no seu sentido mais amplo: a tradução literal de ‘vulgar’ ou ‘língua vulgar’ tem um significado claro no contexto, sem correr o risco de ser reduzida à acepção habitual e pejorativa da língua moderna.

Aspectos diferentes condicionam a interpretação da palavra *eloquentia*, devido ao fato de que o sentido de ‘eloquência’ na língua portuguesa está normalmente ligado à língua falada, com uma forte conotação retórica, aludindo frequentemente a um estilo verboso e empolado, a uma facilidade e a uma riqueza de expressão, usados de forma que domine o ânimo de quem ouve: mas não é esse o significado atribuído por Dante ao termo.

No primeiro capítulo do tratado o autor contrapõe *eloquentia*, expressão de arte, a *locutio*, língua ou ‘o ato de falar, a palavra, a expressão lingüística’, na interpretação de Tavoni (1987, p. 386).⁶¹, pressuposto necessário para a primeira. A Antiguidade e a Idade Média sempre distinguiam a eloquência da língua, correspondentes a duas artes diferentes, retórica e gramática. De acordo com Marigo (1948, p. 3), devido ao impulso vindo de Prisciano, que fundamenta suas regras de língua sobre a autoridade dos oradores e ainda mais dos poetas e da *Rhetorica ad Herennium*, a qual coloca no mesmo plano *orationes* et *poemata* para a doutrina da *elocutio*, citando tanto os oradores como os poetas, conforme a tradição da

⁵⁸ *Etym.*, VIII 15.

⁵⁹ Evitamos, na medida do possível, usar o termo ‘dialeto’, porque falar de dialetos na época de Dante não seria apropriado: o conceito de dialeto implica aquele de língua comum – ainda não constituída no início do século XIV - como polaridade contrária. (Nencioni 1983, p. 34)

⁶⁰ Como falamos, dessa mesma família semântica, Dante não usa nunca no tratado o termo *eloquium*. A respeito da escolha das várias opções lexicais, em particular de *locutio*, vide mais adiante p. 38-40.

⁶¹ Vide também a nota 78.

retórica grega e em particular da aristotélica, a *eloquentia* abarcava na Idade Média não só a prosa ornamentada da *Ars Dictamini*, a arte de redigir documentos e cartas, mas também a poesia. Deste modo entende também Dante, procurando fornecer ensinamentos não de gramática, mas de poética e de retórica vulgar, para a poesia e para a prosa: o projeto, como vimos, não será plenamente realizado, e ele chegará a dar normas de artístico refinamento somente para o vulgar elevado da *cantio*, a canção.

O quanto é difícil para nós modernos aproximar-nos do verdadeiro pensamento de Dante é demonstrado por Paparelli, citando um estudioso do porte de Di Capua que, depois de ter pesquisado cientificamente as acepções da palavra *eloquência* nos clássicos, nos escritores medievais e nas várias interpretações dos críticos, quando tenta dar ele mesmo uma definição fundamentada nos usos que o próprio Dante faz do termo, não chega a uma conclusão e é levado ora a anotar que “num certo sentido poder-se-ia dizer que *eloquência* seja sinônimo de lingüística geral” ora que, num outro sentido, “o *De Vulgari Eloquentia* poderia muito bem ter o título de *Rhetoricae-Poetria*, isto é, arte de dizer em Vulgar, no amplo significado que tais palavras tiveram na Idade Média”.⁶²

Por conseguinte, a intenção do tratado já é esclarecida no título, *De vulgari eloquentia*, (à qual se subentende *doctrina*): se entendermos *doctrina* como “ensinamento” “tratado didascálico”, na definição de Schiaffini (1958/1959, p. 40), teremos: “Ensino da arte de dizer em vulgar” ou mais especificamente “arte de dizer em língua vulgar”.

Outro termo fundamental para a interpretação do pensamento dantesco é a *discretio*, que, como vimos, aparece logo no primeiro capítulo, e depois seguidamente até o último parágrafo do capítulo final, lá onde o tratado se interrompe.⁶³ Di Capua – citado por Schiaffini (1958/9, p. 51) – de fato é da opinião de que o pensamento central, o qual dá luz e unidade a toda a obra dantesca, é a teoria da *discretio*.

Etimologicamente *discretio* deriva de *cernere*, que significava concretamente ‘escolher’, ‘separar’, ‘passar no crivo’ e depois, passando para o campo intelectual e moral, ‘distinguir’, ‘discernir’: o substantivo *discretio*, o adjetivo *discretus* e o advérbio *discretive*, são termos técnicos na linguagem da retórica medieval, aplicados à estética e à arte de imagens.

⁶² “in un certo senso si potrebbe dire che eloquenza sia sinonimo di linguistica generale [...] il *De vulg. eloq.* potrebbe ben intitolarsi *Rhetoricae-Poetria*, cioè arte del dire in Volgare, nell’ampio significato che tali parole ebbero nel medioevo.” Paparelli 1975, p. 37 nota 23.

⁶³ “*Nostra igitur primo refert discretionem facere intere a que canenda occurrunt*,” “Antes, então, precisamos fazer uma distinção entre os assuntos que devem ser cantados,” *DVE*, II xiv 2

Devido à intercomunicabilidade dos dois significados básicos, que devia estar bem presente na consciência lingüística de Dante – como esclarece Mengaldo (1996 II, p. 490), no *De Vulgari Eloquentia* às vezes os dois sentidos confundem-se, como quando ele trata da escolha do estilo a ser usado:

“Depois, naqueles que se apresentam como assunto de poesia, devemos ter a capacidade de distinguir se temos de cantá-los em forma trágica, cômica ou elegíaca.”⁶⁴

No tratado, a oscilação é constante. Dante, às vezes, usa a palavra no significado primitivo e concreto, de ‘distinção’, ‘separação’,⁶⁵ mas geralmente a *discretio* é a capacidade de compreensão, a capacidade racional de escolha, o uso sábio dos meios de expressão. Desse modo, quando fala dos *doctores illustres* bolonheses, dos mestres ilustres da poesia, que souberam afastar-se de sua linguagem municipal, os define “*vulgarium discretione replet*”, repletos de discernimento em matéria de vulgar.

Ele pretende fornecer as cognições técnicas necessárias àqueles que desejam expressar-se eloqüentemente em vulgar, de modo a fazer uso delas com a capacidade racional de juízo. Nas palavras do próprio poeta:

“Assim como a parte sensitiva da alma tem seus olhos, pelos quais aprende as diferenças entre as coisas, pois elas são coloridas por fora, assim a parte racional tem seu olho, pelo qual aprende as diferenças entre as coisas, pois elas são ordenadas para alguma finalidade: e esse é o discernimento.”⁶⁶

Não se deverá então entender a *discretio* no sentido do português ‘discrição’ (que deriva diretamente do latino), a fim de evitar a conotação usual de ‘discreto’, ‘modesto’, ‘circumspecto’; poderá ser utilizado o termo ‘discernimento’ ou, quando for o caso, uma perífrase com o verbo ‘distinguir’ e seus derivados.

Uma função paralela àquela de *discretio*, nos processos racionais de escolha e seleção por parte dos homens sábios e letrados, é revestida no tratado pelo substantivo *cribrum* (ou

⁶⁴ “*Deinde in hiis que dicenda occurrunt debemus discretionem potiri, utrum tragice, sive comice, sive elegiace sint canendas.*” DVE, II iv 5.

⁶⁵ Por exemplo, em DVE, II i 10: “*dicimus verum esse quando cesset discretio: puta si aurum cum argentum conflemus.*” “dizemos que é verdade, no caso que desapareça a separação: por exemplo, se fundíssemos o ouro com a prata..”

⁶⁶ “*Si come la parte sensitiva de l'anima ha i sui occhi, con li quali apprende le differenze delle cose in quanto elle sono di fuori colorate, così la parte razionale ha suo occhio, con lo quale apprende la differenza de le cose in quanto sono ad alcuno fine ordinate: e questa è la discrezione.*” Conv., I xi 3.

cribellum), ‘crivo’, ‘peneira’, ‘joeira’ e pelo verbo correspondente *cribrare*, derivados também da raiz de *cernere*: os termos reaparecem várias vezes no tratado, como quando Dante descreve detalhadamente seu trabalho de buscar um vulgar ilustre entre os vulgares itálicos, ou lá onde ele trata da distinção e da escolha dos vocábulos:

“Observa então com atenção, ó leitor, quanto te é necessário peneirar para separar do resto as palavras elevadas. De fato, se considerares o vulgar ilustre, que é, conforme foi dito antes, o que devem usar os poetas trágicos vulgares, aqueles que entendemos instruir, tomarás cuidado para que no teu crivo permaneçam somente os vocábulos mais nobres.”⁶⁷

Nesse passo, no uso de termos de vaga inspiração evangélica (a separação do joio do trigo)⁶⁸ encontramos a metáfora do minucioso trabalho crítico do poeta.

2.2 – Reflexões filosóficas sobre a história da linguagem: o conceito de desenvolvimento histórico das línguas

O primeiro capítulo do tratado tem caráter de introdução à obra inteira, e em particular ao primeiro livro, com o anúncio da matéria doutrinal, e da sua novidade e finalidade, e com a individuação do fundamento, ou *subjetum*, da doutrina, a língua vulgar natural. Esse ‘nobre’ *subjetum* é definido nos capítulos sucessivos. De acordo com o desenho sistemático do *De vulgari eloquentia*, conforme o espírito de seu autor e o uso dos pensadores da época em começar sempre *ab ovo*, Dante inicia falando da linguagem humana, entendida em sentido geral, e procura resolver todas as questões fundamentais. (D’Ovidio 1876, p. 80)

Dante pergunta-se⁶⁹ em que consiste a faculdade de falar, e para quais seres foi concedida: conclui que a linguagem é a característica mais específica da espécie humana. De

⁶⁷“Intuearis ergo, lector, actente quantum ad exaceranda egregia verba te cribrare oportet: nam si vulgare illustre consideres, quo tragici debent uti poete vulgares, ut superius dictum est, quos informare intendimus, sola vocabula nobilissima in cribro tuo residere curabis.” DVE, II vii, 3. Vide também: DVE, I xi 6 e I xii 1.

⁶⁸ “cuius ventilabrum in manu eius et purgabit aream suam et congregabit triticum in horreum suum” “Tem na mão o joeiro e limpará sua área e recolherá o trigo em seu celeiro” Lucas, 3, 17.

⁶⁹ Para facilitar a compreensão, apresentamos um breve resumo dos capítulos a serem comentados.

fato, os anjos e os animais inferiores (nos dois extremos opostos) não necessitam da linguagem: nos anjos há identidade entre pensamento e comunicação, e os animais são guiados pelo simples instinto. Alguns animais podem imitar a voz do homem, mas não possuem a faculdade complexa da linguagem.

No capítulo seguinte, analisando por que a palavra é necessária ao homem, Dante define com grande clareza a dupla natureza da linguagem humana, que é ao mesmo tempo constituída por uma substância racional e por uma substância material. De fato, a linguagem transmite-se através dos sentidos (pois o som emitido pelos órgãos vocais é recebido através do ouvido), mas ela fala com a razão e por ela.

No capítulo IV a reflexão filosófica do poeta sobre a natureza da linguagem tem como base diretamente a Bíblia. O problema em exame refere-se ao lugar em que foi pronunciada a primeira palavra, o tempo no qual isso aconteceu, e a identidade do primeiro falante. Refletindo sobre o conto bíblico, conclui que Adão falou pela primeira vez no Paraíso Terrestre, respondendo a Deus.

A análise do assunto é continuada e concluída no capítulo seguinte, onde é confirmada a hipótese até então formulada, segundo a qual o ser humano teria falado pela primeira vez a Deus no Paraíso Terrestre.

É desenvolvido também o conceito teológico da linguagem como um dom do Criador para a sua criatura.

Numa breve digressão, Dante declara ter adquirido um amplo conhecimento do mundo. Assim ele sabe que não existe somente a língua da sua pátria, e que ela certamente não é melhor que as outras. A esse respeito, ele acena ao seu amor por Florença, e lembra o exílio injustamente sofrido. Para explicar a variedade das línguas existentes, Dante recorre ao conto bíblico do episódio da torre de Babel: antes da confusão, os homens tinham uma única linguagem, aquela que Deus dera a Adão, e que foi herdada pelos filhos de Heber, que foram chamados Hebreus.

O poeta inicia o capítulo VII com um lamento sobre a natureza pecadora do homem, e sobre o seu obstinado perseverar no mal. Conta em seguida o episódio da torre de Babel, enriquecendo-o com detalhes que não constam da versão da Bíblia, e que são fruto da sua reflexão e do seu espírito de homem medieval. A confusão das línguas alcançou os construtores da torre e os dividiu de uma maneira homogênea, por categorias profissionais (arquitetos, pedreiros, quebradores de pedras, transportadores etc.) que não conseguiram mais se comunicar entre si: esse passo, inspirado na construção de Cartago descrita por Virgílio no

primeiro livro da *Eneida*, é bastante interessante do ponto de vista estilístico, pela vivacidade devida ao uso do *cursus*, a prosa rítmica. D'Ovidio (em Schiaffini 1958/9, p. 77-78) lembra como a correspondência da variedade das línguas com a variedade das classes de trabalhadores é uma pura invenção dantesca, de clara derivação psicológica. Na mente de um florentino da época o achado de confiar às '*Arti*'⁷⁰ a confusão das línguas veio naturalmente e pareceu muito feliz. O fato de que Dante, no exílio, pense em Florença e nos grupos rivais como a uma Babel, não é casual, - confirma Corti (1993, p. 96) – porque na *Epistola* VI os florentinos são definidos "*alteri Babiloni*", outros Babilônios.

A língua que tinha sido dada por Deus para Adão permaneceu somente para um pequeno grupo de pessoas, que não aprovara e não quisera participar na construção, e aquele grupo de pessoas deu origem ao povo Hebreu. Assim a língua hebraica é a mais antiga das línguas naturais, e por ser originária não da confusão, mas sim da graça de Deus, foi a língua de Cristo.

Depois da confusão das línguas, os homens dispersaram-se por todas as partes do mundo: na Europa entraram três povos, cujos três idiomas originários produziram três grupos de línguas. Dante identifica então três áreas: 1. a das línguas que nós designamos germânicas e eslavas; 2. a Grega, entre a Europa e a Ásia; 3. a área da Europa meridional, com o provençal, o francês e os vulgares itálicos. No interior de cada um dos grupos, a unidade lingüística original foi se perdendo, e cada língua ramificou-se em diversas outras: assim aconteceu com os povos da área germânica e eslava, para os quais permaneceu como sinal da comum origem o advérbio de afirmação *iò*. Também o terceiro grupo, da Europa meridional, agora tripartido nas línguas do *oc*, do *oïl* e do *sì*, mostra claramente a origem comum, devido à estreita unidade lexical.

O capítulo IX conclui esta primeira parte do livro, enquadrando a questão da complexa divisão das línguas. Dante avisa o leitor que está para enfrentar temas nunca estudados por outros; avisa também sua intenção de limitar a análise à sua língua natural, ou seja, ao vulgar italiano. Volta a insistir no fato da comum origem dos vulgares de *oc*, *oïl* e *sì*, e compara três fragmentos poéticos, um para cada língua, e salienta como cada um contém a palavra *amor*, idêntica nas três. Depois de ter estabelecida a identidade de origem das três línguas, Dante

⁷⁰ As '*Arti*' eram corporações que reuniam categorias de trabalho e de profissões afins, para tutelar os interesses comuns: na Florença comunal estavam inseridas com forte poder e tinham uma função política muito ativa no governo da cidade.

enfrenta duas questões fundamentais: a mutabilidade das línguas naturais no espaço e a mutabilidade no tempo, por serem elas produto do homem, ser extremamente mutável e instável. Conclui então o discurso deixado em aberto no capítulo inicial, com a explicação da gênese e da função da *gramática*: língua convencional, regulada pelo consentimento comum de muitas pessoas, e então inalterável, nascida de fato para obviar a incompreensão entre antigos e modernos e entre povos diversos, que seria provocada por existirem unicamente as línguas naturais, infinitamente fragmentárias e mutáveis.

A doutrina lingüística de Dante resume o que de melhor apresentava a especulação medieval sobre a linguagem. Se algumas opiniões, anteriormente aceitas, foram depois recusadas pelo poeta, mais que de sucessivas mudanças de pensamento, trata-se do lento amadurecer de uma idéia fecunda que fatalmente devia provocar o desmoronamento dos preconceitos tradicionais (Nardi 1990, p. 173).

Os pensadores medievais acolheram como dogma o postulado de que a multiplicidade das línguas fosse um efeito do castigo divino, determinado pela construção da torre de Babel, e acolheram também como subentendidos e implícitos os postulados de que a fala fosse uma faculdade primária e imediata do homem, e que a língua originária fosse a hebraica (Schiaffini 1958/9, p. 67): Dante expõe, de uma maneira clara e original, o pensamento ortodoxo.

Mas, o que é a linguagem? Dante tem uma clara noção acerca de faculdade da linguagem (Eco 2002, p. 58): como afirmara no primeiro capítulo, existe uma faculdade de aprender a linguagem materna que é natural, e tal faculdade é comum a todos os povos, apesar da diversidade da pronúncia e dos vocábulos.

Não se trata de uma língua específica, e sim de uma faculdade geral, comum à espécie humana, pois, entre todos os seres, somente ao homem foi dado o dom de falar.⁷¹ Expressar os conceitos da alma por meio da palavra é próprio do homem: a linguagem é o conjunto dos signos expressivos dos *intellectus* ou *conceptiones* da mente.

“Consideremos de fato com atenção o que temos em vista quando falamos: é evidente que não é nada mais que manifestar aos outros o que é concebido pela nossa mente”⁷²

Escreve Nardi: “O que torna possível a comunicação das *conceptiones* da mente entre os homens é, de um lado, a natureza racional comum, e, do outro, o signo sensível no qual se

⁷¹ “nam eorum que sunt omnium soli homini datum est loqui” DVE, I ii, 1

⁷² “Si etenim perspicaciter consideramus quid cum loquimur intendamus, patet quod nichil aliud quam nostre mentis enucleare aliis conceptum.” DVE, I ii 3

encarna o conceito da mente. A palavra é a síntese viva do conceito com o signo sensível; esse último é verdadeiramente palavra, enquanto possui um valor espiritual.”⁷³

“1. Por ser então o homem guiado não pelo instinto natural, mas pela razão, e diferenciando-se essa razão em cada indivíduo no que se refere à capacidade, seja de discernimento, seja de juízo, seja de escolha, tanto que cada um parece quase gozar do privilégio de constituir uma espécie à parte, concluímos que ninguém pode compreender o outro através dos próprios atos ou paixões, como faz o animal bruto. Nem acontece que um possa penetrar no íntimo do outro através de um espelhamento espiritual, à maneira dos anjos, porque o espírito humano é encoberto pela grossura e opacidade do corpo mortal.

2. Foi preciso, portanto, que o gênero humano, para comunicar mutuamente os próprios conceitos, tivesse um tipo de signo racional e sensível; porque, tendo de receber da razão e à razão levar, foi preciso que fosse racional; e tinha de ser sensível, porque nada pode ser transmitido de uma razão para uma outra se não por meio dos sentidos. Portanto, se fosse somente racional, não poderia passar de um indivíduo para outro; se fosse somente sensível, não poderia receber da razão nem na razão depor.

3. Este signo é aquele mesmo sujeito nobre do qual falamos: de fato é algo de sensível enquanto é som; é algo de racional, enquanto com certeza parece significar alguma coisa por nosso arbítrio.”⁷⁴

O que une o *signum sensuale* ao conceito da mente? O som da voz torna-se palavra somente enquanto significa alguma coisa *ad placitum*, pelo arbítrio: o homem, guiado pela razão, que em cada indivíduo particular assume formas diferentes de discernimento e de juízo, necessita de uma faculdade que lhe permita manifestar, mediante um sinal sensível, um conteúdo intelectual. Daí se percebe (Eco 2002, p. 59) que na opinião de Dante a faculdade da linguagem define-se como disposição de associar significados racionais com significantes perceptíveis pelos sentidos. Segundo a tradição aristotélica da imposição dos nomes *ad placitum*, Dante admite que a relação entre significante e significado, consequência da

⁷³ “Ciò che rende possibile la comunicazione delle ‘conceptiones’ dell’animo, fra gli uomini, è, da una parte, la comune natura razionale, e, dall’altra, il segno sensibile in cui s’incarna il concetto della mente. La parola è la sintesi viva del concetto col segno sensibile; quest’ultimo è veramente parola, in quanto possiede un valore spirituale.” Nardi 1990, p. 186.

⁷⁴ “1. Cum igitur homo non nature instinctu, sed ratione moveatur, et ipsa ratio vel circa discretionem vel circa iudicium vel circa electionem diversificetur in singulis, adeo ut fere quilibet sua propria specie videatur gaudere, per proprios actus vel passiones, ut brutum animal, neminem alium intelligere opinamur. Nec per spiritualem speculationem, ut angelum, alterum alterum introire contingit, cum grossitie atque opacitate mortalis corporis humanus spiritus sit obtectus. 2. Oportuit ergo genus humanum ad comunicandas inter se conceptiones suas aliquod rationale signum et sensuale habere: quia, cum de ratione accipere habeat et in rationem portare, rationale esse oportuit; cumque de una ratione in aliam nichil deferri possit nisi per medium sensuale, sensuale esse oportuit. Quare, si tantum rationale esset, pertransire non posset; si tantum sensuale, nec a ratione accipere nec in rationem deponere potuisset. 3. Hoc equidem signum est ipsum subiectum nobile de quo loquimur: nam sensuale quid est in quantum sonus est; rationale vero in quantum aliquid significare videtur ad placitum.” DVE, I iii 1-3.

faculdade de linguagem, é estabelecida por convenção e quer salientar a arbitrariedade do signo que começou a ser produzido após a *confusio linguarum* babélica.

À criação do primeiro homem, reportam-se dois eventos: a criação da primeira estrutura lingüística e a imposição do nome às coisas. Com base em uma difundida exegese, na opinião de Dante, Deus teria dado ao homem, no ato da criação, uma estrutura lingüística e, no mesmo tempo, uma língua já pronta, a língua hebraica, que duraria como língua universal até o drama lingüístico da *confusio*.

“4. Voltando logo ao assunto, dizemos que foi criada por Deus, junto com primeira alma, uma bem determinada forma de linguagem. Digo ‘forma’ seja a respeito dos vocábulos que indicam as coisas, seja da construção dos vocábulos, seja das desinências da construção: todas as línguas dos falantes certamente utilizar-se-iam desta forma, se por culpa da presunção humana não tivesse sido dispersada, como será mostrado mais adiante 5. Nesta forma de linguagem falou Adão; nesta forma de linguagem falaram todos os seus descendentes até a edificação da torre de Babel, que é interpretada como ‘torre da confusão’; esta forma de linguagem é que herdaram os filhos de Heber, que dele foram chamados de Hebreus. 6. A eles somente restou após a confusão, para que o nosso Redentor, que deles devia nascer na sua natureza humana, usufruísse não da língua da confusão, mas da graça.

7. Foi então o idioma hebraico que os lábios do primeiro falante forjaram.”⁷⁵

Na interpretação de Maria Corti (1993, p. 88-91), o texto revela uma mensagem mais sutil. Quando usa um termo técnico, Dante o usa em um sentido preciso, relacionado com uma disciplina ou uma corrente de pensamento. A *forma locutionis*, criada junto com a alma do homem, não é apenas uma *locutio*, a faculdade da linguagem, e não é ainda uma *loquela*, uma língua natural: é uma *forma*, ou seja, a causa formal, o princípio formativo da língua no que se refere aos fenômenos morfo-sintáticos, algo que se torna ato no momento da *nominatio*, em que Adão, vivendo, dará nome às coisas. A distinção entre forma e língua é clara quando o poeta escreve que “todas as línguas dos falantes certamente utilizar-se-iam desta forma, se por culpa da presunção humana não tivesse sido dispersada”, “*qua quidem forma omnis lingua loquentium uteretur, nisi culpa presumptionis humane dissipata fuisset.*”

⁷⁵ “4. Redeunt igitur ad propositum, dicimus certam formam locutionis a Deo cum anima prima concreatam fuisse. Dico autem ‘formam’ et quantum ad rerum vocabula et quantum ad vocabulorum constructionem et quantum ad constructionis prolationem: qua quidem forma omnis lingua loquentium uteretur, nisi culpa presumptionis humane dissipata fuisset, ut inferius ostendetur. 5. Hac forma locutionis locutus est Adam; hac forma locutionis locuti sunt omnes posteri eius usque ad edificationem turris Babel, que ‘turris confusionis’ interpretatur; hanc formam locutionis hereditati sunt filii Heber, qui ab eo dicti sunt Hebrei. 6. Hiis solis post confusionem remansit, ut Redemptor noster, qui ex illis oriturus erat secundum humanitatem, non lingua confusionis, sed gratie frueretur.

7. Fuit ergo hebraicum ydium illud quod primi loquentis labia fabricarunt” DVE, I vi 4-7.

A *forma locutionis* é o princípio organizativo, na falta do qual se cai no caos, como acontece pela punição divina do episódio babélico. O verbo *fabricare* confirma que a *forma locutionis* não é uma língua já feita: somente mediante a *nominatio*, o ato de dar nome às coisas, é fabricado um *ydioma* (termo que para Dante indica uma língua histórica), nesse caso, o hebraico.

Eco (2002, p. 60-61) observa que no interior do texto do tratado aparece uma distinção entre várias opções lexicais que provavelmente não sejam casuais. Em determinados casos Dante fala de *locutio*, em outros de *ydioma*, de *lingua*, de *loquela*.⁷⁶ Fala de *ydioma* quando se refere, por exemplo, à língua hebraica (I vi 1, I vi 7) e para se referir ao florescimento das línguas no mundo e das românicas em particular (I viii 3); quando se refere à *confusio linguarum*, fala de *loquela*, mas no mesmo contexto usa também *ydioma*, tanto para as línguas que se corromperam quanto para a língua hebraica que ficou inalterada (I vii 7-8). Mais adiante, para tratar dos diversos vernáculos itálicos, usará indiferentemente *loquela* e *lingua*. Por conseguinte, parece que tanto o termo *ydioma* quanto os termos *lingua* e *loquela* devem ser entendidos no sentido moderno de “língua”, ou *langue* no sentido saussuriano.⁷⁷ Aparentemente, também o termo *locutio* é usado nesse sentido, como quando, referindo-se à língua hebraica originária, Dante fala de “*antiquissima locutione*” (I vii 8).

Enquanto, todavia, - continua Eco - *ydioma*, *lingua* e *loquela* são termos determinados, isto é, são usados somente quando se quer falar a respeito de uma *langue*, *locutio* parece possuir um âmbito de emprego mais genérico. O mesmo acontece também quando o contexto parece sugerir a atividade da palavra: assim Dante nega que se possa chamar de *locutio* o som emitido por certos animais, porque não é atividade lingüística verdadeira e própria, como o som de nossa voz.⁷⁸

⁷⁶ Poderíamos acrescentar também o termo *sermo* que aparece, mesmo com menor frequência, e que Dante usa no mesmo sentido de língua, e não na acepção correspondente àquela moderna de ‘diaeto’.

⁷⁷ Saussure efetua, em sua teorização, uma separação entre *langue* (língua) e *parole* (discurso). Para ele, a língua é um sistema de valores que se opõem uns aos outros e que está depositado como produto social na mente de cada falante de uma comunidade, possui homogeneidade e por isto é o objeto da lingüística propriamente dita. Diferente da *parole* (discurso) que é um ato individual e está sujeito a fatores externos, muitos desses não lingüísticos e, portanto, não passíveis de análise

⁷⁸ Tavoni (1987, p. 386), atribuindo a Dante uma precisa terminologia, coloca em evidência o valor ativo determinado pelo sufixo que deriva de *loquere*, falar: portanto *locutio* significaria, regularmente e sempre, “o falar”, “a palavra”, ou seja, “a expressão lingüística”, “o meio de expressão humano”, e não ‘língua’; *ydioma* teria o valor de “forma particular de expressão”, e não seria usado por Dante indiferentemente, seja com respeito a *locutio*, seja a *loquela* ou a *lingua* (Idem, p 398-408). Essas observações foram contestadas por Mengaldo (1989, p. 539-548): os termos seriam basicamente polivalentes e usados por Dante, em consequência da *variatio* estilística, em acepções diferentes; em particular, seria difícil entender para *locutio* algo diverso de ‘língua’, considerando também sua intercambiabilidade com *loquela*.

”E se alguém disser que até hoje as pegas e outras aves falam, respondemos que é falso, pois tal ato não é fala, mas sim uma forma de imitação do som da nossa voz;”⁷⁹

Essas distinções tornam-se claras no início do capítulo IV, em que Dante indaga a que homem foi dada primeiramente a faculdade de falar (*cui hominum primum locutio data sit*), e o que ele falou pela primeira vez (*quid primitus locutus fuerit*), e para quem, e onde, e quando, e também em que língua ele proferiu o primeiro ato da linguagem (*sub quo ydiomate primiloquium emanavit*).

No tratado, Dante afirma sem qualquer ambigüidade que da *forma locutionis* dada por Deus nasce o hebraico como língua perfeita, e é já neste modo que Adão dirige-se a Deus, chamando-O *E!*: essa língua foi falada por todos os homens até a confusão babélica, e depois pelos filhos de Heber, que deram nome aos hebreus. A posição de Dante a respeito da língua adâmica permanece até a composição do *Inferno*, quando fala de Nembrot “*per lo cui mal coto / pur um linguaggio nel mondo non s’usa*.”⁸⁰, isto é, de cuja louca tentativa (de construir a torre de Babel), resultou que no mundo não mais se usa uma só linguagem.

Entretanto, a doutrina teológica tradicional, a respeito da origem divina da linguagem falada por Adão, conservada inalterada até a torre de Babel,⁸¹ limitava na consciência de Dante o significado e o alcance do novo conceito da naturalidade e da necessária variabilidade das linguagens, que agora já dominava seu pensamento: após prosseguir nos estudos, este preconceito teológico não demora a desaparecer, diante da força presente no novo princípio. (Nardi, 1990 p. 190-191)

No *Paradiso*, o poeta encontra o velho pai Adão, e será ele mesmo a apresentar a nova doutrina. As primeiras palavras dele não contrastam com a origem divina da linguagem, afirmada no *De vulgari eloquentia*, aliás lembram os termos usados no tratado, quando fala da língua hebraica que os lábios do primeiro falante “*fabricarunt*”. Diz Adão: Você quer saber

⁷⁹ “*Et si dicatur quod pice adhuc et alie aves locuntur, dicimus quod falsum est, quia talis actus locutio non est, sed quedam imitatio soni nostre vocis*.” DVE, I ii 7.

⁸⁰ *Inf.*, XXXI 77-78. Nembrot foi o fundador do reino de Babel (Babilônia): Dante o imagina, conforme a mais antiga tradição bíblica, como um gigante. Que ele fosse o idealizador e o diretor da construção da torre, era tradição cristã.

⁸¹ Além da hebraica, língua sagrada por excelência, também a grega e a latina eram consideradas sagradas. Assim em Brunetto Latini, *Tresor* III i 1: “*Et à la verité dire, devant ce que la tor Babel fust faite, tuit home avoient une meisme parleure naturalment, ce est ebreu; mais puis que la diversité des languages vint entre les homes, sor lés autres en furent [...] sacrées: ebreu, greu et latin*.” “e para dizer a verdade, antes que a torre de Babel fosse feita, todos os homens usavam uma mesma linguagem natural, ou seja, o hebreu; mas depois que a diversidade das línguas instalou-se entre os homens, acima das outras foram [...] sagradas: o hebreu, o grego e o latim”. Vide também Isidoro, *Etym.* IX ! 3: “*Tres sunt autem linguae sacrae: Hebraea, Graeca, Latina*[...]” “As línguas sagradas são três, o Hebreu, o Grego e o Latim, [...]”

quando fui criado, quanto permaneci no Paraíso, por que motivo saí de lá, “*e l’idioma ch’usai e ch’io fei*”.⁸² Mas, logo adiante, ele continua:

“A língua que eu falei já estava morta
antes que à obra impossível de se completar
se pusesse o povo de Nembrot;
porque nunca nenhum produto da razão
por causa do prazer dos homens que se renova
conforme o influxo dos astros, foi durável para sempre.
A faculdade de falar é obra da natureza;
mas num modo ou noutro, a natureza
vos deixa depois fazer como quereis.
Antes que eu descesse para o Limbo,
na terra chamava-se ‘I’ o bem supremo
de onde vem a alegria que me envolve;
e ‘El’ chamou-se em seguida: e isso é natural,
porque o uso humano é como as folhas
sobre um ramo, que uma cai e uma outra nasce.”⁸³

A língua de Adão estava já completamente apagada antes da confusão babélica, porque toda criação da razão humana se renova continuamente: por conseguinte, contradiz a afirmação contida no *De vulgari eloquentia*⁸⁴, de que a língua de Adão foi falada por todos os seus descendentes até a confusão, e pelos hebreus também depois. Adão mostra então com um

⁸² “e a língua que eu usei e que eu fiz” *Par.*, XXVI, 114

⁸³ “*La lingua ch’io parlai fu tutta spenta
innanzi che all’ovra inconsummabile
fosse la gente di Nenbròt attenta;
chè nullo effetto mai razionabile,
per lo piacere uman che rinnovella
seguendo il cielo, sempre fu durabile.
Opera naturale è ch’ uom favella;
ma così o così natura lascia
poi fare a voi secondo che v’abbella.
Prià ch’i’ scendessi a l’infernale ambascia,
I s’appellava in terra il sommo bene
Onde vien la letizia che mi fascia;
e El si chiamò poi; e ciò convene,
ché l’uso de’ mortali è come fronda
in ramo, che sen va e altra vene.*” *Par.*, XXVI 124-138

A imagem das folhas que se renovam é de Horácio, *Ars Poetica*, 60-62: “*Ut silvae foliis [...] mutantur [...], ita verborum vetus interit aetas, [...] .usus, quem penes arbitrium est et ius et norma loquendi*” “Como as selvas mudam de folhas [...] assim perece a geração velha das palavras [...]; [...] o uso, no qual está o arbítrio e a lei e a norma do falar.” Vide também *Conv.*, II, xii, 10 “*... certi vocabuli, certe declinazioni, certe construzioni sono in uso che già non furono, e molte già furono che ancor saranno; sì come dice Orazio nel principio de la Poetria, quando dice: - Molti vocabuli rinasciranno che già caddero.-*” “alguns vocábulos, algumas declinações, algumas construções que antes não estiveram em uso, agora estão, e muitas já estiveram que ainda estarão, como diz Horácio no início da *Ars Poetica*, quando diz: - Muitos vocábulos renascerão que já caíram. —

⁸⁴ *DVE*, I vi 5. Vide p. 36.

exemplo como as línguas se transformam pelo prazer humano, a seu critério: ⁸⁵ antes dele morrer, antes dele descer para a parte superior do Inferno, Deus era chamado de *I*, e somente depois dele foi chamado com o nome hebraico de *El*. Portanto, contradiz a afirmação contida na obra precedente, ⁸⁶ que o nome primitivo de Deus, usado por Adão, fosse o hebraico *El*: Adão não falava hebraico, e também sua língua andou se transformando, por aquele princípio natural da variabilidade que rege todas as linguagens.

Da elaboração do *De vulgari eloquentia* até a composição da *Commedia* há portanto uma alteração na doutrina da origem e do mudar da língua humana, ou melhor, há um modo diferente de enxergar a língua adâmica. No tratado latino, a língua de Adão, feita imediatamente por Deus, devia manter-se incorruptível, antes e depois da confusão, como todas as coisas feitas imediatamente por Deus. ⁸⁷ Essa era a língua da “graça”, e portanto imune à lei da mutabilidade que vale somente para a “língua da confusão”. No poema, ao contrário, a língua falada por Adão era língua feita, “fabricada” por ele, e por isso justamente sujeita à lei da mutabilidade.

Adão era homem, o protótipo do homem, e na natureza do homem está então o princípio da corruptibilidade do seu e de todos os demais idiomas: princípio geral que é introduzido e comentado amplamente no de *Vulgari Eloquentia*.

O conceito das variações lingüísticas é explicado com argumentos de natureza filosófica e psicológica:

“6. Afirmamos então que nenhum efeito vai além das suas causas, enquanto é efeito, pois nada pode produzir o que já não é. Visto que todas as nossas línguas - exceto aquela criada por Deus junto com o primeiro homem - foram reconstruídas a nosso arbítrio depois daquela famosa confusão que não foi mais que o esquecimento da língua precedente, e como o homem é um animal extremamente instável e variável, sua língua não pode ser nem douradora nem contínua, mas assim como as outras coisas nossas, por exemplo os costumes e os hábitos, é preciso que mude devido às distâncias de espaço e de tempo.” ⁸⁸

⁸⁵ Nas palavras de Adão, o sintagma “*piacere umano*” tem valor técnico, traduzindo de uma maneira quase literal o “*nostrum beneplacitum*” e “*humanum beneplacitum*” de *DVE*, I ix 6 e 10; “*secondo che v’abbella*” é a tradução da locução técnica e canônica “*ad placitum*” de *DVE*, I iii 3 (Fratta, 1988 p. 53)

⁸⁶ “*Quid autem prius vox primi loquentis sonaverit, viro sane mentis in promptu esse non titubo ipsum fuisse quod ‘Deus’ est, scilicet El, vel per modum interrogationis vel per modum responsionis.*” “Quanto ao som que a voz do primeiro falante fez ouvir pela primeira vez, não hesito em afirmar que para quem esteja são de mente é evidente que foi “Deus”, ou seja, *El*, pronunciado em forma de pergunta ou de resposta.” *DVE*, I iv 4.

⁸⁷ Encontramos esse conceito frequentemente em Dante, por exemplo, em *Par.*, VI 67-69 “*Cio che da lei sanza mezzo distilla / non há poi fine, perché non si move / la sua imprenta quand’ella sigilla*” “O que dela (da Divina Bondade) deriva diretamente, / não tem depois fim, porque não se altera / a marca quando ela a distingue com o (próprio) selo.”

⁸⁸ “6. *Dicimus ergo quod nullus effectus superat suam causam, in quantum effectus est, quia nil potest efficere quod non est. Cum igitur omnis nostra loquela - preter illam homini primo concreatam a Deo - sit a nostro*

Esquecida a antiga *forma locutionis* com a qual Deus tinha presenteado Adão, os homens tiveram que reconstruir *ad placitum* seus instrumentos de comunicação verbal. Desde que as línguas naturais, não mais universais como a adâmica, estão sujeitas a um processo de codificações humanas e desde que nenhum efeito supera a causa, e aqui a causa é o ser humano, animal extremamente instável e variável, resulta como consequência que as línguas históricas são necessariamente variáveis no espaço e no tempo, assim como o são os costumes e as modas.

Dante expõe aqui o princípio geral que foi a razão da corrupção do idioma primitivo, do idioma adâmico: mas reparamos que nesse passo Dante, ainda ancorado no velho princípio, quando inicialmente fala de “todas as nossas línguas”, imediatamente corrige mediante o inciso “exceto aquela criada por Deus junto com o primeiro homem”.

A analogia da língua com os costumes e o aspecto exterior é evidenciada nos parágrafos sucessivos, e será retomada em *DVE* I xvi 3 e II i 5. Em particular, quando Dante em *DVE* I xi 2 expressará sua particular aversão pelos Romanos e sua língua, que considera a pior de todas, retoma a comparação e diz que não é de espantar que a língua seja tão feia, pois eles por feiúra de costumes e de hábitos parecem ser os mais nojentos de todos (*“cum etiam morum habituumque deformitate pre cunctis videantur fetere.”*)⁸⁹

O conceito de desenvolvimento histórico das línguas, exposto por Dante, não era desconhecido pelos antigos pensadores e não pode ser considerado original, nem limitadamente ao mundo ocidental. Isidoro de Sevilha, por exemplo, considerava as línguas grega e latina divididas respectivamente em cinco e quatro variedades, apresenta indícios dos fatores de sua transformação no tempo e no espaço, e para a segunda até mesmo indica a causa provável:

“A língua grega [...] cuja variedade divide-se em cinco partes. [...] Dessas, a primeira é chamada de Koiné, a saber, mista ou comum, que todos usam. A segunda Ática, isto é, Ateniense, que usaram todos os escritores gregos. A terceira Dórica, usada pelos egípcios e pelos sírios. A quarta Jônica, a quinta Eólica. [...] Alguns falaram que as línguas latinas eram quatro, a saber, antiga, a Latina, a Romana e a mista. [...] A mista, que entrou na civilização romana junto com os costumes e os homens, depois que o

beneplacito reparata post confusionem illam que nil aliud fuit quam prioris oblivio, et homo sit instabilissimum atque variabilissimum animal, nec durabilis nec continua esse potest, sed sicut alia que nostra sunt, puta mores et habitus, per locorum temporumque distantias variari oportet.” *DVE*, I ix 6.

⁸⁹ Poderíamos entender *habitus* também como “atitudes morais” ou (Coletti, 2000 p. 112 nota 6) como “usos”.

império alcançou maior extensão, corrompendo a integridade da língua por meio de solecismos e barbarismos.”⁹⁰.

Corti (1993, p. 97-98) cita um passo da *Composizione del mondo colle sue cascioni*, (o *explicit* da obra informa que foi escrito em 1282), de Restoro d’Arezzo, no qual se encontram alguns argumentos que coincidem com os desse capítulo do *De vulgari eloquentia*, e que seria então uma fonte direta do texto dantesco.;⁹¹ lembra também como no século XIII, em Bolonha, discutia-se sobre o *decursus temporis*, a passagem do tempo, como causa de mudanças dos *mores* (hábitos coletivos ou públicos) e dos *habitus* (comportamentos individuais).

Desta forma, mesmo estando de acordo com Tagliavini sobre o fato que, no meio dos tratados da Idade Média, “a primeira obra que, com todo direito, pode ser considerada precursora da lingüística moderna é o *De Vugari Eloquentia* di Dante Alighieri”, podemos considerar incorreta a afirmação específica de que “A obra de Dante é particularmente importante de um ponto de vista geral, porque apresenta pela primeira vez, pelo menos no mundo culto ocidental, o conceito do desenvolvimento histórico das línguas”.⁹²

Mas, como nota Peirone (1975, p. 21), para Dante o variar das línguas não é uma simples constatação, relacionada com preocupações retóricas, referentes à pureza e à beleza dos meios de expressão, mas representa a essência de todo discurso sobre a linguagem: e esse, por sua vez, constitui o pressuposto da verdadeira investigação retórica que é o assunto do tratado. Essa é a grande novidade expressa no *De vulgari eloquentia*, sobre a qual é construído um conceito que podemos considerar extremamente moderno.

As idéias que ele exprime não são próprios de um único povo ou de uma única língua, mas são universais, pois estão na própria natureza humana, do homem como ‘animal sociável’. A ‘descoberta’ dantesca constitui um exemplo de uma investigação que tem como base a constatação por experiência direta.

⁹⁰ “*Graeca autem lingua [...] cuius varietas in quinque partibus discernitur. [...] Quarum prima dicitur KOINU, id est mixta, sive communis quam omnes utuntur. [5] Secunda Attica, videlicet Atheniensis, qua usi sunt omnes Graeciae auctores. Tertia Dorica, quam habent Aegyptii et Syri. Quarta Ionica, quinta Aeolica, [...] [...] Latinas autem línguas quattuor esse quidam dixerunt, id est Priscam, Latinam, Romanam, Mixtam. [...] Mixta, quae post imperium latius promotum simul cum moribus et hominibus in Romanam civitatem inrupit, integritatem verbi per soloecismos et barbarismos corrumpens.*” *Etym.*, IX I 4-7.

⁹¹ As teorias de Restoro serão colocadas em discussão por Dante no seu tratado científico *Questio de aqua et terra*, lido em Verona em 1320, no qual, para confutar um passo de Aristóteles, sustenta que no globo as terras emersas estão mais altas que as águas..

⁹² “[...] *la prima opera che può, a buon diritto, considerarsi come precorritrice della linguistica moderna è il ‘De Vulgari Eloquentia’ di Dante Alighieri, [...] L’opera di Dante è particolarmente importante da un punto di vista generale, perché pone per a prima volta, almeno nel mondo colto occidentale, il concetto dello sviluppo storico della lingua.*” Tagliavini 1970, p. 35.

Dante é orgulhosamente ciente da importância do assunto e de ser o primeiro a elaborá-lo teoricamente: apresenta então o princípio da variabilidade, introduzindo uma sua hipótese com a expressão *audacter testamus*, “nós atrevemos a afirmar”.

“7. Não creio que haja dúvidas quanto à expressão que acabei de dizer “de tempo”, e aliás julgamos ser um conceito a ser mantido firme: com efeito se examinarmos a fundo as nossas outras obras, percebemos que diferimos muito mais dos nossos antiqüíssimos concidadãos do que dos nossos contemporâneos mais longínquos. Por isso nos atrevemos a afirmar que se os habitantes de Pavia dos tempos mais antigos ressurgissem agora, fariam uma língua diversa e distinta daquela dos modernos habitantes de Pavia. 8. Quanto falamos não deve parecer mais surpreendente de que perceber que se tornou adulto um jovem em cujo crescimento não reparamos: de fato não conseguimos quase perceber o movimento das coisas que se movem pouco a pouco, e quanto mais longos são os tempos que a variação de uma coisa requer para ser percebida, tanto mais estável somos levados a crer que seja tal coisa.

9. Não há então de se maravilhar se homens que, quanto à capacidade de juízo, são pouco distantes das feras pensam que uma mesma cidade tenha sempre usado na vida civil uma língua imutável, visto que a variação da língua nela acontece pouco a pouco em uma longa sucessão de tempos, enquanto a vida humana é, pela própria natureza, brevíssima. 10. Se então a língua falada por um mesmo povo muda sucessivamente, como foi dito, no decorrer dos tempos, e não pode de algum modo permanecer estável, tem por obrigação que ela se diversifique em formas diferentes para os que vivem separados e distantes, assim como variam em formas diferentes os costumes e os hábitos, que não são estabelecidos nem pela natureza e nem por comum acordo, mas nascem das livres escolhas do homem e da proximidade no espaço.”⁹³

Essa nova conquista está presente na mente do poeta, no seu aspecto mais amplo e geral de mutabilidade no tempo e no espaço: tinha sido antecipado pouco tempo antes no *Convívio*, num trecho que já prevê numa obra futura um empenho especulativo bem maior sobre o assunto:

“Vemos, portanto, nas cidades da Itália, se quisermos bem observar, de cinquenta anos para cá muitos vocábulos estarem mortos e nascidos e alterados; por conseguinte, se o breve tempo transforma dessa maneira, o tempo longo transforma muito mais. [...]”

⁹³ “7. Nec dubitandum reor modo in eo quod diximus ‘temporum’, sed potius opinamur tenendum: nam si alia nostra opera perscrutemur, multo magis discrepare videmur a vetustissimis concivibus nostris quam a coetaneis perlonginquis. Quapropter audacter testamur quod si vetustissimi Papienses nunc resurgerent, sermone vario vel diverso cum modernis Papiensibus loquerentur. 8. Nec aliter mirum videatur quod dicimus quam percipere iuvenem exoletum quem exolescere non videmus: nam que paulatim moventur, minime perpenduntur a nobis, et quanto longiora tempora variatio rei ad perpendi requirit, tanto rem illam stabiliorem putamus. 9. Non etenim ammiramur, si extimationes hominum qui parum distant a brutis putant eandem civitatem sub invariabili semper civicasse sermone, cum sermonis variatio civitatis eiusdem non sine longissima temporum successione paulatim contingat, et hominum vita sit etiam, ipsa sua natura, brevissima. 10. Si ergo per eandem gentem sermo variatur, ut dictum est, successive per tempora, nec stare ullo modo potest, necesse est ut disiunctim abmotimque morantibus varie varietur, ceu varie variantur mores et habitus, qui nec natura nec consortio confirmantur, sed humanis beneplacitis localique congruitate nascuntur” DVE, I ix 7-10.

Disso falar-se-á mais detalhadamente num livreto, que eu pretendo fazer, se Deu permitir, sobre a Eloquência Vulgar.”⁹⁴

Em contraposição às línguas naturais, Dante explica agora o surgimento das línguas gramaticais. A universalidade dos falantes é reconstituída através de uma convenção: como as línguas transformam-se de maneira a colocar em risco até a comunicabilidade dos pensamentos entre os homens, nasceu a necessidade de criar um instrumento de comunicação estável no tempo e no espaço, de pôr fim à variedade e à variabilidade lingüística, por meio de uma língua literária, regular e fixa: a *gramatica*, ou seja, aquele conjunto abstrato de regras pelas quais toda língua literária é reduzida a doutrina sistemática.

“11. Daqui se puseram em movimento os inventores da arte da gramática: a qual gramática não é outra coisa que uma certa identidade da língua inalterável em diferentes tempos e lugares. Essa, tendo recebido suas regras do consenso geral de muitas gentes, não parece sujeita a nenhum arbítrio individual, e por consequência não pode ser variável. Foi então inventada para que, por causa da variação da linguagem, flutuante ao arbítrio dos indivíduos, tivéssemos condição de aproximarmos de algum modo, ainda que imperfeitamente, às autoridades e às gestas dos antigos, assim como daqueles que a diversidade dos lugares torna diferente de nós.”⁹⁵

Os *inventores gramatice facultatis* oferecem assim à humanidade o instrumento para recuperar a condição anterior à confusão babélica.

Acompanhamos o raciocínio de Dante, através do sutil comentário a esse capítulo apresentado por Maria Corti, exemplificando com os dizeres do poeta.

“Atentíssimo observador da realidade, e em particular da realidade lingüística da península italiana, Dante distingue com sutil acribia: aí estão as línguas, para apresentar-se de um lado como espelhos verdadeiros da fatal condição do homem, animal mui variável, do outro como espelhos falazes, porque suas mudanças têm um ritmo muito mais lento que o das vidas humanas, tanto que podem fornecer uma impressão de estabilidade [*não conseguimos quase perceber o movimento das coisas que se movem pouco a pouco, e quanto mais longos são os tempos que a variação de uma coisa requer para ser percebida, tanto mais estável*]

⁹⁴ “Onde vedemo ne le città d’Italia, se bene volemo agguardare, da cinquanta anni in qua molti vocabuli esser spenti e nati e variati; onde se ‘l picciol tempo così trasmuta, molto più trasmuta lo maggiore. [...] Di questo si parlerà altrove più compiutamente in un libello ch’io intendo di fare, Dio concedente, di Volgare Eloquenza.” Conv., I v.10.

⁹⁵ “11. Hinc moti sunt inventores gramatice facultatis: que quidem gramatica nichil aliud est quam quedam inalterabilis locutionis ydemptitas diversibus temporibus atque locis. Hec cum de comuni consensu multarum gentium fuerit regulata, nulli singolari arbitrio videtur obnoxia, et per consequens nec variabilis esse potest. Adinvenierunt ergo illam ne, propter variationem sermonis arbitrio singulorum fluitantis, vel nullo modo vel saltim imperfecte antiquorum actingeremus auctoritates et gesta, sive illorum quos a nobis locorum diversitas facit esse diversos.” DVE, I ix 11.

somos levados a crer que seja tal coisa]. Reflexões, essas, pertinentes não somente a uma história das teorias lingüísticas medievais dos gramáticos, mas à própria concepção da língua poética dantesca: o vulgar ilustre. Extremamente sensível à natureza tendente ao desarranjo das linguagens históricas, ao fluxo de energias e ao mesmo tempo de desordem que as atravessa, tão ligadas elas estão à história terrestre do homem, Dante sairá dessas para dirigir todos os seus esforços de poeta em direção à liberação da língua dos grumos contingentes e à recuperação do fantasma de uma pureza poética universal, onde renasça uma relação de necessidade entre as *res* e os *nomina* [entre as coisas e os nomes], que existia na criação do mundo, quando Adão fabricou a própria língua e o signo lingüístico não era *ad placitum* [a critério do homem]. Naturalmente, o conceito maturado na fase de composição da *Commedia* e exposto no episódio de Adão no canto XXVI do *Paraíso* será diferente.”⁹⁶

Reparamos que, após esse capítulo, Dante não aprofunda ulteriormente a questão geral sobre a natureza da linguagem em si. Como diz Nardi (1990, p. 188), ele precisava de um conceito filosófico com o qual exordiar o seu tratado acerca do vulgar, e que lhe fosse suficiente para demonstrar o legítimo direito da nova língua perante o latim, “inalterável em diferentes gentes e lugares”: e sobre a natural e necessária variabilidade funda o direito da língua materna, que agora libera-se definitivamente de sua submissão e afirma-se como instrumento adequado de expressão para todas as necessidades de uma tríplice faculdade, pois “o homem é dotado de uma alma com três dimensões, a saber, vegetativa, racional e animal, e percorre um tríplice caminho.”⁹⁷

Como comenta Mengaldo (1979, p. 77 nota 2), mesmo existindo algumas referências nos autores clássicos, a tese da mutabilidade e da necessária evolução das línguas deve ser vista como um dos efeitos mais imediatos do fato de que, diferentemente da tradição especulativa medieval, a reflexão de Dante é já suportada decididamente pela experiência viva do vulgar.

⁹⁶ “*Attentissimo osservatore del reale, e in particolare del reale linguistico della penisola italiana, Dante distingue con sottile acribia: ecco le lingue presentarsi da un lato come specchi veritieri della fatale condizione dell'uomo, animale variabilissimo, dall'altro come specchi fallaci perché i loro mutamenti hanno un ritmo molto più lento di quello delle vite umane tanto da poter fornire un'impressione di stabilità. Riflessioni queste pertinenti non solo a una storia della teoria linguistica medievale dei grammatici, ma alla concezione stessa della lingua poetica dantesca: il volgare illustre. Sensibilissimo alla natura entropica delle parlate storiche, al flusso di energia e insieme di disordine che le attraversa, legate come sono alla storia terrena dell'uomo, Dante partirà da esse per dirigere ogni sforzo di poeta verso la liberazione della lingua dai grumi contingenti e il recupero del fantasma di una purezza poetica universal, dove rinasca un rapporto di necessità fra le 'res' e i 'nomina', che esisteva alla creazione del mondo quando Adamo fabbricò la propria lingua e il segno linguistico non era 'ad placitum'. Naturalmente altra sarà la concezione maturata a fase Commedia ed espressa nell'episodio di Adamo, Par., XXVI*”. Corti 1990, p. 99.

⁹⁷ “*homo tripliciter spiritatus est, videlicet vegetabili, animali e rationali, triplex iter perambulat*.” DVE, II ii 6.

2.3 - A origem das línguas neolatinas: sua divisão, o ‘status’ da língua do *sì* perante as outras línguas européias

Depois da confusão babélica, explica Dante, diversos povos chegaram à Europa, trazendo consigo três idiomas: ⁹⁸ desses homens, uns habitaram a parte setentrional, outros a meridional, e os terceiros, chamados de Gregos, uma parte da Europa e uma parte da Ásia. Com o decorrer do tempo, devido à sua natural variabilidade, de uma única e idêntica língua se originaram diversos idiomas vulgares.

Com base nas imperfeitas notícias histórico-geográficas de sua época, Dante procura ousadamente delinear uma sintética repartição lingüística (Marigo 1948 XC) e definir os limites geolingüísticos dos territórios habitados pelos povos de origem comum: para essa finalidade utiliza o advérbio de afirmação, como prova do laço entre os diversos idiomas. Para o primeiro grupo, para quase ⁹⁹ todos os povos que se instalaram no Norte da Europa (eslavos, húngaros, alemães, saxões, ingleses e outros) permaneceu como sinal de uma antiga língua comum o fato de que para dizer “sim” eles respondem *ìò*; o território a oriente desses povos, até o limite da Europa e ainda além, é a área lingüística dos Gregos; o que resta, na Europa, teve também antigamente uma terceira língua comum.

Para caracterizar a distinção entre as várias línguas, Dante usa uma metodologia extremamente moderna: escolhe um significado, e observa de que maneira o exprimem diferentes povos. Novamente Dante dá particular importância ao advérbio de afirmação: desta vez, porém, não para exemplificar a origem comum de povos diferentes, como tinha feito na primeira tripartição, mas justamente para identificar cada língua e indicar que se trata de três línguas que de uma única tornaram-se diferentes.

“5. Tudo aquilo que resta na Europa fora desses domínios foi ocupado por um terceiro idioma que, todavia, agora apresenta-se dividido em três: de fato alguns para responder afirmativamente dizem *oc*, outros *oil* e outros ainda *sì*, como por exemplo os hispânicos, os franceses e os italianos.” ¹⁰⁰

⁹⁸ “*ydioma secum tripharium homines actulerunt;*” DVE, I viii 2. Traduzimos *ydioma tripharium* por língua “tríplice” de fato, ou seja “três línguas”, de acordo com a opinião de Tavoni (1987, p. 425), e não como “tríplice” virtualmente, ou seja “língua triforme”, conforme a tradução tradicional de outros críticos (Marigo, Mengaldo).

⁹⁹ O próprio poeta parece consciente das limitações do seu conhecimento e consequentemente da imprecisão de seu relato, e que a distinção não é rigorosa, pois repete os advérbios “*ferè*” “*quasi*”.

¹⁰⁰ “5. *Totum vero quod in Europa restat ab istis, tertium tenuit ydioma, licet nunc tripharium videatur: nam alii ‘oc’, alii ‘oil’, alii ‘si’ affirmando locuntur, ut puta Yspani, Franci et Latini.*” DVE, I viii 5.

O advérbio de afirmação difere em cada uma das três línguas, mas a afinidade do léxico demonstra a comum origem.

“5. O sinal que os vulgares destas três gentes derivam de um só e único idioma é evidente, pois nota-se que designam muitos conceitos com os mesmos vocábulos, como “Deus”, “céu”, “amor”, “mar”, “terra”, “é”, “vive”, “morre”, “ama”, e quase todos os outros. Desses, aqueles que dizem *oc* ocupam a parte ocidental da Europa meridional, a partir dos confins dos Genoveses. 6. Aqueles que dizem *si* ocupam a parte oriental a partir dos confins antes mencionados, e exatamente até aquele promontório da Itália onde começa a enseada do Adriático, e até a Sicília. Quanto aos falantes *oil* são de uma certa forma setentrionais com respeito a estes: de fato eles têm a Oriente os germanos e a Ocidente e ao Norte são cercados pelo mar da Inglaterra e têm o limite extremo nos montes de Aragão; ao sul enfim fazem limite com os provençais e com o declive dos Alpes Peninos.”¹⁰¹

Com uma certa cautela, passa então a comparar essas três línguas, elaborando um breve balanço crítico das literaturas do passado e do presente:

“1. Como foi dito anteriormente, nosso idioma apresenta-se agora como tríplice: ao fazer uma comparação dentro dele, de acordo com as três formas sonora que ele adquiriu, o receio é tão grande que hesitamos em usar a balança, pois, na comparação, não ousamos pôr à frente esta ou aquela ou ainda outra parte, se não com base no fato de que talvez os fundadores da gramática tomaram “*s/c*” como advérbio de afirmação, coisa que parece atribuir uma certa primazia aos italianos, que dizem “*si*”.

2. Cada uma das partes de fato defende sua posição com abundância de argumentos. A língua d’*oil* alega a sua vantagem que devido à natureza mais fácil e agradável do seu vulgar, tudo aquilo que foi recolhido ou inventado em prosa vulgar é dele: a saber, a compilação que reúne a Bíblia com as façanhas dos troianos e dos romanos, as belíssimas aventuras do Rei Arthur e muitas outras obras históricas e doutrinárias. A outra por sua vez, ou seja, a d’*oc*, usa como argumento a seu favor que os representantes da arte de dizer em vulgar poetaram primeiramente nela como sendo na fala mais perfeita e doce, como, por exemplo, Peire d’Alvernia e os outros antigos mestres. A terceira também, a dos italianos, atesta sua superioridade com base em duas prerrogativas: em primeiro lugar porque aqueles que poetaram em vulgar mais docemente e mais profundamente são seus servidores e criados, como Cino de Pistoia e o seu amigo; em segundo lugar, porque parecem apoiar-se mais na gramática, que é comum, o que para quem observa racionalmente representa argumento de grandíssimo peso.

¹⁰¹ “5. Signum autem quod ab uno eodemque ydiomate istarum trium gentium progrediantur vulgaria, in promptu est, quia multa per eadem vocabula nominare videntur, ut ‘Deum’, ‘celum’, ‘amorem’, ‘mare’, ‘terram’, ‘est’, ‘vivit’, ‘moritur’, ‘amat’, alia fere omnia. 6. Istorum vero proferentes ‘oc’ meridionalis Europe tenent partem occidentalem, a lanuensium finibus incipientes. Qui autem ‘si’ dicunt a predictis finibus orientalem tenent, videlicet usque ad promuntorium illud Ytalie qua sinus Adriatici maris incipit, et Siciliam. Sed loquentes ‘oil’ quodam modo septentrionales sunt respectu istorum: nam ab oriente Alamannos habent et ab occidente et settentrione anglico mari vallati sunt et montibus Aragonie terminati; a meridie quoque Provincialibus et Apenini devexione clauduntur.” DVE, I viii 5-6.

3. Nós, porém, deixando de emitir um juízo sobre isso e levando de volta nosso tratado ao vulgar italiano, tentaremos descrever as variações que acolheu em si e também compará-las reciprocamente.”¹⁰²

A área delimitada é aquela em que se originaram as línguas românicas: nota-se todavia que para Dante o processo é exatamente o contrário daquele que conhecemos. Sabemos que as línguas românicas nasceram do latim e são, de alguma forma, a continuação do latim falado no Império Romano, naquela vasta área de cultura e civilização que chamamos de România.

¹⁰³ Dante, ao contrário, julgava que o latim tivesse surgido, pelo menos em parte, da escolha artificial de elementos extraídos das línguas românicas, em particular do vulgar itálico, para construir uma espécie de ‘esperanto’, uma língua ideal, regulada: o adjetivo *artificialis*, que aparece desde o primeiro capítulo, deve então ser entendido no seu significado literal.

O latim seria então, genética e cronologicamente, posterior aos vulgares românicos. Os *inventores gramatice facultatis*, os *gramatice positores*¹⁰⁴, ou seja, os doutos, criadores das ‘gramáticas’, teriam construído as línguas por escolha racional e convencional: no caso do latim, escolhendo a palavra *sic* que é parecida com *sì*, teriam reconhecido uma certa superioridade do idioma itálico.

¹⁰² 1. *Triphario nunc existente nostro ydiomate, ut superius dictum est, in comparatione sui ipsius, secundum quod trisonum factum est, cum tanta timiditate cunctamur librantis quod hanc vel istam vel illam partem in comparando preponere non audemus, nisi eo quo gramatice positores inveniuntur accepisse ‘sic’ adverbium affirmandi: quod quandam anterioritatem erogare videtur Ytalis, qui sì dicunt.*

2. *Quelibet enim partium largo testimonio se tuetur. Allegat ergo pro se lingua oïl quod propter sui faciliorem se delectabiliorem vulgaritatem quicquid redactum est sive inventum ad vulgare prosaycum, suum est: videlicet Biblia cum Troianorum Romanorumque gestibus compilata et Arturi regis ambages pulcerrime et quamplures alie ystorie ac doctrine. Pro se vero argumentatur alia, scilicet oc, quod vulgares eloquentes in ea primitus poetati sunt tanquam in perfectiori dulciorique loquela, ut puta Petrus de Alvernia et alii antiquiores doctores. Tertia quoque, <que> Latinorum est, se duobus privilegiis actestatur preesse: primo quidem quod qui dulcius subtiliusque poetati vulgariter sunt, hii familiares et domestici sui sunt, puta Cynus Pistoriensis et amicus eius; secundo quia magis videntur inniti gramatice que comunis est, quod rationabiliter inspicientibus videtur gravissimum argumentum.*

3. *Nos vero iudicium relinquentes in hoc et tractatum nostrum ad vulgare latium retrabentes, et receptas in se variationes dicere nec non illas invicem comparare conemur.” DVE, I x 1-3.*

¹⁰³ É preciso, salienta Schiaffini (1958/59, p. 99-108), abandonar a opinião de que as línguas românicas, e não somente os dialetos que delas constituem o fundamento - como o florentino para o italiano - sejam o efeito de uma fase de decadência, da desagregação do latim. Na realidade, especialmente considerando-as no seu aspecto literário, são um produto de cultura, de alta espiritualidade, ou seja, representam um processo de reconstrução e de reintegração, em um clima de civilização renascente, estimulado por novos ideais de arte e sociais.

¹⁰⁴ Paparelli (1975, p.9), acompanhando o pensamento de Marigo (1948, p. LXI-LXII), distingue os *gramatice inventores* que, encontrando os princípios lógicos gerais, criam uma ciência abstrata e universal (*facultas*) que prescinde do uso de determinados vocábulos e construções, dos *gramatice positores* que compilam verdadeiras gramáticas, concretos organismos de regras inerentes a uma língua particular e fundamentadas no uso dos maiores escritores. Para Mengaldo (1979, p. 79 nota 5) a distinção entre *inventores* e *positores* é problemática e Dante entenderia por *gramatice facultatis* a mesma coisa que *gramatice*, sendo que essa última significaria especificamente o latim. De acordo com Fratta (1988, p. 76) a identificação de *inventores* e *positores* não seria mais que uma discussão terminológica. A esse respeito, vide também a nota 54.

Dante parece desconhecer, ou não fazer caso, que há também uma clara relação (nós diríamos derivação) de *oc* e de *oïl* (transformado depois no francês moderno *oui*) com as correspondentes formas latinas, respectivamente *oc* < *hoc* e *oïl* < *hoc ille*.¹⁰⁵

Comenta Paparelli (1975, p. 40) que no pensamento de Dante, assim como dos gramáticos medievais, a arte da gramática é obra racional com a qual o homem procura pôr remédio às conseqüências do pecado, reconstituir aquela unidade lingüística universal perdida por efeito da confusão babélica: dessa forma são constituídas línguas artificiais, capazes de superar as diversidades dos idiomas locais e de reuni-los em grandes organismos literários, correspondentes aproximadamente às unidades étnicas e políticas de determinadas nações.

Essa concepção das línguas gramaticais pode explicar porque ele, na divisão da Europa lingüística, não entre em mais detalhes quando trata das áreas de domínio da língua grega: como nota D'Ovidio (1976, p. 81), Dante no início faz uma breve menção, para depois calar-se completamente, mesmo onde seria obrigado pelo andamento do seu discurso a esclarecer se o grego também se tinha dividido, ou não, em diversos idiomas. Quando fala das demais línguas, ele fala de línguas *naturales*, portanto variáveis, enquanto no início do tratado o grego tinha sido citado, junto com o latim, como exemplo de língua *artificialis*, isto é de *gramatica*: como tal, deveria ter permanecido inalterada, no decorrer dos séculos, em todos os vastos territórios nos quais era falada.¹⁰⁶ Pelo raciocínio dantesco, em todas essas áreas deveria existir um único advérbio de afirmação, mas Dante não faz menção a isso. Parece certo que Dante não conhecia o grego,¹⁰⁷ e que tinha notícias de sua literatura (pela qual tinha alta consideração), por via indireta: portanto, teria sido difícil para ele definir qual fosse esse advérbio. Do mesmo modo, o seu conhecimento geográfico e lingüístico dessas regiões não deveria ser muito profundo, razão pela qual não deveria estar em condição de afirmar com certeza que em todas se falasse a mesma língua: no caso de que houvesse variedade de idiomas,¹⁰⁸ mesmo que se usasse o mesmo advérbio de afirmação, a teoria por ele enunciada da língua grega como *gramatica* perderia seu fundamento.

¹⁰⁵ O latim clássico escrito, porém, costumava usar, para afirmar, a repetição do verbo ou das palavras da pergunta, ou formas como *ita est, sic est*.

¹⁰⁶ Quando, no primeiro capítulo, Dante menciona a gramática grega, usando o tempo presente *habent*, refere-se à língua grega ainda usada, ou seja, à bizantina que se encontrava como continuadora da antiga com caráter literário e não vulgar, em posição análoga à latina medieval. A respeito da coexistência de duas línguas na Grécia, uma vulgar e uma literária, vide também p. 27 nota 50.

¹⁰⁷ Cfr. Marigo 1948, p.8 nota 19 e D'Ovidio 1876, p. 81.

¹⁰⁸ Estamos considerando para o grego o mesmo conceito expresso por Dante com referência à língua latina, ou seja, de língua criada artificialmente com base em vulgares preexistentes, e por isso estável. Todavia, o poeta podia ter noção que as duas línguas diferenciaram-se e alteraram-se durante os séculos. Vide p.41 nota 90.

O advérbio de afirmação reveste, como vimos, particular importância na teoria lingüística de Dante, que com ele identifica aquelas línguas, além da própria, nas quais eram escritas as obras de literatura vulgar. O poeta oferece exemplos de algumas das literaturas mais conhecidas e difundidas nas línguas francesa e provençal, exaltando as suas qualidades e fornecendo uma idéia dos gostos dele e de sua época. A língua d’*oïl* tem a seu favor o fato de que, por ser o vulgar mais fácil e agradável, tudo o que foi produzido ou imaginado em prosa vulgar, pertence-lhe ¹⁰⁹; a língua d’*oc*, o fato de que os primeiros compositores em vulgar poetaram nela, por ser a mais perfeita e a mais doce.

Dante concentra então sua atenção sobre sua própria língua: com o *sì*, ele identifica a língua falada e escrita pelos povos itálicos, conforme acenara em *Vita Nova* XXV, 4 “*E lo primo che cominciò a dire sì come poeta volgare, [...]*” e voltará a afirmar no *Convívio* I, X, 12 “*Ché per questo comento la gran bontade del volgare di sì [si vedrà]*” e na *Commedia* (*Inf.* XXXIII, 80) “*del bel paese là dove ‘l sì suona*”. ¹¹⁰

Quando identifica a origem única das três línguas do sul da Europa através dos vocábulos comuns, Dante não menciona que tais vocábulos pertencem também ao léxico das línguas ibéricas: da mesma forma, ao identificar a língua itálica pelo advérbio de afirmação, ele não acena ao fato de que para afirmar também o espanhol e o catalão usam *sí*, e que o português usa *sim*. As razões dessas omissões não são de fácil explicação.

Dante mostra claramente ter conhecimento da existência de outras línguas, além do occitano (ou provençal), na Península Ibérica. De fato quando diz *Yspani* quer indicar os provençais, como especificará mais adiante: “- e chamo de *Hispânicos* os que poetaram em vulgar d’*oc* -” ¹¹¹: esse era um modo comum para designar os habitantes da zona dos Pirineus, estendida até a foz do Ródano, apesar de Espanha e Provença estarem geralmente distintas nos textos da época. ¹¹²

¹⁰⁹ Assim Brunetto Latini (*Tresor*, I i VII), justificando-se por ter escrito em francês o seu *Tresor*, mesmo sendo ele italiano, explica que é por duas razões: “*l’une, car nos somes em France, et l’autre porce que la parleur est plus delitable et plus commune a toutes gens*”. Uma, porque estamos na França e a outra, porque é o falar mais agradável e mais comum a todas as gentes.”

¹¹⁰ “E o primeiro que começou a dizer *sì* como poeta em língua vulgar [...]” “Pois desse comentário [ver-se-á] grande bondade do vulgar de *sì*” “do bonito país lá onde o *sì* ecoa”.

¹¹¹ “- et dico *Yspanos* qui poetati sunt in vulgari *oc*: “*DVE*, II, xii, 3

¹¹² “*Après est Provence jusqu’à la mer [...] Après ceste terre commence li pais d’Espagne, qui dure par toute la terre dou roi d’Arragon e dou roi de Navarre e dou roi de Portugal e de Castelle [...]*” “Depois está a Provença até o mar [...] Depois desta terra começa o país de Espanha, que se estende por toda a terra do rei de Aragão e do rei de Navarra e do rei de Portugal e de Castela [...]” Brunetto Latini, *Tresor*, I i CXXIV.

Mengaldo (1979, p. 67 nota 4) lembra que na Universidade de Bolonha os estudantes espanhóis faziam parte da *natio*, da gente provençal; é possível que nos *Yspanos*-Provençais Dante incluísse também os Catalães, o que poderia explicar a alternância com o sucessivo *provinciales*, de âmbito mais restrito, chegando assim a alcançar uma pequena área da península ibérica. Dessa forma, obrigado pela falta de conhecimentos, o poeta consegue “escapar da questão, de que língua a Espanha falasse, à qual não podia dar uma resposta completa”, como comenta Mengaldo (1979, p. 67 nota 4) citando as palavras de D’Ovidio (1876, p. 82). Para Schiaffini (1958/59, p. 116), mais conclusivamente, esta parte do tratado confirma que Dante ignorava que o espanhol também é língua de *sí*, e nem teria conhecimento do *sim* português.

De acordo com Marigo (1948, p. XCIII) é de se estranhar a evasiva reticência de Dante a respeito do território ibérico das línguas castelhana e portuguesa, mas não se pode concluir que ele as ignora, pelo silêncio que mantém sobre elas: as notícias que tinha deviam ser pouco certas e ele não devia enxergar com clareza no emaranhado étnico e político causado na península pela dominação muçulmana e na origem das expressões literárias, ainda modestas, das duas línguas, dominadas pelos influxos occitânicos, no que se refere à lírica cortês.

É pouco provável que Dante, espírito curioso, de vasta e multiforme cultura, não faça referência às línguas ibéricas pelo fato de desconhece-las, pelo menos em suas linhas essenciais. Lembramos que, na ativíssima e pujante atividade econômica florentina do século XIII, os mercadores alcançaram e se estabeleceram nos pontos nevrálgicos do tráfego comercial da Europa, tendo contato com os mais variados povos e línguas: isso devia refletir-se na vida diária da cidade, da qual Dante participava ativamente enquanto lá morava. Depois do exílio, nas suas viagens e no tempo passado em Bolonha, Dante deve ter entrado em contato com os estudantes das nações estrangeiras, dos quais ele deve ter absorvido as informações que lhe permitem, por exemplo, identificar no idioma de certos grupos o advérbio afirmativo comum *jô*, como os *Minnesänger*, os poetas germânicos de inspiração trovadoresca. Da mesma forma, o poeta deve ter entrado em contato com estudantes das regiões ibéricas.

A filiação do Catalão, falado na Catalunha, que na época fazia parte do reino de Aragão, é discutida, se de fato é mais próximo do provençal ou do navarro-aragonês (Alonso 1961, p. 11-83): na Idade Média, tendo como modelo o provençal, deu origem a uma língua

literária (Lausberg 1976 I, p. 66). Teve uma notável expansão como língua de composição e de chancelaria entre os séculos XIII e XIV, quando o reino de Aragão e de Catalunha estendeu sua dominação no Mediterrâneo, chegando até a Sicília, Sardenha e Nápoles. Na época de Dante, havia obras em catalão de larga difusão que ele podia conhecer, como a *Continuación del trobar*, composta por Jaufré de Foxa, e as obras do erudito Ramon Llull.

Não temos em Dante também aceno ao português e à florescente lírica galego-portuguesa, inspirada pelos trovadores. Podemos imaginar que o seu conhecimento de Portugal e de coisas e pessoas relativas a esse país fosse bastante limitado (de um modo geral, na Itália até o século XVI pouco se sabia de Portugal): assim, por exemplo, o poeta não considera na justa luz a grande figura de seu contemporâneo Dom Diniz (o Rei-Agricultor), que ele chama simplesmente e com um certo desprezo “*aquele de Portugal*”.¹¹³ Dante alguma coisa dessa língua poderia conhecer, porque Jaufré de Foxa, nas suas *Regles de trobar*, escritas provavelmente na Sicília, cita entre os vulgares de uso literário, além do provençal, do francês e do siciliano, também o galego. (Marigo 1948, p. XCIV nota.1)

Dante parece conhecer a geografia da Espanha nas suas linhas gerais: coloca-a no extremo limite do mundo conhecido, apenas separada da África.¹¹⁴ No seu tempo a Espanha como entidade nacional não existia ainda, a região era dividida em vários reinos independentes entre si, enquanto a parte meridional ainda estava na mão dos árabes. Talvez não fossem conhecidos por ele os poemas, de caráter popular, como o *Cantar de mio Cid*, mas é difícil que não tenha tido alguma notícia sobre a produção histórica, legislativa e didática em prosa castelhana do rei Alfonso, que foi também imperador eleito, mecenas de trovadores e ele mesmo poeta de arte em provençal, em castelhano e em galego-português: sua fama ultrapassava os confins do reino (Marigo 1948, p. XCIII nota 2). Lembramos também que Brunetto Latini, do qual Dante foi discípulo, tinha sido embaixador da Comuna de Florença na Espanha, na corte do rei Alfonso.

É possível que tenha omitido referências a esses influentes personagens do galego-português e do castelhano, intencionalmente. Na sua concepção política, talvez criticasse

¹¹³ “*quel di Portogallō*” Par. XIX, 139. Lembramos a mesma forma depreciativa usada em relação a Ferdinando IV de Castela: “*Vedrassi la lussuria e ‘l viver molle / di quel di Spagna [...]*” “Ver-se-á a luxuria e o viver mole / daquele [rei] de Espanha”. *Idem* 124-125.

¹¹⁴ “*L’um lito e l’altro vidi infin la Spagna, / fin nel Marrocco [...]* quando venimmo a quella fosse stretta / dov’Ercule segnò li suoi riguardi [...] da la man destra mi lasciai Sibilia,” “Vi um e outro litoral até a Espanha, até o Marrocos [...] quando chegamos àquela foz estreita / onde Hercules estabeleceu seus limites [...] deixei Sevilha à minha direita [...]” *Inf.*, XXVI, 103-110. Nota-se a imprecisão do conhecimento geográfico de Dante que coloca Sevilha no litoral do Mediterrâneo.

Dom Diniz por estar demasiado empenhado em empresas econômicas e especialmente marítimas, sem cuidar – como os outros soberanos ibéricos – de memoráveis fatos de guerra. Do rei Alfonso, como de outros personagens históricos, faz silêncio absoluto, mantido também na *Commedia*: as razões de admiração deviam ser superadas por outras de reprovação, pois deste rei, douto e amante da poesia, devia julgar escasso o tino político e ruinosas as ambições do império. (Marigo 1948, p. CIII nota 2)

Na descrição de Dante, o território lingüístico parece identificar-se com o literário: consequentemente, a comparação que Dante desenvolve entre as línguas, refere-se às línguas literárias, ou melhor, às literaturas. Como comenta Marigo (1948, p. XCIV), podem então parecer suficientemente justificados tanto o silêncio do poeta sobre essas duas línguas, que ele podia ver ainda não literariamente maduras como as três coirmãs, quanto o lugar de relevo que ele atribui à produção em língua d’*oc* na península Ibérica, de modo a considerar os *Yspani* dignos de ser citados para representá-la, da mesma forma que *Franci* e *Latini* para as línguas d’*oil* e do *sì*.

Se analisarmos a questão de outro ponto de vista, as evasivas indicações sobre os idiomas da península ibérica poderiam talvez ser explicadas no âmbito do pensamento teórico de Dante sobre a língua, em função do plano doutrinal que ele se propõe, em especial no *De vulgari eloquentia*. Se ele tivesse reconhecido que outras línguas, além do vulgar itálico, podiam ser chamadas de “línguas do *sì*”, se o seu vulgar itálico tivesse perdido essa peculiar identificação, perderia força o conceito de primazia, de superioridade que ele sustentava. De acordo com a estratégia estrutural da obra, que contempla premissas de ordem geral (a divisão em três línguas) depois desenvolvidas mais especificamente (a supremacia do vulgar do *sì*, devido à sua maior proximidade com o latim), a hipótese da existência de outras línguas com características similares teria invalidado em parte esse que, como ele explica, “para quem observa racionalmente representa argumento de grandíssimo peso.”

Mesmo interpretando o fenômeno de um ponto de vista particular, Dante aparenta perceber e dar importância a uma característica própria do vulgar itálico: efetivamente, entre as línguas neolatinas, o italiano é aquela que conserva uma maior semelhança com o latim;¹¹⁵ em especial modo, ele pode ter pensado à particular afinidade entre latim e toscano (e em

¹¹⁵ Esse fator, colocado em evidência pela cultura humanística, contribuiu para a afirmação do toscano como língua nacional. Ao caráter conservativo, ou seja, de manter afinidade com o latim vulgar do século V, devido à posição apartada da Toscana, e em particular de Florença, e à sua escassa participação da grande história da Idade Média, foi dada sanção científica pela moderna dialetologia românica. (Nencioni 1983, p. 40)

particular, entre latim e florentino), que hoje sabemos ser devida ao caráter conservativo do segundo.

Com o segundo argumento que apresenta a favor do vulgar do *sì*, o de ser a língua dos que poetaram “*dulcius subtiliusque*” (Cino de Pistoia e ele mesmo), Dante limita a apreciação (*perfectiori dulciorique loquela*) dada pouco antes para a língua d’*oc*. Como comenta Mengaldo (1979, p.76 notas 1 e 2), ele responde “polemicamente” com um termo comum (*dulcis*, o adjetivo “técnico” da poética do novo estilo), e um diferente (*subtilis*, relativo à profundidade e complexidade da elaboração conceitual), para representar a novidade e a excelência de sua poesia. O “*gravissimum argumentum*” seria então a capacidade superior dos melhores poetas italianos de emular nas suas línguas a universalidade e a regularidade do latim, com uma poesia nova e mais elevada, que superará com uma realização mais profunda, pelo pensamento e pelo sentimento, aquela que tinha dado a primeira inspiração e os primeiros modelos de arte à lírica italiana.¹¹⁶

É evidente, comenta Baranski (1996, p. 61), a tentativa de elevar aqueles que hoje seriam considerados juízos de valor subjetivo ao nível de verdades verificáveis objetivamente: é importante, porém, reconhecer as implicações mais gerais da sua argumentação. Dante percebia, na competição que existia entre as diversas línguas românicas, uma oportunidade para fundar um novo cânone, no qual o latim representasse ainda a unidade de comparação, mas rivalizando sempre mais com um vulgar dominante. Para que o italiano conseguisse essa primazia entre os vulgares, Dante devia poder demonstrar (e esse é o assunto do inteiro primeiro livro do tratado) que esse era muito mais que um simples conjunto de *sermones* regionais, provar a existência de uma língua italiana independente, o *vulgare latium*, e que esse mesmo vulgar tinha sido utilizado pelos mais altos poetas, os *doctores illustres*.¹¹⁷ Somente com base nessas premissas, conclui Baranski, citando Mengaldo, o italiano poderia competir com “um francês e um provençal que na prática Dante devia perceber, a despeito de sua própria impostação teórica, como unidades literariamente planas, não diferenciadas dialetalmente.”

¹¹⁶ É interessante notar, com Marigo (1948, p. 79 nota 16), que a terceira língua, a dos italianos, nesse passo é concebida como língua potencialmente já constituída.

¹¹⁷ “*Hoc enim usi sunt doctores illustres qui lingua vulgari poetati sunt in Ytalia*” “Desse, de fato, serviram-se os doutores ilustres que poetaram na Itália em língua vulgar” *DVE*, I xix 1. Vide p. 73 nota 156.

2.4 - A procura da língua ilustre: os vulgares itálicos e as escolhas estéticas, o vulgar italiano.

Na segunda parte do capítulo X, Dante restringe sua análise às variações acontecidas no vulgar da Itália, ou seja, aos ‘dialetos’, que classifica, com base em sua posição a oeste ou a leste em relação à cadeia dos montes Apeninos, em dois grandes grupos: reconhece a existência de pelo menos quatorze variedades principais de vulgares, que contêm todos ulteriores diversificações em seu interior. Dessa forma, oferece um quadro lingüístico suficientemente detalhado e preciso de uma vasta região geográfica: como atesta Rajna (em Schiaffini 1958/59, p. 121), é a primeira classificação dos dialetos que houve ‘no mundo’. Nesse sentido, esclarece Devoto (in Russo 1985, p. 102), é possível falar de Dante como precursor da ciência moderna, porque personifica no mesmo tempo a curiosidade dialetológica, geralmente ausente naquele tempo, e a sutileza das observações.

Como salienta Corti (1993, p. 84), o exame que Dante apresenta dos idiomas da península, não tem uma finalidade estritamente lingüística, mas permite que ele elabore uma história das possibilidades do vulgar de passar de língua municipal à língua de arte, e então para objeto de uma retórica do dizer. O poeta procura apresentar um quadro das variedades e subvariedades dialetais como premissa ao sucessivo exame de mérito delas, em função da pesquisa sobre o idioma mais decoroso e ilustre da Itália.¹¹⁸ Essa operação acontece por seções bem distintas e sucessivas, diversas por conteúdo e método, e ocupa o resto do primeiro livro (Mengaldo 1996 II, p. 404).

A primeira seção, acrescenta Mengaldo, é substancialmente a *pars destruens*, a parte destrutiva do processo: através de uma análise empírica dos dialetos italianos, Dante chega a negar que qualquer um deles possa aspirar ao título de vulgar ilustre. Na floresta do vulgar itálico, descarta uma por uma todas as línguas que ele considera somente “arbustos intrincados e espinhos”: essas estão na boca dos romanos, dos habitantes da Marca Anconitana, de Milão, de Bérgamo, de Áquila e da Ístria, além dos que habitam as regiões montanhosas e campestres.

¹¹⁸ “*Quam multis varietatibus latio dissonante vulgari, decentiorem atque illustrem Ytalie venemur loquelam;*” “Em tantas variedades em que soa o vulgar italiano, vamos à caça da língua mais decorosa, da língua ilustre da Itália;” *DVE*, i xi 1. A respeito da metáfora venatória, vide também p. 66 nota 142.

Corti (1993, p. 84) lembra que, sendo o ponto de vista dantesco o de um historiador, mas também de um artista militante, ele conota a negatividade das linguagens excluídas através do recurso à tradição da paródia lingüística, da paródia dialetal em versos, que é deliciosamente literária e de âmbito românico: a literatura injuriosa, *in improprium*. Assim como o romanesco (o pior dos vulgares, um verdadeiro *tristiloquium*),¹¹⁹ os outros vulgares são conotados negativamente através de uma paródia fônico-tímbrica, morfológica e lexical. Não se trata de vocábulos isolados, mas de uma frase de sentido completo ou de um verso ou de dois versos, que evocam uma tradição cultural, mesmo se municipal. O próprio Dante lembra essa tradição e cita dois versos do *Contrasto* do florentino Castra como composição *in improprium*, elaborada para ridicularizar três idiomas da Marca Anconitana.

“E não se deve esquecer que foram criadas várias canções para ridicularizar esses três povos: entre elas, nós vimos uma perfeitamente elaborada conforme as regras, que fora composta por um florentino de nome Castra;”¹²⁰

Logo depois se refere novamente a esse tipo de literatura, e diz recordar alguns versos que um certo poeta tinha composto para zombar (“*in ... improprium*”) dos habitantes de Milão, de Bergamo e dos seus vizinhos.

São excluídos também de uma forma radical os sardos, que Dante não considera italianos, mas que pela estreita relação com a península hão de ser colocados junto com os italianos: devem ser descartados porque são os únicos que parecem não ter um vulgar próprio, pois imitam o latim da mesma forma que os macacos imitam o homem, como quando eles, para dizer “casa nova” e “meu senhor”, falam *domus nova* e *dominus meus*.¹²¹

¹¹⁹ O termo *tristiloquium*, “fala horrível”, é provavelmente um neologismo dantesco (Marigo 1948, p. 90 nota 8), como o *primloquium* (a primeira forma de linguagem) de *DVE*, I iv 1, em analogia com o *turpiloquium* com o qual definirá a língua dos toscanos em *DVE* I xiii 4.

¹²⁰ “*Nec pretereundum est quod in improprium istarum trium gentium cantiones quamplures invente sunt: inter quas unam vidimus recte atque perfecte ligatam, quam quidam Florentinus nomine Castra posuerat;*” *DVE*, I xi 4.

¹²¹ “*Sardos etiam, qui non Latii sunt sed Latiis associandi videntur, eiciamus, quoniam soli sine proprio vulgari esse videntur, gramaticam tanquam simie homines imitantes: nam domus nova et dominus meus locuntur.*” *DVE* i xi 7. Por trás da hiperbólica comparação, nota-se a exatidão e a modernidade da afirmação dantesca. De fato, o sardo conserva em grande número formas fonéticas e lexicais do latim, ao ponto de ser geralmente considerado pelos lingüistas uma variedade independente entre as línguas neolatinas (Lausberg 1976 vol. I, p. 49 e seguintes) ou um dialeto estritamente coordenado com o italiano, mesmo se não subordinado a ele (Schiaffini, 1958/1959 p. 138).

Depois de ter eliminados os vulgares que não servem para a finalidade que se propõe, Dante procura escolher, entre aqueles que permaneceram no crivo, o vulgar que seja “*honorabilius atque honoreficientius*”, o mais digno de honra e o que dá mais honra.

Como comenta Corti (1993, p. 85), ele procura individuar nas várias áreas geográficas grupos de letrados, ou verdadeiras escolas, que lhe permitam elaborar um quadro do panorama literário italiano numa situação não municipal, isto é, passível de um discurso sobre a procura de objetos para uma doutrina do dizer.

Dante louva o siciliano, individuando a iniciativa da poesia lírica na *coronatorum aula*,¹²² na corte do imperador Frederico e de seu filho Manfredi, reinantes sobre a Sicília e a Apúlia, e dando ao mesmo tempo a essa poesia um valor nacional:

“Por essa razão. todos os que tinham coração nobre e que eram inspirados pela graça esforçaram-se para ficar ao lado da majestade de príncipes tão grandes e assim tudo o que naquele tempo produziam os Italianos de alma mais nobre aparecia primeiramente na corte daqueles soberanos tão insígnies; e desde que a Sicília era então a sede do trono real, aconteceu que tudo o que os nossos predecessores compuseram em vulgar é chamado de siciliano: isso também para nós é ponto firme e não poderá ser modificado pelos nossos pósteros.”¹²³

Não é o vulgar siciliano, na forma com a qual ele soa na boca dos habitantes locais de condição média, que merece entrar no discurso dantesco: para não falar do vulgar usado pelos nativos da Apúlia, que falam na maioria de uma maneira horrível e inculta, “*turpiter barbarizant*”, “*obscene loquuntur*”. É o vulgar elaborado por muitos mestres nativos da região, “*perplures doctores indígenas*”, que cantaram decorosamente e com solenidade, “*graviter*”, o que produziu obras notáveis. A grandeza desses poetas deriva do fato de eles se terem afastado dos seus próprios idiomas locais, os quais idiomas por consequência não podem aspirar a representar o vulgar mais bonito, o melhor.

“Por isso, se considerarmos o quanto falamos acima, resulta claro que nem o siciliano, nem o apuliense representam o vulgar mais bonito que há na Itália, do momento que,

¹²² Para o significado de *aula* e sua importância na doutrina lingüística de Dante, vide mais adiante o capítulo 2.4 p. 67.

¹²³ “4. [...] Propter quod corde nobiles atque gratiarum dotati inherere tantorum principum maiestati conati sunt, ita ut eorum tempore quicquid excellentes animi Latinorum enitebantur primitus in tantorum coronatorum aula prodibat; et quia regale solium erat Sicilia, factum est ut quicquid nostri predecessores vulgariter protulerunt, sicilianum vocetur: quod quidem retinemus et nos, nec posterí nostri permutare valebunt.” DVE I xii 4. O nome de “escola siciliana” que, a partir de Dante (e deve ser notada a consciência que ele tem de estar fazendo história literária), se costuma dar a esse movimento poético não corresponde, como ele mesmo deixa entender, a uma designação geográfica, enquanto compreende também obras e poetas não nativos da Sicília.

como mostramos, os que usam de eloquência e provêm daqueles regiões, afastaram-se do seu próprio idioma.”¹²⁴

No capítulo seguinte, Dante trata dos vulgares toscanos: julgando a linguagem de seus conterrâneos, suas palavras são particularmente duras, sua crítica é extremamente violenta:

“1. Depois disso, vamos aos Toscanos que, abobalhados pela sua loucura, aparentam arrogar para si a honra do vulgar ilustre. E nisso não é somente a plebe a perder a cabeça com sua pretensão, aliás sabemos que muitos personagens ilustres têm a mesma opinião: por exemplo Guittone d’Arezzo, que nunca se endereçou para um vulgar curial, Bonagiunta de Lucca, Gallo de Pisa, Mino Mocato de Siena, Brunetto Florentino, as poesias dos quais, se tivermos possibilidade de observá-las com atenção, revelar-se-ão não curiais, mas somente municipais.

2. E porque os Toscanos estão exaltados mais que os outros nessa embriaguez, me parece justo e útil esvaziar um a um os vulgares municipais toscanos de sua arrogância. Os florentinos falam e dizem: - *Comemos enquanto não fazemos outra coisa.* – Os Pisanos: - *Os feitos de Florença andaram bem para Pisa.* – Os de Lucca: - *Queira Deus que a comuna de Lucca nade na abundância.* – Os Seneses: - *Tivesse eu de vez renegado Siena. E com isso?* – Os Aretinos: - *Queres vir para algum lugar?* – 3. De Perugia, Orvieto, Viterbo além de Civita Castellana não entendemos absolutamente tratar, pela afinidade que têm com Romanos e Spoletinos. 4. Mas apesar de quase todos os Toscanos estarem embrutecidos naquele seu turpilóquio, acredito que alguns experimentaram um vulgar excelente, como Guido, Lapo e um outro [Dante], florentinos, e Cino de Pistóia, que agora colocamos injustamente por último, obrigados por uma consideração não injusta. 5. Então, se examinarmos os falares toscanos, e pensarmos de que maneira os indivíduos mais honrados se afastaram dos próprios, não resta dúvida que o vulgar que procuramos é outra coisa daquilo a que pode chegar o povo da Toscana.”¹²⁵

¹²⁴ “Quapropter superiora notantibus innotescere debet nec siculum nec apulum esse illud quod in Ytalia pulcerrimum est vulgare, cum eloquentes indigenas ostenderimus a proprio divertisse.” DVE, I xii 9.

¹²⁵ “1. Post hec veniamus ad Tuscos, qui propter amentiam suam infronti titulum sibi vulgaris illustris arrogare videntur. Et in hoc non solum plebeia dementat intentio, sed famosos quamplures viros hoc tenuisse comperimus: puta Guittonem Aretinum, qui nunquam se ad curiale vulgare direxit, Bonagiuntam Lucensem, Gallum Pisanum, Minum Mocatum Senensem, Brunectum Florentinum, quorum dicta, si rimari vacaverit, non curialia sed municipalia tantum invenientur.

2. Et quoniam Tusci pre aliis in hac ebrietate baccantur, dignum utileque videtur municipalia vulgaria Tuscanorum sigillatim in aliquo depompare. Locuntur Florentini et dicunt: *Manichiamo, introcque che noi non facciamo altro.* Pisani: *Bene andonno li fatti de Fiorenza per Pisa.* Lucenses: *Fo voto a Dio ke in grassarra eie lo comuno de Lucca.* Senenses: *Onche renegata avess’io Siena. Ch’ee chesto?* Aretini: *Vuo’ tu venire ovelle?* 3. De Perusio, Urbe Veteri, Viterbio, nec non de Civitate Castellana, propter affinitatem quam habent cum Romanis et Spoletanis, nichil tractare intendimus. 4. Sed quanquam fere omnes Tusci in suo turpiloquio sint obtusi, nonnullos vulgaris excellentiam cognovisse sentimus, scilicet Guidonem, Lapum et unum alium, Florentinos, et Cynum Pistoriensem, quem nunc indigne postponimus, non indigne coacti.

5. Itaque si tuscanas examinemus loquelas, et pensemus qualiter viri prehonorati a propria diverterunt, non restat in dubio quin aliud sit vulgare quod querimus quam quod actingit populus Tuscanorum.” DVE, I xiii 1-5.

O critério que Dante adota para excluir a maioria dos toscanos é parecido com aquele que utilizara para os poetas da “escola siciliana”: alcançaram a excelência somente aqueles que se distanciaram do vulgar municipal ¹²⁶ das suas cidades. Reparamos quanto relevo tenha a poética de Dante na elaboração de seus juízos, pois salva a si e a um restrito grupo de amigos: aqui é fixada aquela que Mengaldo (1979, p. 111 nota 5) define a “constelação” da escola do *Dolce Stil Novo*, que assim permanece, com poucos nomes a mais, na historiografia moderna.

Com a condenação ou a falta de valor dada aos outros rimadores toscanos, Dante visa colocar em evidência e a exaltar a arte da nova escola toscana, em contraposição à velha que estava para acabar, e a se apresentar como personagem principal perante aquele Guittone que, após vários anos da sua morte, ainda tinha um grande número de admiradores e imitadores (que o poeta chamará em II vi 8, com um exagerado desprezo, *ignorantie sectatores*, seguidores da ignorância). Dante torna-se, no tratado, mestre de arte vulgar, para justificar sua lírica e para mostrar que ela é elaborada com conhecimento de meios técnicos, com inspiração e com nobreza de língua que os seus predecessores não conheceram.

Não adianta outros arrogarem a posse da língua ilustre. Escreve Nencioni: “Deste célebre capítulo do *De vulgari eloquentia* resulta, antes de tudo, que já no início do século XIV acendera-se na Toscana aquela glória ou, sem dúvida, vanglória da língua, aquele complexo – diríamos hoje – de superioridade lingüística que constitui uma constante e uma dominante na história da região, e que dele participava não somente a incipiente presunção do vulgo, mas aquela de homens insignes e famosos, [...] Não consideramos se a opinião presunçosa destes poetas e letrados foi enunciada por eles mesmos ou se Dante a deduziu pela língua das composições deles; [...]”. ¹²⁷

Pode ser útil notar, comenta Manni (1993, p. 322) o fato que ele, mesmo reconhecendo à Toscana uma unidade geográfica e cultural, não fala de “toscano” no sentido de “língua toscana”, mas usa expressões como “*tuscanas loquelas*”, “*municipalia vulgaria Toscanorum*”, que evidenciam a pluralidade das falas. Nessa pluralidade são escolhidos os autores que ele critica por não se terem elevado acima do nível municipal, em perfeita sincronia com a

¹²⁶ O termo ‘municipal’, tem um sentido levemente depreciativo, de algo particularista, restrito à cerca dos muros da cidade. Para o significado de “curial”, vide adiante o capítulo 2.4 p. 69-70.

¹²⁷ “Da questo celebre capitolo del *De Vulgari Eloquentia* risulta anzitutto che già all’inizio del Trecento si era accesa in Toscana quella gloria o, fuor d’equivoco, vanagloria della lingua, quel complesso - diremmo oggi – di superiorità linguistica, che costituisce una costante e una dominante nella storia della regione; e che di esso partecipava non solo la insipiente presunzione del volgo, ma quella di uomini insigni e famosi, [...] Sorvoliamo se l’opinione presuntuosa di questi poeti e dettatori sia stata enunciata da loro stessi o Dante l’abbia dedotta dalla lingua delle loro composizioni; [...]” Nencioni 1983, p. 33.

origem deles nas cinco mais importantes cidades da Toscana, das quais ele traz em seguida os exemplos idiomáticos a serem condenados, sob a forma de trechos de cantos ou ditados populares.

Apesar de Dante ter declarado anteriormente de querer ‘apoiar a balança do seu juízo à razão mais que ao sentimento’,¹²⁸ como escreve Devoto (1995, p. 247), os critérios que Dante usa para apreciar os vulgares itálicos não são frequentemente objetivos nem funcionais, mas dominados pelas suas reações estéticas, às vezes até por ressentimentos pessoais. Não se pode excluir que as críticas sejam provocadas em parte por fatores particulares e subjetivos, pela natural antipatia e rivalidade com as cidades vizinhas¹²⁹: no que se refere a Florença, a dor pelo recente exílio e a magoa pelas injustiças sofridas deveriam deixar-lhe prazerosa a oportunidade de poder censurar, além dos costumes, também a língua dos seus ingratos patrícios.¹³⁰ A apreciação desfavorável que ele faz do florentino consiste simplesmente em algumas palavras de som desagradável a serem evitadas, em algumas trivialidades a serem excluídas por razões de estilo, enquanto o que ele reprovava nos outros vulgares eram fenômenos que se repetiam constantemente, que resultavam em vícios orgânicos e inevitáveis. Na realidade ele está criticando o uso de expressões triviais e de palavras plebéias por não serem dignas da alta poesia – objeto do tratado - que exige uma língua e um estilo elevado. Não é então uma contradição o fato de que, na *Comedia*, ele mesmo utiliza palavras e terminações que agora ele reprova na boca dos florentinos e dois pisanos¹³¹: o estilo da *Commedia* é cômico e então, como explicará mais adiante, consente um vulgar entre inferior e medíocre.¹³²

Apesar dos exemplos idiomáticos serem geralmente extraídos de textos literários, o poeta mostra-se particularmente sensível e atento a fenômeno que extrapolam a simples linguagem escrita, como quando no capítulo IX, tratando da mudança das línguas no espaço, sutilmente relevava as diferenças de linguagem na mesma cidade de Bolonha entre os

¹²⁸ “*rationi magis quam sensui spatulas nostri iudicii podiamos.*” *DVE*, vi 3.

¹²⁹ “*Ahi Pisa vituperio delle genti*” “Ah Pisa, infâmia das gentes” *Inf.*, XXXIII 79.

¹³⁰ Comenta D’Ovidio (1876, p.106) que Dante “estava em consciência convencido de que toscano e florentino não coincidissem com a língua ilustre; mas, além disso, ele teve uma grande satisfação em poder jogar esta verdade na cara daqueles tão ingratos seus concidadãos.”

¹³¹ “*Sì mi parlava, e andavamo introque*” *Dante, Inf.* XX 130; “*ed ei, pensando ch’io ‘l fessi per voglia / di manicar*” *Inf.*, XXXIII 59-60; “*per che ‘l primo ternaro terminonno*” *Par.*, XXVIII 105.

¹³² “*Sì vero comice, tunc quandoque mediocre quandoque humile vulgare sumatur;*” “Todavia, se o estilo é cômico, tomar-se-á ora um vulgar medíocre, ora aquele humilde;” *DVE*, II iv 6. Esse conceito é reafirmado na *Epístola XIII* 31 quando, como vimos, apresentando a Cangrande della Scala a *Commedia*, ele diz que “*ad modum loquendi, remissus est modus et humilis, quia locutio vulgaris in qua et muliercole comunicant.*” “no que se refere ao modo de falar, esse é modesto e humilde, porque se trata da linguagem vulgar com a qual até as mulherzinhas se comunicam.”

habitantes do bairro de Borgo San Felice e aqueles de Strada Maggiore; ou quando criticará o falar mole e quase feminino de alguns habitantes da Romanha “*propter vocabulorum et prolotionis mollitem*”,¹³³ ou seja por causa da moleza, da languidez não somente do vocabulário, mas também da pronúncia; ou ainda quando descartará os habitantes de Brescia, Verona e Vicenza “*vucabulis accentibusque*”.¹³⁴ A menção a um fenômeno fonético é ainda mais clara quando, logo após ter falado dos toscanos, como se fosse um corolário ao que tinha acabado de dizer a respeito deles, Dante critica o efeito desagradável do excesso de sibilantes na boca dos lígures:

“5. Se alguém pensa que não seja válido para os Genoveses aquilo que falamos a respeito dos Toscanos, tenha em mente só isso, que se por uma amnésia os Genoveses perdessem a letra z, ou se tornariam completamente mudos, ou deveriam inventar uma nova língua. O z de fato ocupa a maior parte de sua linguagem, e é uma letra que se pronuncia com muita dureza.”¹³⁵

Na opinião de Terracini (1970, p. 212), é bem sabido que na condenação por parte de Dante de todos os idiomas, com exclusão dos toscanos, prevalece o gosto de um ouvido toscano, ao passo que os idiomas toscanos são censurados por causa de formas e palavras municipais e plebéias, mais que por estranheza de sons.¹³⁶ Trata-se então de uma comparação especialmente estética, e lingüística somente enquanto as feiúras e os defeitos são às vezes indicadas nas formas.

Destino não diferente têm, na opinião de Dante, todos os restantes vulgares setentrionais. Alguns vulgares da Romanha, em particular o de Forlí, pecam por serem excessivamente moles e adocicados; por motivos opostos, pela rudeza e pela aspereza, ou pela

¹³³ DVE I xiv 2 O termo *prolatio* no sentido de pronúncia já se encontra em DVE I i 4. De acordo com Fratta (1988 p.49), também a respeito da *vocabulorum construtio* e da *construtionis prolatio* de DVE I vi 4, o segundo termo seria a atuação fônica do primeiro (e não seria interpretada em sentido morfológico, como em Mengaldo 1979, p. 55 nota 2)..

¹³⁴ “pelos vocábulos e pelos acentos” DVE, I xiv 4.

¹³⁵ “5. Si quis autem quod de Tuscis asserimus, de lanuensibus asserendum non putet, hoc solum in mente premit, quod si per oblivionem lanuenses ammicerent z licteram, vel mutire totaliter eos vel novam reparare oporteret loquelam. Est enim z maxima pars eorum locutionis; que quidem lictera non sine multa rigiditate profertur.” DVE I xiii 6. Na realidade, como observa Peirone (1975, p. 39), neste ponto Dante não foi bom profeta: o fenômeno, bem presente na sua época, desapareceu completamente no dialeto genovês atual.

¹³⁶ Não há nenhuma referência no DVE à chamada *gorgia*, ou seja ao fenômeno fonético que consiste na aspiração de algumas consoantes, particularmente das consoantes oclusivas surdas (simples) *k – p – t*, respectivamente em *kh – ph – th*, em posição intervocálica, e mesmo em posição inicial, quando precedidas de sílaba átona: esse característico fenômeno é particularmente sensível no dialeto florentino moderno e em outros dialetos toscanos. A falta de alusão a esse tipo de pronúncia nos vulgares florentino e toscanos, é considerada uma das provas da inexistência do fenômeno na época (Rohlf, *Fonética*, 1966, p. 267-268): Dante não teria perdido a oportunidade de colocar em evidência uma desagradável – para seu ouvido refinado e aristocrático – peculiaridade lingüística de sua ingrata cidade natal. Para maiores detalhes sobre o assunto, vide o meu artigo: Bartolini 2008, p. 57-64.

deturpação das palavras e dos sons, são condenados os restantes vulgares de Brescia, de Verona, de Vicenza, de Pádua, de Treviso, de Brescia e até de Veneza. Mas, como de costume, ele vê com olhar benevolente os que “se afastaram ao poetar da própria língua” e os que “procuram afastar-se da língua materna e miraram a um vulgar elevado.”¹³⁷

No cap. XV, Dante se propõe a investigar rapidamente o que sobra na “selva” itálica e condena de uma vez ferarenses, modenenses, regianos e parmenses, que não alcançarão nunca o vulgar ilustre porque na língua deles permaneceu uma certa guturalidade que ele acredita ser devida à mistura com os invasores longobardos. Para acelerar a pesquisa, deixa de tratar os idiomas das cidades localizadas nos confins da Itália, como Trento, Turim e Alexandria que, mesmo se não fossem tão feios, têm misturados em si muitos elementos dos vizinhos estrangeiros, e então nem merecem o nome de italianos.

De um único vulgar, o bolonhês, é feito o elogio no *De vulgari eloquentia*, porque esse mostra uma fusão harmônica de qualidades eterogêneas próprias dos vulgares vizinhos, os romanholos e os lombardos:¹³⁸ como comenta Devoto (1995, p. 248), não é então preferido por uma virtude objetiva, mas porque, tendo acolhido elementos de diversa natureza e proveniência, afasta-se do principal defeito de um vulgar ilustre, o de estar atado a uma única tradição ‘municipal’. Esse é uma passagem obrigatória para que Dante possa, da exposição das suas espontâneas reações, chegar a uma bem motivada teoria.

Porém – Dante logo retifica e esclarece - o bolonhês é belo e deve ser louvado e preferido somente como vulgar municipal, não se deve acreditar que ele seja o vulgar áulico e ilustre. A explicação é ainda a mesma dada para as outras “escolas” literárias: se esse fosse o vulgar ilustre, aqueles poetas bolonheses que foram mestres ilustres e souberam usar a *discretio*, o discernimento, no uso do vulgar, primeiro entre outros o *maximus* Guido Guinizelli, nunca teriam se afastado dele, “*nunquam a proprio divertissent*”. O juízo benévolo de Dante pode ter sido influenciado pelo fato de que Bolonha, com Guinizelli, havia sido o lugar de origem da poesia do *Dolce Stil Novo*. Precisa considerar também, comenta Schiaffini (1958/1959, p. 156), que com muita probabilidade o poeta escreveu seu tratado em Bolonha, ou certamente após ter morado lá: estaria então ligado por um certo sentimento de simpatia a essa hospitaleira cidade, e teria se habituado ao seu vulgar, o teria estudado com interesse até considerá-lo bonito.

¹³⁷ “*a proprio poetando advertisse*” “*divertere a materno et ad curiale vulgare intendere*” DVE, I xiv 3 e 7.

¹³⁸ Para Nencioni (1983, p. 36) essa característica corresponde à premissa aristotélica, que está na base do pensamento ético e estético-lingüístico do poeta: *virtus moralis consistit in medio*, a virtude moral consiste no justo meio, além do qual estão, em um ou outro sentido, os vícios da falta de medida.

Por isso também, somente o vulgar de Bolonha se salva entre todos os outros da península, porque Dante tinha-se acostumado a ele: o fastio do poeta para com os vulgares italianos deriva em parte do fato de que eles divergem, mais ou menos intensamente, do tipo lingüístico toscano e, mais exatamente, do tipo florentino, ou seja, de sua própria língua. Lembramos que o juízo favorável a respeito das poesias de alguns poetas sicilianos é devido também ao fato de que, mais de que poesia compostas com elegância, trata-se de versos compostos ‘em toscano’: de fato Dante devia conhecer essas poesias na forma em que tinham sido transcritas – e consequentemente ‘toscanizadas’ – por copistas toscanos.

Desse modo, como comenta D’Ovidio (1876, p. 97-104), em muitos exemplos de formas condenadas não se pode encontrar nada de feio ou de errado, se não estando acostumado exclusivamente e afeiçoado a outra categoria fonética, como a toscana: em muitas críticas deve-se entender, geralmente, a desagradável impressão que deviam provocar num toscano as particularidades lingüísticas de outros vulgares. Se os *doctores illustres* bolonheses escreveram versos de alta poesia com palavras diferentes daquelas usadas no centro de sua cidade natal, essas palavras são diferentes por serem parecidas com as toscanas; e conclui D’Ovidio: “Se Dante não o sabia, porém bem o sabemos nós.” Assim como ele tinha descartado todos os vulgares não toscanos, mesmo aquele único bonito, enquanto diferentes do tipo toscano-florentino, ele descarta também os toscanos por causa das divergências que eles têm com o tipo puramente florentino, que lhe era recomendado – esclarece D’Ovidio – pelo costume nativo e pelo seu critério histórico-literário. De fato, mesmo reconhecendo os méritos dos seus predecessores, Dante acreditava que o inteiro curso poético siciliano-bolonhês-toscano tinha alcançado a perfeição definitiva com a escola do *Dolce Stil Novo*, escola em tudo florentina, com exceção de Cino, de Pistoia, cuja língua nativa é totalmente afim ao florentino.

É interessante notar que em todos os casos nos quais Dante trata de poetas que se esforçaram para atingir uma poesia elevada, usando um critério generalizado para demonstrar as qualidades inferiores dos vulgares considerados, por bem cinco vezes, ele usa o verbo *divertere*, afastar-se da língua natal.¹³⁹ Isso acontece também no caso dele próprio e de seus amigos do *Dolce Stil Novo* dos quais diz que se desviaram da língua de sua cidade, o florentino, e que “alcançaram a excelência no vulgar”. Na realidade, esse desvio não é tão

¹³⁹ Poderíamos acrescentar o caso de Sordello de Mantua, citado em *DVE*, I xv 2, que “*patrium vulgare deseruit*”, abandonou o vulgar pátrio e foi grande artista da língua não somente na poesia, mas em qualquer tipo de discurso: mas nesse caso não é claro de que língua Dante falasse, já que Sordello escrevia em provençal e em vulgar itálico.

profundo: como comenta Manni (1994, p. 322), o adjetivo *florentinus* que Dante atribui a si mesmo, escondendo-se naquele *unum alium* que é o terceiro elemento da constelação, tem uma perfeita correspondência com sua língua, que aparece substancialmente aderente ao florentino da época. Essa correspondência, menor nas líricas juvenis, se tornará sempre mais estreitas ao passo que se aproximará à *Commedia* (Serianni 2001, p. 92-104), “no seu conjunto, a obra mais florentina de Dante, na sua estrutura fonética, morfológica e sintática, e no seu léxico fundamental.” (Baldelli em Manni 1994, p. 322). Essa ‘florentinidade’, lembra Serianni, emerge em todos os níveis do poema: em linhas gerais resulta evidente pela identidade lingüística realçada do personagem Dante, reconhecido repetidamente pela sua fala toscana – ou às vezes, mais especificamente, florentina – ou, em sentido oposto, pela caracterização e estigmatização ‘dialetal’ de alguns seus interlocutores.¹⁴⁰

Mas Dante não percebe, diz D’Ovidio (1876, p. 108), que o molde da língua ilustre é o molde florentino: não pode encontrar nesse, e nem nos outros vulgares, o italiano ilustre que está buscando.¹⁴¹ Nesse ponto a resenha termina e Dante deixa entender que esse seu *venari*, “caçar” à procura da pantera (que ele identifica com o vulgar ilustre), da qual em todos os lugares sente-se o perfume, mas que em nenhum lugar se vê, não pode levar a resultados positivos: depois da indagação experimental sobre os vulgares, que se estendeu por bem seis capítulos do primeiro livro do tratado, torna-se necessário investigar *rationabilius*, com meios mais racionais, isto é através de um discurso teórico-filosófico: esses últimos capítulos do tratado constituem a *pars costruens*, a demonstração da existência de um ótimo vulgar unitário dos Italianos:

“Depois que caçamos pelos bosques e pastagens da Itália e não encontramos a pantera que estamos perseguindo, para podermos encontrá-la indagamos com meios mais racionais, para que, com um atento empenho, possamos capturar totalmente com nossos laços aquela que exala em todos os lugares seu perfume, mas que em nenhum lugar aparece.”¹⁴²

¹⁴⁰ Por exemplo: Venedico Caccianemico de Bolonha, em *Inf.*, XVIII 61; o sardo Michele Zanche, em *Inf.*, XXII 88; Bonagiunta de Lucca, em *Purg.*, XXIV 55. Esse segundo aspecto, de dar relevo aos defeitos ‘dialetais’, lembra o procedimento adotado por Dante no *DVE*, na análise e na crítica dos vulgares itálicos.

¹⁴¹ “Quare, si *latium ilustre venamur, quod venamur in illis invenire non potest.*” “Portanto, se é o italiano ilustre que estamos procurando, o que procuramos não pode ser encontrado entre esses.” *DVE*, xv 7.

¹⁴² “1. *Postquam venati saltus et pascua sumus Ytalie, nec pantheram quam sequimur adinvenimus, ut ipsam reperire possimus rationabilius investigemus de illa ut, solerti studio, redolentem ubique et necubi apparentem nostris penitus irretiamus tenticulis.*” *DVE*, xvi 1.

A imagem da pantera, usada metaforicamente por Dante, era comum do repertório dos *bestiarii* da Idade Média. Vide também Brunetto Latini, *Tresor*, I v CXCVI. “[Panthere]. *oeuvre as bouche, et flaire si dous set si soef que toutes bestes qui sentent l’odor s’em vont devant li, [...]*” “A pantera abre a sua boca e sopra tão docemente que todos os animais que sentem o odor vão atrás dela.” Esse conjunto de metáforas, comenta Mercuri (1987, p. 255), é parecido com aquele que conota o início da viagem no primeiro canto do *Inferno*, onde Dante encontra-se

Evidentemente a investigação refere-se à relação entre a pluralidade dos vulgares descritos e o esplêndido ideal de língua regulada que é o vulgar ilustre. Com uma técnica argumentativa, comum na Idade Média, baseada em Aristóteles, ele afirma que todas as coisas, enquanto fazem parte de um gênero, podem ser medidas: a unidade de medida é o *simplicissimus* daquele gênero. Assim é o um, com referência aos números, e o branco, com referência às cores. Para o homem, os critérios de medida variam, conforme se considerem suas ações em absoluto, ou como cidadão ou enfim como italiano. Esses, que são os signos mais perfeitos das ações dos Italianos, não são específicos de nenhuma cidade da Itália e em todas são comuns: entre eles agora se pode discernir aquele vulgar que estava sendo procurado.

“3. Então, nas nossas ações, na medida em que se dividem em espécies, é preciso encontrar aquele elemento com o qual elas são medidas. Assim, enquanto agimos simplesmente como homens, temos a virtude – entendendo-a em sentido geral –, pela qual de fato nós julgamos o homem bom ou mau; enquanto agimos como homens em uma cidade, temos a lei, conforme a qual um cidadão é definido bom ou mau; enquanto agimos como homens da Itália, temos alguns simplicíssimos signos de costumes, de hábitos e de língua, com base nos quais se ponderam e se medem as ações dos italianos. 4. Mas as ações mais nobres entre aquelas que os Italianos realizam não são específicas de nenhuma cidade da Itália, mas são comuns a todas: entre elas, é possível agora individuar aquele vulgar que há pouco caçávamos, que faz sentir seu perfume em todas as cidades, mas que não mora em nenhuma delas. 5. Todavia, pode exalar seu perfume em uma cidade mais que em outra [...]”¹⁴³

Pagliari (1974, p. 272-273) considera que o *unum simplicissimus* revela a intuição que Dante teve da unidade lingüística substancial dos Italianos: mesmo sendo inspirada pela noção da filosofia aristotélica, sua aplicação às considerações sobre a língua “é absolutamente nova”, sua concepção “é de uma modernidade que surpreende.” Deve-se atribuir a ele o mérito de ter levado a noção abstrata contida no *unum*, que faz parte do *genus*, ao plano da universalidade concreta, histórica, em que a língua manifesta-se como unidade, mesmo na variedade das linguagens particulares que constituem a espécie. Ele percebe a fundamental

em uma floresta com uma onça que porém, à diferença da pantera do *DVE*, é caracterizada como maculada, símbolo da *varietas*, perante a unidade representada pelo vulgar ilustre.

¹⁴³ “3. Quapropter in actionibus nostris, quantumcunque dividantur in species, hoc signum inveniri oportet quo et ipse mensurentur. Nam, in quantum simpliciter ut homines agimus, virtutem habemus (ut generaliter illam intelligamus); nam secundum ipsam bonum et malum hominem iudicamus; in quantum ut homines cives agimus, habemus legem, secundum quam dicitur civis bonus et malus; in quantum ut homines latini agimus, quedam habemus simplicissima signa et morum et habituum et locutionis, quibus latine actiones ponderantur et mensurantur. 4. Que quidem nobilissima sunt earum que Latinorum sunt actiones, hec nullius civitatis Ytalie propria sunt, et in omnibus communia sunt: inter que nunc potest illud discerni vulgare quod superius venabamur, quod in qualibet redolet civitate nec cubat in ulla. Potest tamen magis in una quam in alia redolere [...]” *DVE*, I xvi 3-5.

unidade da língua do *sì*, na base das variedades dos vulgares, da mesma forma que ele tinha percebido a unidade substancial do *ydioma tripharium*, do qual a língua do *sì*, a língua d' *oïl* e a língua d' *oc* são manifestações diversas; considera essa unidade como inerente à própria unidade de um povo, coloca a língua no mesmo plano dos outros aspectos da estrutura social, dos costumes e das instituições, que determinam a fisionomia histórica de uma comunidade, ou seja, a nação.

Para Vinay (em Coletti, p. 123 nota 4) mais que de uma intuição, trata-se de uma realidade: não de uma realidade potencial, mas de uma dimensão lingüística concreta, apesar de demonstrada teoricamente. Mengaldo nota, porém, que esta realidade não é distinta em duas diversas dimensões, a falada (do *vulgare latium*) e a literária (do vulgar ilustre): a única verdadeira manifestação do *unum* lingüístico nacional é, no momento, a dos máximos poetas dos gêneros literários mais altos.

Pelo método dedutivo, Dante encontra então o único vulgar digno de ser chamado italiano, o vulgar ilustre, que é o *unum* e é o *simplicissimum*, medida, peso e termo de comparação de cada vulgar municipal da Itália. Esse vulgar pertence a cada cidade italiana, enquanto cada cidade representa, na língua, algo do espírito da nação, mesmo se de um modo imperfeito: mas não é e não pode ser exclusivo de nenhuma cidade porque o vulgar italiano, esclarece Schiaffini (1958/1959, p. 211), representa o espírito da nação no seu complexo, na sua unidade e na sua perfeição: ele pertence ao reino ideal da arte, e por essa sua perfeição ideal é digno de ser chamado ilustre, cardeal, áulico e curial.

“6. Alcançamos então o que queríamos: definimos na Itália o vulgar ilustre, cardinal, áulico e curial o que está em cada cidade italiana, e não parece pertencer a nenhuma, e com base no qual todos os vulgares municipais dos Italianos são medidos, ponderados e comparados.”¹⁴⁴

O vulgar italiano é ‘ilustre’ no sentido etimológico da palavra, como resulta na linguagem comum, pois esse adjetivo se usa frequentemente para indicar homens que realizaram feitos grandiosos. O termo contém aquela característica que é típica da arte, a *claritas* ou esplendor, que deriva de *clarus*, ‘claro, resplandecente’ ou também ‘famoso’: ambos os adjetivos compreendem o mesmo sentido semântico de luz. O esplendor do vulgar ilumina ou reflete-se depois sobre seus poetas, que dele trazem luz de honra e glória: assim

¹⁴⁴ “6. Ita que, adepti quod querebamus, dicimus illustre, cardinale, aulicum et curiale vulgare in Latio quod omnis latie civitatis est et nullius esse videtur, et quo municipalia vulgaria omnia Latinorum mensurantur et ponderantur et comparantur.” DVE, I xvi 6.

aconteceu para Cino e seu amigo Dante, que souberam elevar-se sobre a massa ¹⁴⁵ dos poetas municipais.

“2. Quando usamos o termo ‘ilustre’, entendemos algo que irradia luz e que, recebendo a luz, resplende: nesse modo chamamos de ilustres aqueles homens que, enquanto iluminados pelo poder, difundem luz de justiça e de caridade sobre os outros, ou que, depositários de um alto magistério, ensinam com excelência, [...] 3. É claro que possui um certo magistério que o eleva [...] parece que se tornou tão egrégio, bem estruturado, perfeito e urbano, como Cino de Pistoia e seu amigo demonstraram em suas canções. 6. [...] E nós mesmos sabemos quanto torne ricos de glória seus servidores, nós que pela doçura dessa glória toleramos nosso exílio.” ¹⁴⁶

O segundo atributo, ‘cardinal’, deriva de *cardo*, *cardinis*, não no sentido moderno do italiano *cardine* (gonzo, dobradiça), mas de ferro a forma de cunha fincado na parte inferior da porta, sobre o qual ela gira. A sua função de vital importância é relevada pela etimologia que os antigos comentaristas dão de *cardo*, relacionado com o coração humano; assim escreve Isidoro: “O *cardo* é o lugar em que a porta vira e sempre se move, assim chamado ‘do coração’, pois aquela cunha rege e move a porta, quase como o coração faz para o homem inteiro.” ¹⁴⁷

O epíteto tem sua explicação no fato de que o vulgar ilustre é como o fulcro, em volta do qual se movimentam os idiomas municipais, e sua ação promove uma regressão das formas lingüísticas mais rudes e um progresso dos mais elevados e cultos. Como releva Pagliaro (1974, p. 274), a noção contida no termo leva, ainda uma vez, para aqueles *primitissima signa*, para aquela essencial italianidade lingüística, com qual Dante pretende sejam medidas e adequadas todas as mais elevadas formas de expressão.

“Como de fato a porta inteira segue o fulcro e, quando esse gira, ela também gira no mesmo sentido, de modo a dobrar-se para fora ou para dentro, assim o inteiro rebanho dos vulgares municipais vira-se e torna a virar-se, move-se e pára, de acordo com as

¹⁴⁵ O termo *egregium*, no seu significado etimológico de *ex grege*, ‘que se destaca do rebanho’ que aqui define a poesia de Dante, pode ser relacionado com o *grex*, o ‘rebanho’ dos vulgares não cardeais, que aparece no capítulo sucessivo do tratado.

¹⁴⁶ “2. [...] Per hoc quoque quod illustre dicimus, intelligimus quid illuminans et illuminatum prefulgens: et hoc modo viros appellamus illustres, vel quia potestate illuminati alios et iustitia et karitate illuminant, vel quia excellenter magistrati excellenter magistrent, [...] 3. Magistratu quidem sublimatum videtur, [...] tam perfectum e tam urbanum videamus electum ut Cynus Pistoriensis et amicus eius ostendunt in cationibus suis. 6. [...] Quantum vero suos familiares gloriosos efficiat, nos ipsi novimus, qui huius dulcedine glorie nostrum exilium postergamus.” DVE, xvii 2-6.

¹⁴⁷ “Cardo est locus in quo ostium vertitur et semper movetur, dictus $\pi\omicron\tau\varsigma$ καρδίας, quod quase cor hominem totum, ita ille cuneus ianuam regat et moveat.” Etym., XV VII 7.

ordens desse, que se mostra como um verdadeiro chefe de família. Porventura, não arranca todos os dias os arbustos espinhentos da selva itálica?”¹⁴⁸

Com o terceiro adjetivo ‘áulico’,¹⁴⁹ com o qual define seu conceito de vulgar italiano, juntamente com o sucessivo ‘curial’,¹⁵⁰ Dante precisa aquela função potencialmente política atribuída ao vulgar ilustre que constitui um dos aspectos mais notáveis de sua teoria.

“2. O motivo pelo qual o chamamos de áulico é este: se nós Italianos tivéssemos uma corte, ele estaria naquele palácio. De fato, se a aula é a casa comum de todo o reino e a alta governadora de todas suas partes, qualquer coisa que é de modo tal a ser comum a todos sem ser própria de ninguém, deve necessariamente freqüentá-la e habitar nela, e não pode haver outra moradia digna de tão nobre morador; na verdade, assim parece o vulgar de que estamos falando.

3. Por conseguinte, todos aqueles que freqüentam os palácios reais falam sempre o vulgar ilustre; por isso também o nosso vulgar ilustre anda peregrino como um estrangeiro, e aloja-se em humildes hospedarias, pois nos falta uma corte.”¹⁵¹

Os epítetos de ‘áulico’ e ‘curial’ indicam os ambientes onde em maior medida se reúne a força coesiva da comunidade e nos quais, em virtude dessa função centralizadora, se tende mais para a unificação lingüística: ou seja, a corte como centro do poder político, e a cúria como exercício, para assim dizer, periférico de tal poder. (Pagliaro 1974, p. 274) Apesar de ‘cúria’, mais indeterminado e mais móvel, invadir o domínio reservado a ‘áula’, de modo que ambos freqüentemente exprimem para nós o sentido de ‘corte’ (Rajna 1901, p. 295), os dois termos não devem ser confundidos em um único conceito, pois revestem uma função específica e independente na definição do vulgar ilustre: não se trata então, como explica

¹⁴⁸“1. [...] *Nam sicut totum hostium cardinem sequitur ut, quo cardo vertitur, versetur et ipsum, seu introrsum seu extrorsum flectatur, sic et universus municipalium grex vulgarium vertitur et revertitur, movetur et pausat secundum quod istud, quod quidem vere paterfamilias esse videtur. Nonne cotidie extirpat sentosos frutices de ytalía silva?*” DVE, I xviii 1

¹⁴⁹ O adjetivo deriva de *aula* (< α λη, palácio, corte), ou seja, a sede do soberano, e tem então o significado de ‘edifício real’: o sentido exato do termo é definido pela equivalência com *palatinus*. Cfr. Isidoro, *Etym.*, XV III. 3-6: “*Aula domus est regia [...] Palatium a Pallante principe Arcadum dictum, in cuius honore Arcades Pallanteum oppidum construxerunt, et regiam in ipsius nomine conditam Palatium vocaverunt.*” “A aula é a residência do rei [...] O ‘Palácio’ é assim chamado de Palantes, príncipe dos Árcades, em honra do qual os Árcades edificaram a cidade Palantea, e chamaram o edifício real construído em seu nome de ‘Palácio’.”

¹⁵⁰ A *curia*, de etimologia incerta (de κύριος, ‘que tem poder, autoridade’; ou de *Quirites*; ou de *cura*, ‘diligência, administração’), era a mais antiga repartição política e religiosa do povo romano e passou a indicar o lugar onde se reunia o Senado ou, em geral, onde se reuniam as assembléias para exercer o direito e as leis. Cfr. Isidoro, *Etym.*, XV II 28: “*Curia dicitur eo quod ibi cura per senatum de cunctis administratur.*” “É chamada de cúria o lugar onde é feita pelo senado a administração de todas as coisas.” Aqui, conforme o uso medieval, designa o conselho reunido em volta do soberano com função política, administrativa e jurídica.

¹⁵¹ “2 *Quia vero aulicum nominamus illud causa est quod, si aulam nos Ytali haberemus, palatinum foret. Nam si aula totius regni communis est domus et omnium regni partium gubernatrix augusta, quicquid tale est ut omnibus sit comune nec proprium ulli, conveniens est ut in ea conversetur et habitet, nec aliquod aliud habitaculum tanto dignum est habitante: hoc nempe videtur esse id de quo loquimur vulgare.*
3. *Et hinc est quod in regibus omnibus conversantes semper illustri vulgari locuntur; hinc etiam est quod nostrum illustre velut accola peregrinatur et in humilibus hospitatur asilis, cum aula vacemus.*” DVE, xviii 2-3.

Marigo (1948, p. LXXX), de uma amplificação retórica pelo uso conjunto de dois atributos especiais e solenes, fato que o estilo incisivo de Dante sempre procura evitar.

Não se deve também entender ‘cúria’ no sentido que permaneceu nos tempos atuais, de órgão relacionado com a Igreja. No *De vulgari eloquentia* trata-se de municípios, regiões e estados “laicos”: a Igreja, que constituía então (e constituirá, até a unificação política da Itália) a única fonte nacional e extra-nacional de *auctoritas* e de poder coletivo, é completamente ausente na exposição de Dante.

“4. Deve também ser chamado justamente de curial, pois a curialidade não é nada mais do que a regra bem ponderada das ações a serem cumpridas; e desde que a balança desse modo de pesar encontra-se de costume somente nas cúrias mais excelentes, disso deriva que tudo aquilo que nas nossas ações é bem ponderado, é chamado de curial. Por conseqüência, esse vulgar que foi pesado na mais excelente cúria dos Italianos merece ser chamado de curial.

5. Afirmar, porém, que foi ponderado na mais excelente cúria dos Italianos parece uma brincadeira, já que não temos uma cúria. Mas é fácil responder a essa observação. De fato, se é verdade que na Itália não existe uma cúria, na acepção de cúria unificada, como a do rei da Alemanha, todavia não faltam os membros que a constituem; e como os membros daquela cúria são unidos pela pessoa única do Príncipe, assim os membros dessa foram unidos pelo dom da luz da razão. Pelo que seria falso afirmar que os Italianos não possuem uma cúria, posto que não temos um Príncipe, porque temos uma cúria, ainda que esteja fisicamente dispersa.”¹⁵²

Para definir o termo *curialis* Dante, tendo que admitir que na Itália não existia a cúria, não parte do conceito de *curia*, mas daquele mais genérico de *curialitas*: não se trata somente de um procedimento de abstração, tipicamente medieval, mas, como comenta Mengaldo citando Vinay, é ditado pela necessidade de “espiritualizar ao máximo o conceito de *curia*, despiando-o de toda determinação burocrática, definindo-a pelo que é a sua típica essência moral e especulativa.”¹⁵³

A noção transcende tanto o significado comumente usado de ‘cortesia’, quanto à acepção retórica do termo, conforme o qual significava *urbanitas*, elegante educação, elegância de estilo. Trissino, como vimos, adotara para curial o mesmo sentido de ‘cortesão’,

¹⁵²“4. Est etiam merito curiale dicendum, quia curialitas nil aliud est quam librata regula eorum que peragenda sunt: et quia statera huiusmodi librationis tantum in excellentissimis curiis esse solet, hinc est quod quicquid in actibus nostris bene libratum est, curiale dicatur. Unde cum istud in excellentissima Ytalorum curia sit libratum, dici curiale meretur.

5. Sed dicere quod in excellentissima Ytalorum curia sit libratum, videtur nugatio, cum curia careamus. Ad quod facile respondetur. Nam licet curia, secundum quod unita accipitur, ut curia regis Alamannie, in Ytalia non sit, membra tamen eius non desunt; et sicut membra illius uno Príncipe uniuntur, sic membra huius gratioso lumine rationis unita sunt. Quare falsum esset dicere curia carere Ytalos, quanquam Príncipe careamus, quoniam curiam habemus, licet corporaliter sit dispersa.” DVE, I xviii 4-5.

¹⁵³ “spiritualizzare al massimo il concetto di ‘curia’, spogliandolo di ogni determinazione burocratica, definendola per quello che è la sua típica essenza morale e especulativa.” Mengaldo 1996, II, p. 288.

que tinha sido dado (antes ainda de ser redescoberto o tratado dantesco) para a língua comum, identificada com a da conversação culta usada nas cortes italianas.¹⁵⁴ Esse significado porém, explica Marigo (1948, p. LXXX), revela-se anacrônico, se pensarmos nas modestas condições culturais das cortes italianas e na imatura condição da língua nacional no tempo do Poeta: contradiz também a afirmação de que esse vulgar deve ser usado somente para o estilo supremo.

É especialmente o conceito expresso no *gratiosum lumen rationis*, que esclarece o sentido do passo: a capacidade de se expressar é um produto da iluminação racional fornecida gratuitamente por Deus, daquela racionalidade que garante a ação equilibradora e regulamentadora da cúria. Na Itália, mesmo na falta de um Príncipe¹⁵⁵ que personifique o vínculo tangível de uma unidade política efetiva, existe um grupo de eleitos que forma quase uma verdadeira cúria, pronta para unir-se um dia em um organismo político concreto. Esses detentores da *curialitas*, ‘servidores’ do vulgar ilustre, poetas, enfim, os membros dessa cúria, estão dispersos e todavia unidos pelo dom comum da luz da razão. O aspecto importante em todo o raciocínio, comenta Schiaffini (1958/1959, p. 216), não é tanto a razão, quanto os *doctores illustres* que nela se tornam afins: em primeiro lugar entre eles o próprio Dante, também disperso e que agora vaga de corte em corte, êxul e peregrino, mendigando hospitalidade.

Não por acaso, nota Mercuri (1987, p. 255), Dante propõe sutilmente a identificação entre ele e o vulgar ilustre, ambos peregrinos à procura de uma aula: nesse passo o sujeito literal é o vulgar, mas o sujeito real é o próprio poeta. O *iter* humano do poeta e o *iter* da língua italiana identificam-se em uma audaz analogia metafórica, que introduz a imaginação da viagem da *Commedia*.

Conceitualmente relevante é a explícita importância política que o *De vulgari eloquentia* atribui para a unificação lingüística dos Italianos que se realiza – ou pode se realizar – dentro e através do vulgar ilustre: como explica Mengaldo (1996 II, p. 414), isso inaugura uma atitude específica da intelectualidade italiana, que necessariamente tem identificado por longo tempo na própria unidade lingüístico-cultural a única manifestação efetiva de unidade nacional e, ao mesmo tempo, a semente e a premissa de uma autêntica realização política e social. A esse respeito são elucidativas as noções de vulgar áulico e curial, pelas quais o unitário vulgar ilustre é visto como expressão da existência, potencial

¹⁵⁴ Vide p. 13 nota 20. Da mesma forma Manzoni, reproduzindo as palavras de Dante, escreve: “*l’illustre, cardinale, aulico, cortigiano volgare in Italia [...].*” *Lettera*, p. 2.

¹⁵⁵ Para Dante, a Itália sem Príncipe é uma nave sem timoneiro, “*Nave senza nocchiere*” *Purg.*, VI, 77.

mas de uma certa forma já tangível, de estruturas jurídico-políticas unitárias da Itália, no molde das nações nas quais a uniformidade lingüística era devida a uma *aula* e a uma *curia* que já funcionavam efetivamente, que provinha de uma real união política.

A relação entre o processo de unificação política, a criação de uma cultura elevada e o nascimento do vulgar ilustre tinha sido perfeitamente enquadrado, lembra Mengaldo, naquele capítulo do tratado, em que é concisamente enunciada a aguda interpretação histórica do nexó necessário entre a ação política de Frederico II e de Manfredi, a formação da Magna Cúria e a da primeira linguagem unitária italiana.

Como observa Schiaffini (1958/1959, p. 211), até esse ponto Dante não sai de um raciocínio abstrato, quer dizer, refere-se a um certo ideal ou caráter lingüístico nacional, àquela fisionomia comum a todos os vulgares italianos, que faz que se agrupem em uma única classe e denominação, a de ‘vulgar italiano’. Todavia, no início do último capítulo do primeiro livro, chega a identificar especificamente o vulgar ilustre com o vulgar italiano, e mostra também a real existência desse vulgar, na língua que foi própria dos grandes poetas.

“1. Afirmamos então que esse vulgar que foi apresentado como ilustre, cardinal, áulico e curial, é aquilo que se chama vulgar italiano. [...] Desse, de fato, serviram-se os doutores ilustres que poetaram na Itália em língua vulgar, como os sicilianos, apulienses, toscanos, romanholos, lombardos e os poetas das duas Marcas.”¹⁵⁶

O vulgar ilustre de que Dante trata, explica Nardi, é o substrato comum que torna irmãos todos os vulgares da Itália e já existe em ato dentro desses: o poeta quer somente livrá-lo da escória municipal dos vulgares próprios das diferentes regiões italianas. Como esses são aptos para expressar as coisas mais simples e comuns, nas relações diárias entre os habitantes de uma mesma província, assim o vulgar ilustre é expressão dos sentimentos mais elevados que unem entre si as gentes da Itália. O vulgar ilustre já existe como língua viva e expressão natural do espírito renovado da gente itálica. “No *De vulgari eloquentia*, o conceito do variar das línguas não é mais um conceito abstrato, como nos teóricos escolásticos, mas torna-se concreto, sólido, histórico: é consciência do histórico transformar-se da linguagem de um povo. Nisso está, de fato, a novidade do tratado dantesco.”¹⁵⁷

¹⁵⁶“1. Hoc autem vulgare quod illustre, cardinale, aulicum et curiale ostensum est, dicimus esse illud quod vulgare latium appellatur. [...] Hoc enim usi sunt doctores illustres qui lingua vulgari poetati sunt in Ytalia, ut Siculi, Apuli, Tusci, Romandioli, Lombardi et utriusque Marchie viri.” DVE, I xix 1.

¹⁵⁷ “Nel ‘*De vulgari eloquentia*’, il concetto del variare delle lingue non è più concetto astratto, come presso i trattatisti scolastici, ma diventa concreto, solido, storico: è coscienza dello storico divenire del linguaggio di un popolo. In ciò sta appunto la novità del trattato dantesco.” Nardi 1990, p. 189-190.

O primeiro livro termina com a apresentação, mediante fórmulas esquemáticas, de acordo com a tradição escolástica, do programa que Dante pretende desenvolver nas partes restantes do tratado.

“2. E como é nossa intenção, conforme quanto foi prometido no início deste tratado, ensinar a teoria da eloquência vulgar, começaremos por ele [o vulgar ilustre], pois é o mais alto, para depois tratar nos livros seguintes destes assuntos: quem consideramos digno de usá-lo, e para quais matérias, e como; e também onde, e quando, e a quem deve ser dirigido. Depois ter esclarecido esses pontos, procuraremos esclarecer os vulgares inferiores, descendo gradativamente até aquele que é próprio de uma única família.”¹⁵⁸

É claro que Dante pretende falar não só do vulgar ilustre, mas de toda a *loquela* da Itália, que se amolda às necessidades culturais e espirituais da nação e é legítima no seu todo, desde que se saiba adequá-la à inspiração e ao estilo. Uma vez esclarecidas as questões referentes ao mais elevado, a intenção é tratar do vulgar medíocre e humilde, descendo depois pouco a pouco até aquele que é o vulgar municipal, no caso, porém, de que esse assuma valor literário.¹⁵⁹

Na realidade, Dante tratará somente de *quos*, ‘quem’, chegando à conclusão (capítulo II ii 1) de que o vulgar ilustre não deve ser usado por todos os versejadores, mas somente pelos mais excelentes; de *propter quid*, ‘para que’, (no capítulo II ii), concluindo que se deve usar esse vulgar para cantar os *magnalia*, as três matérias supremas, a salvação (*salus*), o amor (*venus*) e a virtude (*virtus*); e de *quomodo*, ‘como’, ‘em que modo’ (nos restantes capítulos do segundo livro), onde demonstra que o *modus*, a forma métrica digna do vulgar ilustre, é a canção, e assim desenvolve a sua doutrina, o estilo, a técnica do verso e, mais detalhadamente, da estança: essa parte que trata do *modus* permanecerá inacabada. Dos *inferiora vulgaria*, meta última do projeto, obviamente não chegará a falar.

Além das indicações contidas nesse passo, através de alguns acenos fornecidos pelo autor, é possível fazer conjecturas a respeito da estrutura e da extensão da obra, pelo menos nas primeiras intenções de seu autor.

¹⁵⁸ “2. Et quia intentio nostra, ut polliciti sumus in principio huius operis, est doctrinam de vulgari eloquentia tradere, ab ipso tanquam ab excellentissimo incipientes, quos putamus ipso dignos uti, et propter quid, et quomodo, nec non ubi, et quando, et ad quos ipsum dirigendum sit, in immediatis libris tractabimus. 3. Quibus illuminatis, inferiora vulgaria illuminare curabimus, gradatim descendentes ad illud quod unius solius familie proprium est.” DVE, I xix 2-3.

¹⁵⁹ Essa interpretação – apresentada por Marigo (1948, p. 161 nota 18) e ratificada por Schiaffini (1958/1959, p. 217) - de um vulgar *unius solius familie* identificado como municipal, inspirada no passo do capítulo precedente, onde o vulgar cardinal é chamado *pater familias* do inteiro rebanho dos vulgares municipais, é contestada por Mengaldo (1979, p. 135 nota 7): para esse crítico, a definição tem um valor puramente literal.

A indicação mais precisa, repetida três vezes, ¹⁶⁰ refere-se ao projeto de dedicar o quarto livro aos problemas do estilo cômico e do relativo vulgar medíocres ou humilde.

Quanto ao terceiro livro, não sabemos qual deveria ter sido o assunto, mas pelas palavras do início do segundo livro, sabemos que Dante tinha intenção de falar da prosa ilustre, além da poesia:

“1. Agora, estimulando novamente a rapidez de nosso engenho e retomando a caneta para uma obra tão útil, reconhecemos, antes de tudo, que o vulgar ilustre italiano é digno de ser usado assim em prosa como em versos.” ¹⁶¹

Assim, esse poderia ter sido o assunto do livro, pelo menos em parte. Grayson, (1983, p. 223) comenta que Dante, usando o verbo *confitemur*, com essa afirmação poderia ter a intenção de corrigir explicitamente uma eventual impressão dos leitores, fornecida pelos capítulos finais do primeiro livro, de que o vulgar ilustre fosse exclusivo da poesia mais elevada. A atenção aos problemas estilísticos da prosa é compreensível se lembrarmos que, além da passada experiência da *Vita Nuova*, paralelamente à elaboração do tratado latino, o poeta estava empenhado, com o *Convívio*, na realização prática de um modelo de prosa vulgar elevada.

De qualquer forma, não conhecemos a extensão do intento e é difícil saber o que deveria constar nos livros seguintes, *in immediatis libris*, e se esses livros seriam somente quatro: Dante tinha traçado um ambicioso projeto enciclopédico, que deveria abranger não somente a escala completa dos níveis de estilo – do trágico ao cômico e elegíaco – mas, ao mesmo tempo, todas as modalidades de uso do vulgar, do ilustre até o peculiar *unius solius familie*. Se ele tivesse conseguido (ou melhor, pretendido) desenvolver por inteiro seu pensamento e chegar até o fim do tratado, teria transmitido em grande parte a justificação teórica do que foi chamado seu ‘plurilingüismo’. ¹⁶² Mas daquele vasto plano ele chega em seguida a examinar somente questões referentes ao uso literário da língua mais elevada.

¹⁶⁰ “*Si vero comice, tunc quodque mediocre quandoque humile vulgare sumatur: et huius discretionem in quarto huius reservamus ostendere*” “Se, ao contrário, o estilo é cômico, tomar-se-á ora o vulgar medíocre, ora o humilde: dessa escolha reservo-me a falar no quarto livro,” DVE, II iv 6; vide também *Idem*, II iv 1 e II viii 8.

¹⁶¹ “1. *Sollicitantes iterum celeritatem ingenii nostri et ad calamum frugis operis redeuntes, ante omnia confitemur latium vulgare illustre tam prosayce quam metrica decere proferri.*” DVE, II i 1.

¹⁶² A definição do ‘plurilingüismo’ dantesco (ou seja, a pluralidade de estilo e gêneros literários; a pluralidade e presença simultânea de estratos lexicais, que vão da linguagem sublime á grotesca e à comum; o interesse em refletir teoricamente sobre as próprias escolhas estilísticas; a incessante experimentação), em contraposição especialmente al ‘monolingüismo’ de Petrarca, deve-se a um famoso ensaio de Contini, “Preliminari sulla lingua del Petrarca” in *Variani e altra linguistica*, in Russo, 1985 p. 119-120.

3 – Um tratado de retórica e de poética

3.1 – A canção: o gênero poético mais elegante e mais nobre, por isso mais apto para exemplificar o pensamento teórico dantesco.

È claro que somente com o segundo livro começa a verdadeira matéria do tratado, isto é, a arte de dizer em vulgar, e que todo o primeiro livro foi concebido como introdução à obra inteira: o conteúdo do que sobra desse livro acompanha fielmente o projeto exposto anteriormente. O proêmio e o capítulo conclusivo do primeiro livro declaram repetidamente querer *doctrinam de vulgari eloquentia tradere*, a dizer, Dante tinha a intenção de escrever um tratado de retórica e de poética que devia compreender, de acordo com um uso não desconhecido na Idade Média, seja as obras concebidas em forma métrica, seja as obras compostas em forma prosástica.

A problemática do primeiro livro do *De vulgari eloquentia* é puramente lingüística: como vimos, trata da natureza, da origem e da história da linguagem, de sua diferenciação e distribuição geográfica, da situação das línguas românicas e dos vulgares italianos e, com relação a esses últimos, da formulação fundamental do conceito de vulgar ilustre. O ambiente no qual se movimenta o pensamento de Dante é o da cultura filosófica medieval, fixado na tradição da exegese do Livro da *Gênesis* e nos comentários sobre os textos aristotélicos, como o *De interpretatione*, o *De anima* e a *Política*.

O segundo livro trata dos autores que podem usar o vulgar ilustre, além dos assuntos, da forma métrica e do estilo que são aptos para esse: o tema principal é então o *vulgare illustre* em sua concreta realização constituída pela *cantio*, a ‘canção’, incluído em uma série de questões e argumentos propriamente retóricos.

Os modelos e *auctoritates* clássicas incontestáveis, para o poeta como para seus contemporâneos, são a *Rhetorica ad Herennium*, o *De Inventione* de Cícero e a *Ars Poetica* de Horácio (que é a única autoridade retórica citada expressamente); em âmbito medieval, são referências os tratados como as *Razos de trobar* do provençal Ramon Vidal, a *Rettorica* e a parte retórica do *Tresor* de Brunetto Latini, as *poetrie* transalpine, como a *Poetria Nova* de Goffroi de Vinsauf, a *Ars Versificatoria* de Matthieu de Vendôme, a *Poetria de arte prosayca, metrica e ritmica* de Giovanni di Garlandia, as *artes dictaminis* itálicas, como o

Candelabrum de Bene da Firenze o a *Summa dictaminis* de Guido Fava. (Mengaldo 1979, p. 10).

Em linhas gerais, podemos então afirmar que a problemática do primeiro livro é essencialmente filosófica,¹⁶³ enquanto a matéria de que trata o segundo livro tem caráter retórico: ou seja, o tratado de Dante não é de gramática vulgar, nem é um manual prático de técnicas poéticas, mas é concebido como uma orgânica arte de dizer em língua vulgar, fundamentada em princípios universais de filosofia, de poética e de retórica.

A noção de vulgar ilustre, explicitamente definida e detalhadamente elaborada, constitui o ponto de chegada da primeira parte do tratado e, no mesmo tempo, o ponto de partida e o assunto principal da segunda. A esse conceito Dante chega com um procedimento abstrato e dedutivo, pelo qual o vulgar ilustre assume um valor universal e absoluto, existindo antes das realizações contingentes, representadas pelas composições dos *doctores illustres*.

Essa dimensão filosófica, comenta Cecchin (1986, p. 7 e seg.), adapta-se mal à fundamentação retórica declarada por Dante e que prevalece, como falamos, no segundo livro. O caráter absoluto de abstração implícito na idéia de *unum* e de *simplicissimum*, que deve ser válido para todos sem pertencer exclusivamente a ninguém, não parece de fato estar completamente de acordo com a noção de língua própria da retórica, dirigida aos particulares e ao concreto e atenta à natureza específica de temas, construções e formas.

Coerentemente com a noção de *simplicissimum signum*, Dante parece considerar o vulgar ilustre uma entidade individual, e a indica categoricamente como sendo o vulgar italiano em absoluto: logo depois, porém, na definição de seu plano doutrinal, parece pressupor uma série de vulgares dos quais o *ilustre*, ou seja, o *latium*, o italiano, é o mais alto. Os dois conceitos parecem estar em contraste: se o *vulgare ilustre* coincide em tudo com o *vulgare latium*, sendo índice de italianidade, deveria ser usado em toda circunstância, e não somente em determinadas condições, como é acenado no fim do primeiro livro e demonstrado detalhadamente nos primeiros capítulos do segundo; sempre com base nessa identificação, os vulgares inferiores não deveriam ser considerados italianos e não fariam então parte do tratado.

Esse contraste, escreve ainda Cecchin, atinge o próprio conceito de *vulgare*. No primeiro livro o endereçamento lingüístico e especulativo comporta a fundamental oposição entre ‘vulgares municipais’ e ‘vulgar ilustre’, e atribui claramente a esse último o valor de

¹⁶³ A importância da especulação filosófica no tratado pode ser resumida pelas palavras de Vossler (1927, p. 246): “*E fu questo ‘De vulgari eloquentia’ la più originale produzione filosofica del nostro poeta.*”

‘língua’; no segundo livro a determinação retórica presuppõe a tríade ‘vulgar ilustre’, ‘vulgar medíocre’ e ‘vulgar humilde’ e, portanto, emprega prevalentemente o termo no sentido de ‘nível lingüístico’.

Essa última acepção é essencial para a estrutura do segundo livro, pois permite situar o vulgar ilustre dentro da construção doutrinal e de relacioná-lo com as noções fundamentais que são desenvolvidas nesta parte do tratado, como a escolha da temática, do estilo, da forma métrica, da construção e do léxico particular.

Apesar da estrutura e dos conceitos fundamentais desse livro serem substancialmente retóricos, os esquemas e as teorias não são enunciados passivamente, mas frequentemente princípios especificamente retóricos são elaborados, formulados e demonstrados, de acordo com os métodos e os processos da filosofia, e recebem dessa sustentação e legitimidade.

Assim, quando no primeiro capítulo ele trata o primeiro dos assuntos planejados, “*quos putamus ipso dignos uti*”, quem é considerado digno de usar o vulgar ilustre, o problema é articulado nos moldes da *quaestio*, o instrumento dialético usado pela escolástica, e resolvido com base no princípio da *convenientia*: há uma correspondência biunívoca, pela qual o vulgar ilustre, concebido como um absoluto, revela-se onde há homens capazes de altas concepções e sentimentos, e inversamente estes homens são tais na medida em que usam esse vulgar. Esse princípio é aplicado conforme o típico módulo aristotélico da tríade gênero – espécie – indivíduo. Tudo aquilo que é próprio do homem, lhe é conveniente em virtude do gênero (o animal), ou da espécie (a humana), ou do indivíduo, como ter sensações, rir, ser cavaleiro: ¹⁶⁴ os três termos são respectivamente relacionados com o gênero animal (o homem, como os animais, tem sensações), com a espécie humana (somente o homem ri), ao indivíduo (nem todos os homens são cavaleiros).

A conveniência, no uso do vulgar ilustre, é uma questão individual, “*convenit ergo individui gratia*” (II i 6). Não são todos os versificadores que são dignos de usar o vulgar ilustre, contrariamente a quanto pode parecer, conforme uma acepção falsa e superficial do conceito de ‘ornado’ estilístico da matéria (o ‘ornado’ não é um acréscimo accidental de belas formas a qualquer conteúdo). Devem usar esse vulgar somente os *excellentissimos poetantes*, que possuem ciência, e engenho, capazes de expressar altíssimos pensamentos, às quais somente cabe, *convenit*, a língua melhor: “[...] a língua melhor será conveniente para as mais

¹⁶⁴ “*Nam quidquid nobis convenit, vel gratia generis, vel speciei, vel individui convenit, ut sentire, ridere, militare*” DVE, II i 6.

altas concepções. Mas as concepções mais altas não podem estar se não onde existe engenho e ciência.”¹⁶⁵

No segundo capítulo Dante precisa o *propter quod*, quais são os argumentos dignos do vulgar ilustre: merecem ser tratados somente os repletos de dignidade. Aqui também a discussão torna-se filosófica, à procura do que há de ser considerado *dignum*.

Dante, partindo da alma humana, que é ‘vegetativa’, ‘animal’ e ‘racional’,¹⁶⁶ afirma que o homem procura o útil (e tem isso em comum com as plantas), o prazer (e nisso está próximo dos animais), o honesto (e nisso está sozinho, ou se associa aos anjos).¹⁶⁷ O útil é a própria salvação, ou seja, o instinto de preservação; o prazer conduz ao amor (o amor físico, que invade e condiciona homens e animais); o honesto, ao contrário, identifica-se com a virtude, a escolha do bem. Salvação, amor e virtude (*salus, venus e virtus*) devem então ser os argumentos da alta poesia, cantados na sua essência e não aviltados por nada de casual e contingente:¹⁶⁸ mais explicitamente, aqueles *magnalia*, objetos mais elevados que têm mais relação com eles, como, respectivamente, o valor das armas, o amor ardente e a reta vontade.¹⁶⁹ Nessa direção se encaminharam alguns poetas, como Bertran de Born, Arnaud Daniel, Guiraut de Bornelh, Cino da Pistoia e o próprio Dante.

Reparamos que o poeta, para exemplificar e comprovar sua teoria, serve-se de versos extraídos das obras de autores estrangeiros, além dos italianos, de acordo com uma tendência que seguirá nos sucessivos capítulos do tratado. A perspectiva é apresentada em termos quanto mais possível universais, prescindindo da condição estritamente italiana: o vulgar ilustre não é mais somente o *vulgare latium*, mas é a língua de todos os *illustres viri* que já poetaram, ou que irão poetar. Mesmo tendo dedicado uma atenção especial à língua da sua terra, isso demonstra como fosse forte nele o sentido da unidade literária românica: como sintetiza Eliot (em Paparelli 1975, p. 44), “A cultura de Dante não pertencia a um único país europeu mas à Europa.”

¹⁶⁵ “[...] *optimis conceptionibus optima loquela conveniet. Sed optime conceptiones non possunt esse nisi ubi scientia et ingenium est; ergo optima loquela non convenit nisi illis in quibus ingenium et scientia est.*” DVE, II i 8.

¹⁶⁶ “*un'alma sola / che vive e sente e sè in sè rigirà*” “uma única alma, que vive e sente e pensa e conhece a si mesma.” Purg., XXV 75-76.

¹⁶⁷ “*Nam secundum quod vegetabile quid est, utile querit, in quo cum plantis comunicat; secundum quod animale, delectabile, in quo cum brutis; secundum quod rationale, honestum querit, in quo solus est, vel angelice sociatur [nature].*” DVE, II ii 6.

¹⁶⁸ “*dum nullo accidente vilescent*” DVE, II iv 8.

¹⁶⁹ “*Quare hec tria, salus videlicet, venus et virtus, apparent esse illa magnalia que sint maxime pertractanda, hoc est ea que maxime sunt ad ista, ut armorum probitas, amoris accensio et directio voluntatis.*” DVE, II ii 7.

Dante não esconde quanto a prestigiosa poesia que vinha de além dos Alpes tivesse influência em sua obra: ¹⁷⁰ como anota Contini (2001, p. 38-39), ele “se mantém coerente com sua cronologia literária e ideal”. Na *Commedia*, até colocará na boca de Guinizelli, que ele acabara de elogiar, ¹⁷¹ a afirmação de que Arnaut tinha superado a si mesmo na arte de escrever na língua materna. ¹⁷² Como explica ainda Contini, “Contra os eventuais municipalistas e nacionalistas, aqueles para os quais a Pietramala do *De Vulgari* é o universo inteiro, Dante, para quem o mundo é pátria como para os peixes é o mar, <velut piscibus aequor>, antes afirma a grandeza de um não toscano, depois ele, tendo bebido não nos riachos secundários, mas nas nascentes primárias do *saber* occitânico, afirma a grandeza até de um não italiano. Dante permanece fiel à sua cronologia literária e ideal.” ¹⁷³

Dante admira, nos trovadores, a arte mais que o pensamento: o que pretende aproveitar das obras desses são os miráveis requintes de estilo e de métrica, a sonoridade, a harmonia, o esplendor das estrofes. Consequentemente, a forma que ele escolhe para exemplificar a teoria sobre o uso do vulgar ilustre, que ocupa o restante do tratado, é a ‘canção’, gênero originado justamente pelo provençais, e que com Dante (e futuramente com Petrarca) alcançará sua expressão máxima italiana, tendo passado pelos poetas século-toscanos ao *Stil Novo*.

A canção, devido à nobreza de seu estilo, pertencia a um patrimônio cultural comum às várias literaturas que Dante conhecia; no tratar da canção ideal e perfeita, o poeta não faz distinções lingüísticas, e refere-se ao quadro histórico literário, considerado no seu conjunto: para demonstrar os preceitos teóricos que vem apresentando, utiliza exemplos extraídos, aparentemente sem ordem lógica, das composições de autores de diferentes origens, provençais, franceses e italianos.

Quando Dante, no terceiro capítulo, passa a discorrer acerca de *quo modo*, ¹⁷⁴ ou seja, em qual forma métrica devem ser apresentados os assuntos dignos do vulgar ilustre, sua afirmação é categórica: devem ser tratados na canção.

¹⁷⁰ Dante admite claramente a *auctoritas* de Arnaut: “[...] Arnaldus Danielis, et nos cum secuti sumus cum diximus ‘Al poco giorno e al gran cerchio d’ombra’.” “[...] Arnaut Daniel, e nós seguimos seu exemplo quando escrevemos: ...” *DVE*, II x 2.

¹⁷¹ Vide p. 20 nota.31.

¹⁷² “fu miglior fabbro del parlar materno” “foi artífice melhor [que eu] da língua materna.” *Purg.*, XXVI 117.

¹⁷³ “Contro gli eventuali nazionalisti e municipalisti, quelli per cui la Pietramala del *De Vulgari* è l’universo intero, Dante, cui il mondo è patria <velut piscibus aequor>, prima afferma la grandezza d’un non toscano, poi, lui abbeverato non ai rivi secondari ma alle sorgenti primarie del *saber* occitanico, addirittura d’un non italiano. Dante tiene fede alla sua cronologia letterale e ideale.” Contini 2001, p. 58-59.

¹⁷⁴ O termo *modus*, ‘forma’, ou ‘medida’, fazia parte do léxico da técnica musical, no sentido de medida dos tempos, ‘ritmo’, ‘compasso’, e também da técnica poética, no sentido de medida dos versos, ‘ritmo’, ‘metro’.

“2. Por conseguinte, querendo ensinar as formas métricas nas quais esses assuntos são dignos de ser ligados, observamos, em primeiro lugar, que devemos lembrar que os que poetaram em vulgar deram às suas obras formas variadas: canções, baladas, sonetos e outras formas métricas sem leis nem regras, como demonstraremos mais adiante.

3. De todas essas formas métricas, nós julgamos que a canção é a mais excelente: por isso, se o que é excelentíssimo é digno do que é excelentíssimo, como demonstramos anteriormente, os temas dignos do vulgar mais excelente são também dignos das formas métricas mais excelentes, e por consequência vão tratados nas canções.”¹⁷⁵

A maior excelência da canção sobre as outras formas métricas pode ser reconhecida por várias razões. Primeiramente, pelo fato de que, entre tantas formas em versos, todas musicadas, que genericamente são chamada de ‘canções’, somente a essa é reservado esse nome específico, que manteve no decorrer do tempo.

“O primeiro é que, apesar de tudo o que expressamos em versos seja ‘canção’, somente as canções tiveram em sorte este vocábulo: o que nunca aconteceu sem uma escolha antiga”¹⁷⁶

Depois, a canção é, por si mesma, perfeita: de fato é autônoma, contém tudo o que precisa, sem necessidade de ajuda externa, como acontece com a balada, que necessita de dançadores.

“[...] parece ser mais nobre daquilo que necessita de ajuda externa; mas as canções realizam por si mesmas tudo o que devem, capacidade que as baladas não têm: de fato, essas precisam de dançadores, em função dos quais foram escritas;”¹⁷⁷

Além disso, as canções conferem mais honra para seus autores, de que as outras formas de poesia; e, entre as composições cantadas, essas têm um lugar de privilégio e são conservadas com o máximo cuidado, como sabe quem tem familiaridade com os livros: são então as formas mais nobres.¹⁷⁸

¹⁷⁵ “2. Volentes igitur modum tradere quo ligari hec digna existant, primo dicimus esse ad memoriam reducendum, quod vulgariter poetantes sua poemata multimode protulerunt, quidam per cantiones, quidam per ballatas, quidam per sonitus, quidam per alios inlegitimos et irregulares modos, ut inferius ostendetur.

3. Horum autem modorum cantionum modum excellentissimum esse pensamus; quare si excellentissima excellentissimis digna sunt, ut superius est probatum, illa que excellentissimo sunt digna vulgari, modo excellentissimo digna sunt, et per consequens in cantionibus pertractanda.” DVE, II iii 2-3.

¹⁷⁶ “Prima quidem quia, cum quicquid versificamur sit cantio, sole cantiones hoc vocabulum sibi sortite sunt; quod nunquam sine vetusta provisione processit.” DVE, II iii 4.

¹⁷⁷ “[...] nobilius esse videtur quam quod extrinseco indiget: sed cantiones per se totum quod debent efficiunt, quod ballate non faciunt: indigent enim plausoribus, ad quos edite sunt;” DVE, II iii 5.

¹⁷⁸ “sed inter ea que cantata sunt, cantiones carissime conservantur, ut constat visitantibus libros.” DVE, II iii.7.
7. A ordem com a qual se transcreviam as poesias, como é atestado nos códigos antigos, era: canções, baladas e sonetos.

Enfim, na canção encontramos a plenitude métrica, porque todo artifício técnico presente nas outras formas métricas é presente também na canção, mas não vice-versa.

“Temos antes dos olhos uma prova evidente do que dizemos: de fato, somente nas canções encontra-se tudo aquilo que da altura das suas mentes iluminadas fluiu para os lábios dos poetas.”¹⁷⁹

Uma vez definido o que são as forma métricas mais aptas para o vulgar ilustre, deixando de lado sonetos e baladas, Dante passa a descrever as regras necessárias para a arte das canções: essas foram escritas pelos verdadeiros poetas. A diferença entre os grandes poetas e os menores é que os primeiros seguiram regras e línguas regulares, e os segundos poetaram casualmente: por conseguinte, quanto mais se emularão os primeiros, tanto melhor poetar-se-á. Para isso, precisa ter a capacidade de escolher um estilo idôneo, entre o trágico, o cômico e o elegíaco. O estilo trágico, que é o mais alto, é intimamente ligado à nobreza da canção e do vulgar; o estilo cômico é ligado a um vulgar inferior, medíocre ou humilde; enfim, para usar a forma elegíaca, deve-se usar um vulgar humilde. Em estilo trágico, por consequência, dever-se-á falar do que é mais profundo, de salvação, amor e virtude: somente os cantores desses argumentos elevar-se-ão acima da massa dos que não têm engenho nem cultura.

Dante fala depois sobre as várias medidas do verso, das quais a mais excelente é o endecassílabo, que deve ser então usado nas canções, ou pelo menos no *incipit*, como fizeram os grandes poetas, entre os quais inclui si mesmo. A elegância torna-se ainda maior quando aos endecassílabos juntam-se os setenários: alguns outros versos podem ser elegantes, outros devem ser evitados.

Na canção, também a construção da frase deve ser elegante. Não serve o tipo linear muito simples, como o do estudante no início dos estudos que compõe uma frase elementar, nem o usado nos exercícios nas escolas ou o elaborado por aqueles que conhecem superficialmente as artes retóricas: é válida somente a construção dos *dictatores illustres*, dos ilustres escritores de arte, assim em prosa como em poesia, que “*est et sapiens et venustus etiam et excelsus*”, tem gosto e é cheia de graça e no mesmo tempo é excelsa. Dante, para ajudar a entender qual é seu pensamento sobre o estilo, percebendo a dificuldade do assunto, utiliza como exemplos uma longa série de versos de diferentes poetas. Sugere que sejam lidos também os grandes clássicos da literatura latina: são poetas que escreveram conforme as

¹⁷⁹ “*Signum autem horum que dicimus promptum in conspectu habetur; nam quicquid de cacuminibus illustrium capitum poetantium profluxit ad labia, in solis cantionibus invenitur.*” DVE, II iii 9.

regras, os “*regulatos poetas*”, Virgílio, Ovídio, Estácio e Lucano e os que usaram uma prosa altíssima, os “*qui usi sunt altissima prosa*”, Lívio, Plínio, Frontino, Orósio e muitos outros, “*multos alios*”. A atenção a ser dada aos clássicos como modelos de criação literária, que será fundamental na *Commedia*, é aqui dada como sugestão, como se nota pelo uso da forma hipotética “*fortassis utilissimum foret*”, “talvez seria muito útil”¹⁸⁰

No sétimo capítulo, Dante analisa o léxico da língua ilustre: quer mostrar quais tipos de palavras podem ser usadas e quais devem ser evitadas.

“[...] terás cuidado de fazer de modo que permaneçam no crivo somente os vocábulos nobilíssimos. 4. Entre esses não poderás de algum modo colocar os vocábulos pueris, pela sua simplicidade, como *mamma* e *babbo*, *mate* e *pate*, nem os feminis, pela sua moleza, como *dolciada* e *placevole*, nem os agrestes, pela sua aspereza, como *greggia* e *cetra*, nem os urbanos escorregadios e hirsutos, como *femina* e *corpo*. Verás assim que te sobrarão somente palavras urbanas bem penteadas ou hirsutas, que são as mais nobres e que são os membros do vulgar ilustre.”¹⁸¹

Agora, logicamente, Dante limita-se ao vulgar ilustre itálico: com algumas regras gerais, não sempre bem claras para um leitor moderno, o poeta procura explicar suas preferências na escolha do vocabulário, e as ilustra com vários exemplos: na prática, em geral trata-se de palavras-chave típicas da poesia dantesca do *Stil Novo*.

A canção é então, para Dante, a poesia do estilo trágico, daquele estilo que, sendo o mais elevado, exige tudo no mais alto grau: da inspiração ao verso, da construção aos vocábulos. O poeta pode agora definir o que é exatamente a canção.

A canção é a ação de cantar, que se aplica a um texto em poesia; tem o nome de canção a composição das palavras com harmonia, e não a modulação do canto, que é chamada, diversamente, de ‘som, tom, nota, melodia’.¹⁸²

A canção nada mais parece ser de que a ação em si completa de quem formula palavras harmonicamente dispostas em vista da modulação melódica: “*Et ideo cantio nichil*

¹⁸⁰ DVE, II vi 7.

¹⁸¹ “[...] *sola vocabula nobilissima in cribro tuo residere curabis*. 4. *In quorum numero nec puerilia propter sui simplicitatem, ut ‘mamma’ et ‘babb’o, ‘mate’ et ‘pate, nec muliebria propter sui mollitiem, ut ‘dolciada’ et ‘placevole’, nec silvestria propter austeritatem, ut ‘greggia’ et ‘cetra’, nec urbana lubrica et reburra, ut ‘femina’ et ‘corpo’, ullo modo poteris conlocare. Sola etenim pexa yrsutaque urbana tibi restare videbis, que nobilissima sunt et membra vulgaris illustris.*” DVE, II vii 3-4. Como explica Coletti (in Dante 2000, p. 134 nota 1), o aspecto negativo é dado pelo excesso de moleza ou de aspereza: a terminologia é análoga à utilizada para a análise e a crítica dos vulgares da Romanha, em DVE, I xiv.

¹⁸² “*Preterea disserendum est utrum cantio dicatur fabricatio verborum armonizatorum, vel ipsa modulatio. Ad quod dicimus, quod nunquam modulatio dicitur cantio, sed sonus, vel tonus, vel nota, vel melos.*” DVE, II vii 5. Em termos modernos, chamaríamos a ‘modulação do canto’ de ‘música’, em contraposição à ‘letra’ de uma composição musical.

aliud esse videtur quam actio completa dicentis verba modulationi armonizata:” : ¹⁸³ é então uma obra executada por quem sabe *dicere*, compor as palavras conforme as regras da retórica e sabe combiná-las de acordo com as relações musicais. Como escreve Schiaffini (1958/1959, p. 303), a definição de ‘canção’ tem uma clara analogia, nas suas linhas essenciais, com a de ‘poesia’, dada em *De vulgari eloquentia* II iv 2: “ a poesia não é nada mais que ficção elaborada em versos de acordo com a arte retórica e musical, “[...] *poesim* [...] *nichil aliud est quam fictio rethorica musicaque poita.*” ¹⁸⁴

As duas definições ressaltam a estrita relação entre texto poético e música: a definição de canção acrescenta a noção, como esclarece Mengaldo (1979, p. 203 nota 5), que será analiticamente demonstrada nos capítulos seguintes, da organização do material verbal em relações precisas exigidas pela necessidade intrínseca do revestimento musical, fato que está presente na mente de quem produz o texto; e não importa se, na prática, esse revestimento musical poderá também não ser executado.

Em sentido lato, poderiam assim ser chamadas de ‘canções’ também outras formas métricas:

“Por conseguinte, definimos ‘canções’ seja as canções (das quais agora estamos tratando), seja as baladas e os sonetos e todas as composições harmonicamente dispostas em qualquer metro, em vulgar ou em língua regular. Mas, já que falamos somente dos problemas do vulgar, deixamos de lado os da língua regular, e afirmamos que entre as formas poéticas vulgares há uma suprema, que chamamos canção por excelência.” ¹⁸⁵

A canção por antonomásia, aquela da qual Dante está tratando, tem características bem precisas, que a diferenciam das outras formas poéticas:

“[...] é aquela união de estâncias ¹⁸⁶ iguais, em estilo trágico, sem ‘ritornelo’, em função de um conceito unitário, como mostramos quando escrevemos: ‘Donne che

¹⁸³ DVE, II viii 6.

¹⁸⁴ *Poesis*, ‘poesia’ (< ὁ ποιῶν, fazer, fabricar). *Fictio*, ‘ficção’ (< *fingere*, ‘moldar em barro’, ‘fazer’, ‘criar’ – equivalente latino de ὁ ποιῶν - e depois ‘inventar’, ‘fingir’), no sentido medieval, de agradável mentira (a poesia que esconde uma verdade, ou seja, de composição alegórica: assim em *Conv.*, II I 2 o sentido alegórico “*è una veritate ascosa sotto bella menzogna*”. *Poita*, ‘elaborada em versos’ (particípio passado de *poire*, que é um grecismo, forma latinizada medieval de ὁ ποιῶν). Como nota Schiaffini (1958/1959, p. 303), é repetida, com uma bela figura etimológica, a raiz de *poesis*.

¹⁸⁵ “[...] *quapropter tam cantiones quas nunc tractamus, quam ballatas et sonitus et omnia cuiuscunque modi verba sunt armonizata vulgariter et regulariter, cantiones esse dicemus. Sed quia sola vulgaria ventilamus, regulata linquentes, dicimus vulgarium poematum unum esse supremum, quod per superexcellentiam cationem vocamus:*” DVE, II viii 6- 7. Os termos *regulariter* e *regulata* referem-se, como habitualmente, à língua latina.

¹⁸⁶ Por ‘estância’ (também chamada *estrofe*) entende-se cada uma das divisões de uma composição poética, havendo em cada uma igual número de versos e a mesma disposição das rimas.

avete intelletto d'amore'. Dizemos 'união em estilo trágico' porque, quando essa união se realiza em estilo cômico, falamos com um diminutivo de 'cançoneta': dessa temos intenção de tratar no quarto livro."¹⁸⁷

Na primeira parte da definição, o poeta distingue então a canção da balada, e na segunda, da cançoneta:¹⁸⁸ de ambas, reserva-se de falar num quarto livro.

Para exemplificação das teorias enunciadas no *De vulgari eloquentia*, Dante cita canções de sua autoria, em virtude de sua excelência ou por alguma peculiaridade, e habitualmente junto com outras de outros poetas, provençais, franceses ou italianos: somente uma vez ele isola absolutamente uma sua canção, justamente nesse passo do tratado, onde resume todo o discurso sobre a excelência da canção.

Essa canção é a que inicia as novas rimas da *Vita Nuova*.¹⁸⁹ Como esclarece Baldelli (1996 I, p. 798), se na transição do *De vulgari eloquentia* para a *Commedia* muitas teorias serão, como era natural, alteradas e readaptadas, parece importante que essa canção seja ainda julgada, no colóquio com Bonagiunta da Lucca,¹⁹⁰ como o episódio no mesmo tempo inicial e decisivo da nova poesia e da nova vida poética de Dante: o poema de fato é modelo daquilo que Dante entende por canção de estilo trágico.¹⁹¹ Ou ainda, como salienta Marigo (1948, p. 238 nota 44), usando os verbos no presente para introduzir a canção, "*ut nos ostendimus cum dicimus*", Dante quer mostrar que essa lírica juvenil é ainda considerada por ele viva, modelo perfeito de língua, de estilo e de inspiração, de acordo com os caracteres que ele tinha fixado como essenciais na canção.

Agora, e daqui para frente, Dante não precisa mais se disfarçar atrás de perífrases como "*unus alius Florentinus*" ou "*amicus eius*", e passa a apresentar as suas canções em primeira pessoa: ele é consciente de ter alcançado, na praxe de suas poesias, aquele ideal de língua ilustre que está reduzindo a teorias. A teorização dantesca da canção no *De vulgari*

¹⁸⁷ "[...] est equalium stantiarum sine responsorio ad unam sententiam tragica coniugatio, ut nos ostendimus cum dicimus: 'Donne che avete intelletto d'amore.' Quod autem dicimus 'tragica coniugatio' est quia, cum comice fiat hec coniugatio, cantilenam vocamus per diminutionem: de qua in quarto huius tractare intendimus." *DVE*, II viii 8.

¹⁸⁸ *Cantilena* é transposição do vulgar *canzonetta* (em provençal, *chansoneta*, diminutivo de *chanso*), como era chamada na tradição da lírica de arte a canção de tom mais simples, formada, pelo menos em grande parte, por versos mais breves que o hendecassílabo. (Marigo, 1948, p. 230 nota 47).

¹⁸⁹ "*Allora dico che la mia lingua parlò quasi come per se stessa mossa, e disse: Donne ch'avete intelletto d'amore*" "Digo então que minha língua falou como se se movesse sozinha, e disse: mulheres, que tendes consciência do amor." *VN*, XIX 2.

¹⁹⁰ "*Ma di s'i' veggio qui colui che fore / trasse le nove rime, cominciando / 'Donne ...'*" Mas diz se eu vejo aqui aquele que trouxe fora as novas rimas, começando: Mulheres ..." *Purg.*, XXIV 49-51. "Novas rimas": essa canção marca uma virada na poética de Dante, porque marca a passagem do amor para Beatriz, de amor humano para amor de pura admiração e de pura devoção.

¹⁹¹ A importância dessa canção para Dante, é evidente: será citada mais uma vez, quando tratará da escolha dos versos, em *DVE*, II xii 3.

eloquentia aparenta ser a autenticação de sua poética, a exaltação teórica de sua longa fase lírica, que vai do ideal retórico de fusão lingüística e rítmica apresentado pelas canções da *Vita Nuova*, até a poesia das grandes canções doutriniais e morais.

Como vimos, Dante explica que na canção as estancas são iguais: é então necessário definir a estança, por ser ela o elemento essencial.¹⁹² A explanação torna-se detalhada e técnica, mas o discurso teórico sobre a métrica da canção permanece ancorado à experiência concreta e ilustrado por numerosos exemplos: muitos dos versos citados provêm de composições do poeta, que assim esclarece e explica sua técnica poética.. São definidos os tipos de melodia; a disposição, ou seja, a arte de ordenar versos, rimas e melodia; a escolha e o uso dos versos; as várias possibilidades dos esquemas das rimas. No fim, enquanto trata de sílabas e versos, o tratado se interrompe no meio da sentença, deixando o raciocínio incompleto.

O que nos restou do tratado sobre o vulgar e sua eloqüência, da língua e da normativa métrica, estilística e retórica, confirma seu autor no papel incontestável de grande autoridade à qual fazer referência, toda vez que houver necessidade de um modelo de poesia vulgar.

¹⁹² Dante fornece uma explicação etimológica do termo técnico *stantia*, com base no italiano *stanza*, ‘câmara’, ‘quarto’: mas se trata de uma metáfora.. “*mansio capax sive receptaculum totius artis*” “câmara espaçosa e receptáculo de toda a arte” *DVE*, II ix 2.

Conclusão

Podemos ler e procurar interpretar o *De vulgari eloquentia* de acordo com diferentes perspectivas.

Devido ao seu intrínseco valor e à sua importância, no campo da história das teorias lingüísticas em geral e em particular da história da língua italiana, o tratado pode ser lido de uma forma autônoma em relação ao *corpus* das obras dantescas: seria então justificado seu estudo, mesmo que fosse a única obra de Dante que tivesse chegado até nós.

Pode ser incluído entre os tratados doutrinários da Idade Média, e como tal particularmente interessante para a compreensão da língua e do pensamento cultural e artístico dos homens daquele tempo.

Pode ser considerada uma obra meramente teórica, fora do contexto da produção poética, a ser incluída entre as obras menores do grande poeta, e portanto poderia ser lida simplesmente para completar e definir melhor um conhecimento crítico baseado fundamentalmente sobre o estudo das obras de maior vulto.

Pode também, de uma maneira mais abrangente, ser apreciado como uma reconsideração no plano teórico da atividade lírica própria e de outros grandes, no âmbito daquele movimento constante que é característico de Dante, de reflexão técnica que corre paralela à praxe poética, adquirindo dessa forma uma relevância crítica maior.

Na leitura que eu efetuei do *De vulgari eloquentia* neste meu trabalho, todos esses aspectos foram considerados no seu conjunto, para procurar colher no seu devido valor alguns elementos que caracterizam o tratado e interpretar o pensamento e a personalidade de seu autor. Logicamente, devido à riqueza e à extensão do assunto, o olhar parou mais demoradamente e com maior profundidade somente sobre algumas questões consideradas por mim mais relevantes.

Foi visto então como a interpretação equivocada do sentido real do tratado afastou por quase seis séculos os letrados do exame profícuo das muitas informações nele contidas, e foi motivo mais de discussão que de incentivo para um estudo científico.

A apaixonada defesa do vulgar que Dante faz, desde o início do tratado, mesmo nos momentos de perplexidade e de dúvida devidos à forte tradição e autoridade do latim, deve-se por um lado ao grande amor que ele tem pela sua língua natal, por outro à genial intuição que essa língua já tem condição de suplantear a outra, mesmo nos assuntos mais elevados.

Para chegar à formulação de uma unitária e refinada língua poética, máxima expressão dessa língua natural, Dante parte do ato da fala, considerado na sua variedade e multiformidade: nesse ponto de partida, e no seu consequente desenvolvimento, está um dos aspectos originais da obra. Depois de ter tratado as questões referentes à origem e à natureza da *locutio*, o poeta chega ao episódio de Babel: nas Escrituras ele encontra o suporte filosófico e teológico para as páginas de história e geografia lingüística que pretende escrever.

Na filosofia, particularmente do princípio aristotélico da conformidade de causa e de efeito, Dante encontra o princípio da extrema variabilidade humana e deduz o ilimitado variar da língua, que é de fato efeito do homem: mas as considerações que apresenta são *a posteriori*, ele chega à formulação do princípio através de constatações por experiência direta das continuas variações da língua no tempo e no espaço. Mesmo não sendo uma idéia original, é novo o enfoque e o uso que ele faz do assunto no decorrer do tratado: e dificilmente o argumento poderia ser tratado com maior exatidão e clareza expositiva.

Não podemos exagerar em atribuir a Dante intuições e méritos científicos, de acordo com os padrões das modernas metodologias, mas ele sem dúvida foi um precursor da lingüística e da filologia românica: é dele, de fato, por exemplo, a explicação da comum origem das línguas neolatinas que ele conhecia, efetuada pelo método comparativo.

Outros aspectos de sua exposição surpreendem pela modernidade das informações, resultantes de suas fontes e da observação direta. Assim na descrição dos vulgares italianos, minuciosa e acompanhada por numerosos exemplos, mostra ter um notável conhecimento da realidade dialetal do país e uma grande sensibilidade para as características próprias de cada linguagem e para as afinidades que as unem.

Dante não é, nem pretende ser, um cientista: a sua resenha dos vulgares da península não tem uma finalidade estritamente lingüística, mas lhe permite fazer uma história das possibilidades do vulgar de passar de língua municipal para língua de arte e de ser então sujeito de uma retórica da *eloquentia*. Não podemos esquecer que seu ângulo visual, além do historiador e do filósofo (mas ele não era um filósofo, tinha um espírito filosófico), era sempre o do artista: artista militante, inserido no seu tempo e consciente da realidade cultural e de sua posição.

Por isso a análise das questões do *De vulgari eloquentia* não pode prescindir do restante de sua produção, anterior ou também posterior à elaboração do tratado. Da anterior, cujos exemplos assinalam toda a sua reflexão, pois o tratado pode ser considerado uma reavaliação em chave teórica de sua experiência poética; da posterior, em particular da

Commedia, cujos germes (mesmo com as aparentes contradições conceituais) podemos encontrar em vários passos da obra.

Lembramos o papel de Dante na história da língua nacional, de poeta não de Florença, ou de uma ou outra cidade, mas de toda a Itália, unificada na língua em que ele escrevia: ou, na conhecida definição, de ‘pai’ da língua italiana. Com certeza ele não pôde prever o predomínio completo do toscano na determinação da língua nacional italiana que houve também, e especialmente, por sua causa; todavia, ele soube individuar os fatores que, em geral, contribuem para a formação de uma língua comum e que, em particular, contribuíram para a constituição da língua italiana.

Não podemos, enfim, esquecer de que, apesar do primeiro livro do tratado ter atraído em maior medida a atenção dos estudiosos, a avaliação das doutrinas dantescas sobre a linguagem deve sempre ser relacionada com o que é o interesse e a finalidade da obra, ou seja, a elaboração de uma teoria e de uma normativa da eloquência vulgar, e de que a matéria lingüística é introdutiva e subordinada à retórica e á poética. A teorização dantesca da canção, que é a pequena parte que nos resta desse desenho, revela-se nesse sentido fundamental e esclarecedora.

No fundo, talvez o projeto elaborado no *De vulgari eloquentia* não fosse uma realidade, mas somente um ideal: além do mais, nem um ideal que Dante, como poeta, tenha procurado realizar, como se percebe na sua futura obra-prima. Mas isso em nada diminui seu valor e seu interesse para quem, curioso e desejoso de entender melhor os primórdios da língua literária italiana e a nova poesia que nessa floresce, queira dedicar-se à sua leitura.

Bibliografia

1 – Edições das obras de Dante Alighieri

Balbiano d'Aramengo M. T., *L'Inferno di Dante*. Torino: Riccadonna, 2003.

_____ *Il Purgatorio di Dante*. Torino: Riccadonna, 2004.

_____ *Il Paradiso di Dante*. Torino: Riccadonna, 2006

Dante, *De vulgari eloquentia*, Ridotto a miglior lezione, commentato e tradotto da A. Marigo. Firenze: Le Monnier, 1948.

_____ “Da linguagem vulgar” in *Obras completas* vol. X. São Paulo: Editoras das Américas, 1958.

_____ *De vulgari eloquentia*, Introduzione, traduzione e note di V. Coletti. Cernusca: Garzanti, 2000.

_____ *De vulgari eloquentia*, Traduzione e saggi introduttivi di C. Marazzini e C. Del Popolo. Milano: Oscar Mondadori, 2004.

_____ *Tutte le opere*, Grandi tascabili economici. Roma: Newton, 1997.

Dante Alighieri, *Opere Minori*, vol. 5, tomo II: “De vulgari eloquentia” a cura di P. V. Mengaldo; “Monarchia” a cura di B. Nardi; “Epistole” a cura di A. Frugoni e G. Brugnoli; “Ecloghe” a cura di E. Cecchini; “Questio de aqua et terra “ a cura di F. Mazzoni. Milano-Napoli: Ricciardi, 1979.

2 – Fontes impressas

Boccaccio G., *Opere in versi – Corbaccio – Trattatello in laude di Dante – Prose latine – Epistole*. Milano - Napoli: Ricciardi, 1965.

Brunetto Latini, *Li livres dou Tresor*, Publication d'après les manuscrits, précédée d'une présentation par P. Chabaille. Paris: Imprimerie Impériale, 1863. In:
http://www.lexilogos.com/latini_tresor.htm

Isidore of Seville, *Etymologiarum sive Originum Libri XX*. In:
<http://www.thelatinlibrary.com/isidore.html>

Macchiavelli N., “Discorso o dialogo intorno alla nostra lingua”, in *Tutte le opere*, Firenze, Sansoni, 1971. In:
<http://www.liberliber.it/biblioteca/m/machiavelli/index.htm>

Manzoni A., “Lettera intorno al libro *De Vulgari Eloquentia* di Dante Alighieri” in *Opere varie di Alessandro Manzoni*. Milano: Fratelli Rechiedei, 1870. In:
<http://www.classicitaliani.it/manzoni/Dante-Vulgari.html>

Trissino G. G., “Il Castellano” in *Scritti Linguistici* a cura di A. Castelvechi. Roma, Salerno: 1986.

Villani G., Compagni D., *Cronache*, a cura de N. Zingarelli. Firenze: Sansoni, 1934.

3 - Estudos

Alonso A., “La subagrupación románica del catalán” in *Estudios Lingüísticos – Temas españoles*. Madrid: Gredos, 1961.

Antonelli R., “Storia, geografia, tempo e spazio”, in *Letteratura Italiana – Storia e geografia*, vol. I. Torino: Einaudi, 1987.

Baldelli I., in *Enciclopedia Dantesca* vol. I: “Canzone”. Roma: Istituto dell’Enciclopedia Italiana, 1996.

Baranski Z. G., *Sole nuovo, luce nuova – Saggi sul rinnovamento culturale in Dante*. Torino: Grapiesse, 1996.

Barbi M., *Problemi di critica dantesca*. Firenze: Sansoni, 1934.

Bartolini Salimbeni V. C., “Dante falava à maneira dos florentinos modernos? Algumas considerações sobre a questão da chamada *gorgia toscana*”, in *Serafino* n. II. São Paulo: DLM – FFLCH - USP, 2008.

Castets F., “Dante philologue”, in *Revue des langues romanes* XV, 1874.

Cecchin S., “Introduzione al *De Vulgari Eloquentia*”, in *Opere minori di Dante Alighieri*, vol.II. Torino: UTET, 1986. In:

http://www.classicitaliani.it/dante/critica/cecchin_introvulgari.htm

Contini G., *Un'idea di Dante – Saggi danteschi*. Torino: Einaudi, 2001.

Corti M., *Percorsi dell'invenzione*. Torino: Einaudi, 1993.

Devoto G., *Il linguaggio d'Italia – Storia e strutture linguistiche italiane dalla preistoria ai nostri giorni*. Milano: Rizzoli, 1995.

D'Ovidio F., “Sul trattato *De Vulgari Eloquentia* di Dante Alighieri” in *Archivio glottologico italiano*. Roma / Torino / Firenze: Loescher, 1876.

Eco U., *A busca da língua perfeita na cultura européia*. Bauru: Edusc, 2002.

FratTA A., “Discussioni esegetiche sul I libro del *De Vulgari Eloquentia*” in *Medioevo Romano* vol. XIII. Bologna: Il Mulino, 1988.

Grayson C., “Dante e a prosa vulgar” in *Antologia della critica dantesca*, a cura de U. Bosco et alii, vol.1. Milano: Principato, 1983.

Lausberg, H., *Linguistica romanza* Vol. I e II. Tradução de N. Pasero. Milano: Feltrinelli, 1976.

Leoncini, L., *Dante e la Lingua Latina*. In:

<http://web.tiscali.it/danteverona/material/23mled02.htm>

Lo Piparo F., “Sign and grammar in Dante: a non-modistic language theory” in *Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science*, vol. 33, *History of Linguistics in Italy*. Asterdam/Philadelphia: John Bejamins Publishing Company, 1986.

Manni P., “Dal toscano all'italiano letterario”, in *Storia della lingua italiana, Vol. II, Scritto e parlato*. Torino: Einaudi, 1994.

Mengaldo P. V., “Un contributo all'interpretazione di *De vulgari eloquentia*” I i-ix”, in *Belfagor* XLIV. Firenze: Olschki, 1989.

_____ in *Enciclopedia Dantesca* vol. I: "Aulico"; vol. II: "Convenienza", "Curiale", "De Vulgari Eloquentia", "Discrezione"; vol. III: "Gramatica", "Lingua". Roma: Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 1996.

_____ *Linguistica e retorica in Dante*. Pisa: Nistri-Lischi, 1978.

Mercuri R., "Dante, Petrarca e Boccaccio" in *Letteratura Italiana – Storia e geografia*, vol. I. Torino: Einaudi, 1987.

Nardi B., *Dante e la cultura medievale*. Roma – Bari: Laterza, 1990.

Nencioni G., *Di scritto e di parlato – Discorsi linguistici*. Bologna: Zanichelli, 1983.

Pagliaro A. "L'unità linguistica in Italia nel *De vulgari eloquentia*" in *Antologia della critica letteraria*, vol. I. Torino: Petrini, 1974.

_____ "Comunità linguistica e lingua comune nella dottrina linguistica di Dante" in *Antologia della critica dantesca*, a cura de U. Bosco et alii, vol.1. Milano: Principato, 1983.

_____ "La prassi linguistica della Commedia" in *Leggere Dante – Antologia della critica dantesca*, a cura de A. Russo e E. Schiavina. Bologna: Zanichelli, 1985.

_____ *La coscienza della lingua nel "De Vulgari Eloquentia"*. In:
<http://spazioinwind.libero.it/letteratura/analisi/dante/eloquentia.htm>

Paparelli G., *Ideologia e poesia di Dante*. Firenze: Olschki, 1975.

Peirone L., *Il "De Vulgari eloquentia" e la linguistica moderna*. Genova: Tilgher, 1975.

Petrocchi G., *Dante e il suo tempo*. Torino: ERI, 1963.

Raffi A., *La gloria del volgare – Ontologia e semiotica in Dante dal "Convivio" al "De Vulgari Eloquentia"*. Soveria Mannelli: Rubettino, 2004.

_____ *I presupposti antropologici del "De vulgari eloquentia" di Dante*. In:
www.spolia.it/filologiaromanza/dante/2002/de_vulgari.htm

Rajna P., “La lingua cortigiana” in *Miscellanea linguistica in onore di G. Ascoli*. Torino: Loescher, 1901.

Russo A., Schiavina E., *Leggere Dante – Antologia della critica dantesca*. Bologna: Zanichelli, 1985.

Rohlf G., *Grammatica storica della lingua italiana e dei suoi dialetti - Morfologia, Fonetica*, traduzione di T. Franceschi. Torino: Einaudi, 1967.

Schiaffini A., *Lettura del “De vulgari eloquentia” di Dante*. Roma: Edizioni dell’Ateneo, 1958/1959.

_____ “Le origini dell’italiano letterario e la soluzione manzoniana del problema della lingua dopo G. I. Ascoli”, in *Archivio Glottologico Italiano vol. XXII-XXIII*. Torino: Chiantore, 1929.

Serianni, L., *La lingua nella storia d’Italia*. Roma: Dante Alighieri, 2001.

Sofer J., “Vulgo: Ein Beitrag zur Kennzeichnung der lateinischen Umgangs – und Volkssprache“, in *Glotta*, XXV, 1936.

Tagliavini C., *Panorama di Storia della Linguistica*. Bologna: Pàtron, 1970.

Tavoni M., “Contributo all’interpretazione di *De vulgari eloquentia*” I 1-9, in *Rivista di letteratura italiana*, V. 3. Pisa: Giardini, 1987.

Terracini B., *Lingua libera e libertà linguistica – Introduzione alla linguistica storica*. Torino: Einaudi, 1970.

Vossler K., *La Divina Commedia studiata nella sua genesi e interpretata, vol. I parte I - La genesi religiosa e filosofica*, traduzione di S. Jacini. Bari: Laterza, 1927.